



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-MESTRADO
PROFISSIONAL

MARIA HELENA FEITOSA DE CARVALHO MEDEIROS

ENTRE POSSEIROS E GRILEIROS: CONFLITOS AGRÁRIOS À BORDA DO
LAGO DE SOBRADINHO (CASA NOVA - BA, 1970-1980)

RECIFE

2020

MARIA HELENA FEITOSA DE CARVALHO MEDEIROS

**ENTRE POSSEIROS E GRILEIROS: CONFLITOS AGRÁRIOS À BORDA DO
LAGO DE SOBRADINHO (CASA NOVA - BA, 1970-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial de desempenho para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Helder Remígio de Amorim.

RECIFE

2020

M488e Medeiros, Maria Helena Feitosa de Carvalho.
Entre posseiros e grileiros : conflitos agrários à
borda do lago de Sobradinho (Casa Nova - BA,
1970-1980) / Maria Helena Feitosa de Carvalho
Medeiros, 2020.

128 f. : il.

Orientador: Helder Remígio de Amorim.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.
Mestrado Profissional em História, 2020.

1. Historiografia. 2. Trabalhadores rurais.
3. Posse da terra. 4. Sobradinho, Barragem de (BA).
5. Direitos humanos. I. Título.

CDU 930.28(81)

Pollyanna Alves - CRB 4/1002

Termo de Aprovação

Tema: Entre Posseiros e Grileiros: Conflitos Agrários à borda do Lago de Sobradinho (Casa Nova – BA, 1970-1980).

Nome: Maria Helena Feitosa de Carvalho Medeiros

Data de Aprovação – 20/11/2020

Banca Examinadora:



Professor Doutor, Helder Remígio de Amorim (Orientador e presidente da banca) – Licenciado em História – UFPE; Doutor em História do Brasil – UFPE; Professor do Programa de Pós-Graduação em História – UNICAP.



Professor Doutor, Marcelo Góes Tavares (Titular Externo). Doutor em História – UFPE, Mestre em História Cultural – UNB e Licenciado em História – UFAL.



Professor Doutor, Flávio José Gomes Cabral (Titular Interno) Doutor em História – UFPE, Mestre em História – UFPE e Professor do Programa de Pós-Graduação em História – UNICAP.

Recife - 2020

Essa cova em que estás, com palmos medida, é a cota menor que tiraste em vida. É de bom tamanho, nem largo nem fundo, é a parte que te cabe neste latifúndio. Não é cova grande é cova medida, é a terra que querias ver dividida.

João Cabral de Mello Neto (Morte e Vida Severina; 1967).

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado esta oportunidade brilhante, na obtenção deste título: fruto de muito esforço e dedicação, de valor incomensurável. À minha família, por todo apoio incondicional, sempre acreditando em mim. Aos meus pais: Antônio Carvalho Ferreira e Lídia Feitosa de Carvalho, casal de agricultores, que, mesmo morando na zona rural,(alfabetizados), sempre acreditaram na Educação como transformação do ser humano, e mesmo diante de dificuldades buscaram garantir o acesso dos seus filhos à Educação, uns commais oportunidades de ampliar os estudos, e outros com menos.A Newton Sérgio de Miranda Medeiros (*In Memoriam*), meu esposo e grande companheiro. Ele, engenheiro civil; eu, professora de História, mas que sempre discutíamos temas da área social e da política. À minha filha, Ana Maria de Carvalho Medeiros, pela compreensão e colaboração na digitação. A todos os meus irmãos.

A Dona Maria Auxiliadora de Miranda Medeiros (minha sogra), pelo incentivo e apoio, prestigiando as minhas leituras e narrativas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Hélder Remígio de Amorim, na sua empreitada tão desafiadora, agradeço por apontar caminhos dentro da pesquisa, pela orientação com muita leveza, mas com a exigência e os cuidados que o trabalho de pesquisa exige.

Aos professores doutores: Flávio José Gomes Cabral, Tiago Cesar, Paulo Henrique Cadena e Lídia Rafaela dos Santos. Cada um deles tornou-se grande referência para mim. Agradeço ao Prof. Dr. Marcelo Góes Tavares pela leitura atenta e contribuições para essa dissertação.

A todos os colegas de turma, pelos momentos que passamos juntos nas aulas, com discussões muito profícuas em torno dos trabalhos e dos teóricos acadêmicos estudados.

À professora/colega Auselita Coelho, pelo grande incentivo acreditando em mim.

À professora/colega Rosa Almeida pelo trabalho minucioso de correção dos textos e os ajustes necessários, com todacalma e dedicação.

Ao professor Francisco de Assis Silva, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Juazeiro) pelo apoio disponibilizando informações sobre o Acervo Dom José Rodrigues.

A Thiago Feitosa Alves, funcionário da CHESF por ter disponibilizado, com muita responsabilidade, documentos do arquivo da CHESF- Sobradinho, contribuindo para o enriquecimento desta pesquisa.

Aos moradores das Comunidades que compõem o Território de Areia Grande/Casa Nova – BA: a Rosângela e família, pela acolhida em sua residência e o apoio nas visitas as famílias.

A Zacarias Ferreira da Rocha – Líder comunitário.

A Valério Rocha – Presidente da Associação.

A Joaquim Ferreira da Rocha, conhecido por todos como “Quinquin”(In *Memorian*).

A Francisco da Rocha, conhecido como “Chico do Roque”(In *Memorian*), liderança da luta na época.

Ao Bispo diocesano Dom José Rodrigues de Souza(In *Memorian*), pela dedicação e apoio incondicional à luta dos posseiros(na época).

A Bartolomeu Santos (Bertinho de dona Inês)In *Memorian*.

À Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra CPT/Juazeiro – Marina Rocha Braga.

A todos os autores dos relatos de memórias que contribuíram com a pesquisa na comunidade: Antonino Ferreira dos Santos; Agenor Oliveira dos Santos; Genésio Campos Braga; João Alves do Nascimento; José Ferreira dos Santos; Laurita Costa dos Santos; Maria Inês da Costa Santos; Maria Eterna Pereira da Silva; Marina da Rocha Braga; Zacarias Ferreira da Rocha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município Sobradinho no mapa do Estado da Bahia	26
Figura 2: Mapa localizando a Usina Hidrelétrica de Sobradinho	27
Figura 3: Loteamento da área de perímetros irrigados da CODEVASF, entre as agroindústrias – região de Juazeiro/BA	41
Figura 4: Mapa localizando o município de Casa Nova e seus limites territoriais	46
Figura 5 Foto da reunião de posseiros e lideranças com a advogada da Diocese de Juazeiro no ambiente da luta	87
Figura 6: Foto do senhor José Ferreira dos Santos, camponês da luta	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AATR/BA – Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia
AGROVALE – Agroindústria do Vale do São Francisco
ANCARBA- Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – BA
CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
CMB – Comissão Mundial de Barragens
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
DNOCS – Departamento de Obras Contra as Secas
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
FETAG – Federação dos Trabalhados na Agricultura
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia - Tocantins
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA – Instituto de Terras da Bahia
IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PEC-SR – Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE – Programa de Áreas Integradas no Nordeste

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SAJUC – Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e na Cidade

SASOP – Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco

UHE – Usina Hidrelétrica

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão acerca da luta dos camponeses e das camponesas do território Sertão do São Francisco, no norte baiano, tendo como questão central a luta pela terra. O principal episódio desencadeador dessas análises é a construção do lago da Barragem Hidrelétrica de Sobradinho (década de 1970), que precisou mudar cinco cidades de lugar, com todos os impactos que isso possa representar, tanto do ponto de vista físico, social e ambiental, quanto simbólico. Este é um marco na implantação de megaprojetos no período da ditadura civil-militar no Estado da Bahia, de cunho desenvolvimentista, porém, extremamente impactante para as comunidades rurais, com seus modos de vida tradicionais. Além de todos os conflitos gerados pela construção da Barragem, analisa-se também outros aspectos relacionados à luta intermitente dos trabalhadores rurais da referida região pelo direito à terra e à vida, desde o século passado quando os mandos e desmandos eram determinados pelos coronéis. Como fontes de pesquisa, foram consultadas diversas obras e documentos como registros escritos da década de 1970 a 1980, além das narrativas orais de personagens da própria história escrita: camponeses e seus descendentes. Os resultados encontrados demonstram que a luta pela terra vem de longos anos nesta região, e que após os impactos da barragem, hoje novos enfrentamentos estão presentes, motivados por outras formas de exploração.

Palavras-chave: Luta pela terra; Direitos Humanos; Barragens; Sobradinho.

RESUMEN

Este trabajo presenta una discusión sobre La lucha de campesinos y campesinas en el Territorio del Sertão do São Francisco, em el Norte de Baía, com el tema central de la lucha por la tierra. el principal episodio desencadenante de estos análisis es la construcción de la laguna de la Represa Hidroeléctrica Sobradinho (década de 1970), que necesitó cambiar cinco ciudades, com todos los impactos que esto puede representar, tanto desde el punto de vista físico, social y ambiental, cuánto simbólico. Este es un hito em la implementación de megaproetos durante el período de la dictadura cívico-militar em el Estado de Baía, de carácter desarrollista, pero de gran impacto para las comunidades rurales, com sus formas de vida tradicionales. Además de todos los conflictos generados por la construcción de la Represa, también se analizan otros aspectos relacionados com la lucha intermitente de los trabajadores rurales de esa región por el derecho a la tierra y a la vida desde el siglo pasado cuándo los mandatos y faltas fueron determinados por los coroneles. Como fuentes de investigación se consultaron diversas obras y documentos como registros escritos de los años setenta e ochenta, además de las narrativas orales de personajes de la propia historia escrita: campesinos e sus descendientes. Los resultados encontrados demuestran que la lucha por la tierra viene de largos años en esta región, y que luego de los impactos da la represa, hoy se presentan nuevos enfrentamientos, motivados por otras formas de explotación.

Palabras-claves: Lucha por La tierra; derechos humanos; presas, Sobradinho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAP. 1 SOBRADINHO NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR	24
1.1. SOBRADINHO: A IMPONÊNCIA DO MILAGRE E A OBSCURIDADE DOS ANOS DE CHUMBO.....	28
1.1.1 As barragens e suas controvérsias.....	33
1.2. SOBRADINHO E A IRRIGAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO.....	38
CAP. 2 DO SAL AO VENTO: UM PANORAMA SOBRE O MUNICÍPIO DE CASA NOVA-BAHIA.....	48
2.1 BARRAGEM DE SOBRADINHO: A PRIMEIRA AMEAÇA DE EXPULSÃO DOS CAMPONESES DE AREIA GRANDE.....	53
2.2 AREIA GRANDE: O FOCO DA RESISTÊNCIA E A GRILAGEM DE TERRAS.....	65
2.3 EXPERIÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS QUE MARCARAM A LUTA PELA TERRA EM CASA NOVA.....	85
CAP. 3 A RESSIGNIFICAÇÃO DA LUTA.....	103
3.1 A LUTA DA COMUNIDADE COM O ESTADO PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	105
3.2 APOIOS E PARCERIAS À LUTA.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
ACERVOS E FONTES PESQUISADOS.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, em que se problematiza o tema “Entre posseiros e grileiros: Conflitos agrários à borda do lago de Sobradinho – 1970/1980”, trata-se da luta dos camponeses de Casa Nova – BA, região do Sertão do São Francisco em face da grilagem e das consequências provocadas pela instalação da Barragem de Sobradinho. Utilizamos como exemplificação dessas lutas, o *Movimento Pau de Colher*¹, que ocorreu naquele município, tendo um grande significado simbólico para os camponeses na região, os quais historicamente vêm enfrentando a grilagem de terras. Fatos marcantes também ocorreram na década de 1970 e 1980, tendo como protagonistas os camponeses do território da Areia Grande e a Empresa Agroindustrial Camaragibe S.A, sediada no Rio de Janeiro, destinada a produzir combustível à base de mandioca com financiamento do governo federal, através do PROÁLCOOL. A instalação da Barragem Hidrelétrica de Sobradinho, no Rio São Francisco - realocando cinco cidades cujas ruínas ficaram submersas pelas águas do lago artificial - é o fator desencadeador de mudanças sociais profundas na vida dos camponeses da região, somando-se a um contexto de conflitos pré-existentes.

No bojo das grandes obras, com grandes investimentos estatais, durante o regime civil-militar, o Projeto Sobradinho foi implementado pela política desenvolvimentista do chamado “milagre econômico brasileiro”. Para Daniel Aarão Reis Filho(2010), estava inserida na política econômica dos governos Costa e Silva e Médici baseada na firme condução do Estado, e beneficiando-se de uma conjuntura internacional favorável, provocou um ciclo de grande crescimento, os anos do milagre econômico brasileiro. Segundo a professora e historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto(2010), para justificar esses grandes investimentos o governo se apropriou do discurso de que tais obras iriam beneficiar regiões pobres e marginalizadas, os segmentos sociais chamados de “flagelados”, das regiões secas do Nordeste. O momento conferia *status* a esse discurso, pois nos anos iniciais da década de 1970, o Nordeste passava por uma grande seca (GUIMARÃES NETO, 2010). Com a implantação do Projeto Sobradinho, o governo federal determinou sua política de intervenção

¹ Sobre o movimento a antropóloga Cristina Pompa afirma: “Pau de Colher, que hoje não existe mais, era um pequeno povoado no município de Casa Nova, na divisa entre o Piauí e a Bahia, no vale do médio São Francisco. Na época dos acontecimentos, a região era dominada pelas grandes famílias oligárquicas, que disputavam entre si o poder local, o controle dos votos e o das relações com o poder central. Nas disputas, verdadeiras guerras sertanejas, participavam, de um lado ou de outro, todas as famílias, cada uma com seus próprios homens armados, os jagunços, que percorriam o território atacando as fazendas e as casas dos adversários políticos de um ou outro grande “coronel”. POMPA, Cristina. Memórias do fim do mundo: o movimento pau de colher. REVISTA USP, São Paulo, n.82, p. 68-87, junho/agosto 2009.

no Vale do São Francisco, demarcando-o como área de interesse para grandes investimentos de capitais na região. No entanto, tendo em vista este cenário, analisamos o desencadeamento de uma série de conflitos entre posseiros e grileiros, e a visibilidade da luta e resistência pela posse de terra. Ressaltamos as consequências que permanecem vivas na memória e no cotidiano da comunidade no que diz respeito à luta contra a morosidade do Estado em garantir a regularização fundiária, ou seja, a titulação de posse da área em nome dos posseiros e posseiras.

Localizado no Norte da Bahia, no entorno do Lago de Sobradinho, o município de Casa Nova foi criado oficialmente em 1879, através de uma Lei provincial n. 1873, desmembrando do município de Remanso-BA. Sua distância para a capital baiana, Salvador, é de 572 km. Conforme Damasceno (2016), a região foi desbravada no início do século XIX, que levando em conta os relatos populares, o fundador daquele território, hoje município de Casa Nova, foi um português chamado Senhor Viana. Este era capitão, depois coronel da Guarda Nacional e no município, o poder político esteve no controle dessa família por quase um século, com grandes representações no poder em todas as esferas. Na discussão sobre a destruição do arraial de Canudos, Damasceno lembra: “na época da destruição do arraial de Canudos, era governador da Bahia Luís Viana - administrou o Estado de 1896 a 1900. Era natural do município de Casa Nova - BA” (DAMASCENO, 2016; p. 123). Era a representação da política coronelista na Bahia, tendo no comando um membro da família Viana.

Cantada poeticamente na música *Sobradinho*², pela dupla Sá e Guarabira, Casa Nova teve seu nome nacionalmente conhecido, junto a outras quatro cidades da região que ficaram submersas nas águas da represa. Apesar de realocada, considerada uma cidade transplantada, Casa Nova adquiriu mais visibilidade econômica no cenário regional. É um dos municípios integrantes do Projeto de Produção Integrada de frutas, tornando-se exportadora de manga e uva para mercados internacionais, junto com Curaçá e Sento Sé, também no Vale do São Francisco. Nesse aspecto, ela perde a aparência de cidade pacata que adquiriu desde seus primórdios, devido ao circuito do gado, quando este era levado a Remanso e de lá, para os estados do Piauí e Maranhão. No sentido Juazeiro, o gado tinha como destino o estado de Pernambuco. Assim como as demais cidades ribeirinhas, Casa Nova era uma cidade portuária, com embarques e desembarques de mercadorias pelo rio São Francisco (SILVA, 2010).

² A música foi composta em 1977 e teve como intenção protestar contra a construção Hidrelétrica de Sobradinho no interior da Bahia.

Dois grandes acontecimentos marcam a história de Casa Nova. Um deles foi o movimento do Pau de Colher, que ocorreu durante o Estado Novo, no governo ditatorial do Presidente Getúlio Vargas, entre 1937 e 1938. Esse movimento teve como palco de luta a localidade de Pau de Colher, marcada pela luta dos “caceteiros” - em alusão à forma como os fanáticos se defendiam, utilizando cacetes feitos de pedaços de pau-enquanto os militares atacavam covardemente com fuzis e outros tipos de armas de fogo. Na década de 1970, outro acontecimento foi a construção da Barragem de Sobradinho, o que fez Casa Nova passar por um processo de desterritorialização e reterritorialização. Para Rogério Haesbart (2002), isso quer dizer a criação e o desaparecimento dos territórios. Para ele, a desterritorialização implica na perda do lugar de reprodução social a partir das fontes de recursos, quando os indivíduos tornam-se não apenas sujeitos marginais aos processos que os impuseram a tais condições, mas sujeitos desterritorializados.

Nesse sentido, a desterritorialização se enquadra como perda de referências espaciais concretas, sob o domínio das relações imateriais (HAESBAERT, 2002 p. 59-60). Desse modo, suas memórias, assim como seu espaço territorial, dimensão espacial concreta das relações humanas e sociais, ficaram submergidas nas águas do lago de Sobradinho, enquanto um novo espaço é reterritorializado, fazendo emergir uma nova cidade: a cidade transplantada em 1976/1977. Assim, os governos militares para assegurar seu projeto de intervenção, e consolidar os seus investimentos na região, decretaram os quatro municípios atingidos pela Barragem, como Área de Segurança nacional. Suprimia-se por dez anos os direitos políticos da população, na escolha dos prefeitos municipais. (COELHO, 2005; SILVA, 2010).

Reforçando a consolidação dessa política intervencionista, Duqué (1980), assegura a repercussão que ainda tinha o Movimento Pau de Colher em Casa Nova, quando os planejadores de Sobradinho chegaram à cidade. Para ela, havia desconfiança entre a população e as autoridades e os planejadores da hidrelétrica, temiam pela reação de desconfiança do povo. Desse modo, com a intervenção federal no município, decretava-se mecanismos, a fim de impedir possíveis manifestações de resistência e formas de inibir a opinião pública à instalação do projeto na região (SILVA, 2010).

Constatou-se, pelos depoimentos das pessoas entrevistadas, que as autoridades locais e estaduais eram omissas ou coniventes com os desmandos da CHESF enquanto poder de governo na execução da obra. Não havia diálogo satisfatório com a sociedade casa-novense, especialmente com as comunidades rurais. Para estas o ônus foi maior, pois, além de perderem suas terras, meio de sobrevivência, e receberem indenizações irrisórias, os posseiros e os pequenos proprietários foram os mais prejudicados. A CHESF, até julho de 1972, não

sabia o que propor e o que fazer com milhares de sertanejos que perdiam tudo (COELHO, 2005). Para Edcarlos Mendes da Silva (2010), o governo ditatorial apresentou seu modelo de desenvolvimento para aquelas comunidades. A CHESF, executora da obra, com poder de governo, demonstrado pelo portentoso aparelho logístico, frequentemente oferecia aos caatingueiros um monólogo em que restava ao interlocutor a escolha de aceitar seus termos de imediato, ou aceitar posteriormente com prejuízo. Assim, evidenciando as diversas formas de violências e omissões, a Igreja Católica de Juazeiro, através do Bispo Dom José Rodrigues de Souza, ergueu protesto contra essa violência e em defesa de treze mil famílias humildes na Bahia. Também cabe ressaltar nesse contexto, os conflitos agrários desencadeados com a construção da barragem, fomentando problemas relativos à grilagem de terras, tornando o norte da Bahia - região de Juazeiro e os municípios à borda do lago - palco de luta e resistência contra as grilagens de terras.

A intenção de recuperar essa história com seus desdobramentos até a década de 1980 - ressaltando que a continuação dos processos de grilagem se deu de diversas formas - é possibilitar a compreensão da disputa pela terra na região. Essa problemática perpassa as relações sociais no interior, em geral provocando o êxodo rural e o empobrecimento das famílias camponesas.

Com esta pesquisa, teve-se a intenção de analisar os fatores que propiciaram investimentos capitalistas na região de Areia Grande, o desencadeamento da grilagem de terra, os conflitos, suas consequências, e a organização comunitária dos posseiros, em defesa da terra. Desse modo, foi necessário também escolher alguns eixos temáticos de análise para o nosso objeto de pesquisa. Analisar o contexto histórico, político, socioeconômico e local, envolvendo a região dos atingidos em Areia Grande na formação do Lago de Sobradinho; investigar a causa do conflito entre posseiros e grileiros, nas disputas de terras em Areia Grande; e principalmente abordar a organização comunitária dos posseiros, força crucial em defesa da terra. Nesse sentido, se fez necessário estudar o relevante apoio da Igreja Católica junto à CPT, como mediadora no conflito.

A metodologia utilizada neste trabalho dialoga com uma abordagem etnográfica, uma vez que tem nos grupos sociais o elemento principal de investigação. Tais grupos, especificamente, nesta pesquisa, são os agricultores em luta constante pela terra e ribeirinhos atingidos pela construção da Barragem de Sobradinho os quais experimentaram, ao longo do tempo, a opressão e a violência por parte dos que detêm a posse da terra e as decisões políticas, expressas em relações de poder descritas por Michel Foucault. Também em Pierre Bourdieu encontramos referência à violência simbólica e outras formas de opressão

documentadas pelos sujeitos desta pesquisa, a partir dos contextos vividos e rememorados nas entrevistas. As proposições de Geertz (2008) acerca dos estudos etnográficos também contribuíram para dar direcionamento teórico a este estudo.

Por outro lado, também corrobora na pesquisa bibliográfica, como suporte teórico na questão da terra, a obra do sociólogo José de Souza Martins: *A militarização da Questão Agrária no Brasil* (1984) a qual evidencia de forma convicta a política agrária adotada no Brasil após 1964, a federalização da questão fundiária e sua militarização, uma intervenção nas políticas fundiárias estaduais, sendo que esta responsabilidade foi dada aos governos estaduais, desde a primeira Constituição republicana. Nessa política agrária militarista, o Estatuto da Terra não conseguiu cumprir seu papel, tornando-se uma Lei omissa na defesa dos trabalhadores rurais do campo, e revelou-se assim, sua verdadeira função: um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital (MARTINS, 1984). Outra obra do mesmo autor, *Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político* foi também utilizada. Nessa obra se evidencia constantemente a relação do camponato com o capital e suas contradições. Uma delas é a questão agrária.

Além disso, o próprio posseiro é produto das contradições do capital, está inserido em relações dominadas pelo capital e não porque esteja nos cálculos do capitalista (MARTINS, 1981, p.116). Discutindo a problemática da construção da Barragem de Sobradinho, o autor Marco Antônio Teixeira Coelho na obra *Os Descaminhos do São Francisco*, ele comenta o mar de equívocos do Projeto Sobradinho referendado com os trabalhos das pesquisadoras: Ghislaine Duqué – *A experiência de Sobradinho: Problemas Fundiários colocados pelas grandes barragens* (CEAS, 1984 n.91). Nesse trabalho, ela focaliza a questão fundiária em que estudou a situação dos camponeses da área de Sobradinho, acompanhando as operações no terreno, de fevereiro de 1974 a 1978. Ou seja, durante a quase totalidade das transferências.

Em seu trabalho *Três Felicidades e um Desengano. Sobre a experiência dos beradeiros de Sobradinho em Serra do Ramalho* (2004), a professora Ely Estrela, doutora em História Social, aborda essa questão, em que se percebe um conflito entre a organização espacial nas “barrancas” do rio e a nova organização espacial nas agrovilas. O modelo lote/agrovila se condiciona em separar entre o local de produção e o local de moradia, o que diferencia do modelo ribeirinho, em que local de produção e o de moradia constituem uma unidade indissociável. Já Lygia Sigaud, em *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As barragens de Sobradinho e Machadinho*, (1986), faz uma análise do contexto em que se deu a construção da barragem de Sobradinho na década de 1970, no Nordeste em plena

ditadura civil-militar e a construção da barragem de Machadinho no Sul do Brasil, na década de 1980, já no processo de redemocratização política do país.

Parto compartilhando a concepção de Verena Alberti (2005), no Manual da História Oral, em que o Programa de História Oral é indissociável da pesquisa documental e arquivística. Como método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, mas um meio de conhecimento que se justifica no contexto de uma investigação científica, e que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido (ALBERTI, 2005, p.29). Nesse sentido, o tema do meu Projeto de Pesquisa e o recorte temporal, seria contemplado pelo método da história oral. Para Alberti, de forma geral, qualquer tema desde que seja contemporâneo, e que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele, é passível de ser investigado através da história oral. Continuando, ela também afirma: “o conhecimento prévio do objeto de estudo é requisito para a formulação de qualquer projeto de pesquisa. Dele dependem as primeiras escolhas que devem ser feitas no encaminhamento da pesquisa” (ALBERTI, 2005, p. 32).

Desse modo, já possuindo conhecimento prévio, em relação ao local do desdobramento do conflito (Comunidade), e alguns atores participantes, encaminhei a pesquisa de campo. Por se tratar de um tema específico, foi escolhida a entrevista temática. Dela participaram dez entrevistados, com faixa etária entre 55 e 90 anos. Os procedimentos metodológicos utilizados nas entrevistas: reunião prévia com o presidente da Associação, onde me foi fornecida uma lista com nomes dos possíveis entrevistados – março/2019. Em maio/2019 realizei as entrevistas na comunidade, com visitas aos entrevistados, acompanhada da líder da Comunidade a Senhora Rosângela. Além do caderno/roteiro das entrevistas, os relatos foram gravados em vídeo no aparelho celular. Todos os relatos foram satisfatórios na desenvoltura do projeto de pesquisa, tendo em vista o envolvimento e a experiência dos entrevistados na trajetória histórica da Comunidade.

No entanto, é com esse envolvimento e com essa experiência, que a luta e a comunidade tem ganhado notoriedade. Principalmente, através de suas lideranças comunitárias: Zacarias Ferreira da Rocha e Valério Rocha, que participam da luta desde adolescentes e acumulam experiências na retomada do processo vivido. Também a experiência de Marina da Rocha Braga, no início dos anos oitenta era professora na comunidade, depois se tornou líder comunitária na luta dos posseiros. Atualmente na coordenação da CPT/Juazeiro – BA, fazendo do programa de atuação no apoio à defesa dos direitos dos camponeses e camponesas, acompanha a luta da comunidade em defesa dos territórios.

A pesquisa realizada, no seu aspecto documental e bibliográfico, traz como fontes referenciais o arquivo “*Caminhar Juntos*”³- Boletim Informativo da Diocese de Juazeiro/BA, considerado no âmbito do enfrentamento da grilagem de terra, e no conflito com os atingidos de Sobradinho a única fonte regular de informação e também de denúncia. O arquivo da CHESF-Reservatório de Sobradinho: Reassentamento de Populações Dados e Informações que contém a carta-relatório do diretor da CHESF ao presidente da Eletrobrás sinalizando suas intenções e solicitando ação conjunta dos poderes para a questão dos desalojados, como também ofícios dos sindicatos rurais, reivindicando uma posição da CHESF para os problemas rurais. Por outro lado, também corrobora a pesquisa bibliográfica, e outras fontes documentais tais como revistas e boletins, relatórios da comunidade – Sistematização da experiência das comunidades de Fundo de Pasto do Território de Areia Grande (CPT), relatos orais de memória. Além de livros, artigos, teses e dissertações sobre o tema.

Foram realizadas 10 entrevistas com moradores da localidade, as quais relataram em suas memórias e vivências tensões das experiências vividas durante o imbróglio da construção da barragem de Sobradinho. Os relatos orais de memória que compõem o *corpus* deste trabalho são entrecruzados com trechos de documentos que registraram fatos relevantes para o objetivo da presente dissertação.

Desse modo, realizamos uma série de entrevistas com os principais líderes do movimento de resistência a construção da barragem e a grilagem de terra. Alguns dos entrevistados foram fundamentais, pois concederam acesso aos seus acervos pessoais como

³O “Caminhar Juntos”, era um jornal mensal produzido pelo bispo Dom José Rodrigues de Souza em que seus textos assumiam a posição de contestação e crítica, em defesa das comunidades da região. De acordo com o pesquisador, professor Edcarlos Mendes da Silva(2010), o papel de resistência tinha apoio incondicional do bispo de Juazeiro, que em várias ações e escritos tornou-se figura expoente naquele contexto(SILVA, 2010, p.45). No Acervo da Comissão Pastoral da Terra – CPT/Juazeiro-BA, entidade que nasceu como um trabalho da Igreja Católica, embora sua atuação é de um trabalho ecumênico. Em seus primeiros passos mostrou importante na divulgação e denúncia dos abusos, na resistência todo apoio a sistematização de organização das comunidades e dos movimentos de luta contra a grilagem de terras. Nos seus arquivos as fontes de referência: Boletim “As Ilhas da Resistências-Sobradinho/1979-Secretariado/CPT/Nacional-Goiânia-GO Relatório de Sistematização de experiência das Comunidades de Fundo de Pasto do Território de Areia Grande/Casa Nova-BA, produzido pelas comunidades junto a CPT/Juazeiro, em 2011, problematizando e sistematizando, todo o processo histórico da luta dos camponeses de Areia Grande. Além disso, os laudos técnicos da Consultoria e Assessoria em Agropecuária Orgânica AGRORGAN e o arquivo da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia(AATR). No arquivo da CHESF – Reservatório de Sobradinho: Reassentamento de Populações Dados e Informações, o enfoque da pesquisa é dado a uma carta-relatório do diretor da CHESF, Dr. Eunápio de Queiroz, ao presidente da ELETROBRÁS, de início demonstrando-se sensível a situação dos ribeirinhos e desalojados, suas intenções enquanto empresa e solicitando ação conjunta dos governos(Estadual e Federal), através de outros órgãos e ministérios, para juntos resolverem os problemas da população desalojada. Também contém ofícios dos sindicatos rurais dos municípios atingidos, reivindicando uma posição da CHESF para os problemas rurais.

Marina Rocha Braga (na época, líder comunitária e atualmente coordenadora da - CPT de Juazeiro-BA); Valério Rocha (Presidente da Associação de Areia Grande); e Zacarias Ferreira da Rocha (Líder da Comunidade).

Considero fundamental apresentar outros referenciais que embasam esta pesquisa, trabalhos produzidos pelo sociólogo Ruben Alfredo de Siqueira – *Do Que as Águas Não Cobriram*: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho (1992); bem como a obra *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho* (1986) de Lygia Sigaud; e por fim o livro *Desterritorialização sob as Águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos* (2010) de autoria de Edecarlos Mendes da Silva.

No que diz respeito à organização do trabalho de pesquisa, este se apresenta estruturado em três capítulos. Tendo como eixo de estudo, a luta e a resistência pela posse da terra dos posseiros de Areia Grande, Distrito de Casa Nova, em consequência de grilagens de terras na década de 1970/1980, refletindo o contexto nacional e regional.

O primeiro capítulo, no intuito de contextualizar a problematização do tema, aborda a construção da Barragem de Sobradinho no contexto da Ditadura Civil-Militar. No âmbito dessa reflexão a Construção da Usina Hidrelétrica pela CHESF, assinalou de forma crucial a política de intervenção dos governos militares no Vale do São Francisco. Essa obra de proporção gigantesca, gerou grandes consequências impactando a vida de 72 mil pessoas, deixando-as desalojadas. Aumentou a especulação de vendas de terras na borda do lago, e ao mesmo tempo, fomentou a questão das grilagens.

No que tange ainda à política governamental intervencionista, se configurou de forma materializada a política de implementação dos grandes projetos de irrigação, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Conforme Ghislaine Duqué (1984), os lavradores desalojados indicaram áreas excelentes em que poderiam ser estabelecidos projetos de assentamentos. Mas as indicações esbarravam nos vetos da CODEVASF, sob alegação de que havia reservado a região para projetos de alto rendimento. Desse modo, ainda em conformidade com Manuel Correia de Andrade, a CODEVASF estava materializando o modelo econômico brasileiro desenvolvido a partir de 1964, o que estimulou a preocupação com a empresarialização das atividades econômicas nos moldes importados dos países desenvolvidos com a produção para o mercado externo, na bacia do São Francisco.

No segundo capítulo, as discussões se desdobram em torno do âmbito da Comunidade de Areia Grande, região do conflito, com a empresa Camaragibe S.A. Nessa reflexão, embasada na concepção de poder apontada por Michel de Foucault (2018), se percebe o

protagonismo dos posseiros como sujeitos nas relações de poder, numa luta de enfrentamento pela posse de propriedade da terra. Para José de Souza Martins, um protagonismo visto sem se deixar subjugar, pela negligência do Estado e suas redes de poder.

No âmbito das lutas e tensões analisamos as articulações da comunidade garantindo a visibilidade da luta e resistência ao conflito, e ao mesmo tempo, denunciando a grilagem de terra na região, perpetrada pela Empresa Agroindustrial Camaragibe S.A., em nível Regional e Nacional. Desse modo, a intensa busca das redes de apoio à luta, através da Diocese de Juazeiro/BA, junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) Regional e a CPT Nacional, as Federações de Trabalhadores (CONTAG e FETAG), os Sindicatos de Trabalhadores rurais de vários municípios da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais, entidades de apoio e outros segmentos da sociedade civil.

De acordo com Füssmann (1994), a perspectividade se refere à relação passado e presente, afirmada no celebre dito de Benedetto Croce de que “toda história é contemporânea”. Partindo dessa concepção, o terceiro capítulo faz uma análise desse passado dialogando com o presente, cujas evidências são perceptíveis nos relatos orais de memória da comunidade e nas consequências que ainda permanecem. Atualmente, esse diálogo tem propiciado à comunidade implementar a luta com o Estado na questão de regularização fundiária dos territórios - Comunidades Fundo de Pasto, e a luta em defesa do território como espaço de sobrevivência, valorização da cultura e de suas ancestralidades.

Desse modo, esta dissertação apresenta um panorama dos conflitos no contexto da luta pela terra, mediante as tentativas de expropriação dos trabalhadores rurais, sejam elas distantes no tempo, sob o domínio dos coronéis, ou na atualidade, quando o Agronegócio se implanta com apoio governamental expulsa as populações do campo, aumentando a fome e a pobreza nas periferias urbanas.

CAPÍTULO 1 - SOBRADINHO NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

O início da década de 1970, período do chamado “milagre econômico brasileiro”⁴, é entendido para os governos militares, seus ministros e técnicos da área econômica, como uma política de extraordinário crescimento e desenvolvimento econômico do país. Beneficiada com o avanço das telecomunicações, a propaganda governamental passou a ter a TV como um canal de expressão que nunca existira na história do Brasil. A promoção do “Brasil grande potência”, produziu resultados no imaginário da população (FAUSTO 2015)⁵. Singer (1985, p. 67) também salienta que “milagres econômicos” têm, evidentemente, caráter político. “Elessão promovidos através dos meios de comunicação de massa para popularizar determinados aspectos da política econômica, aos quais se atribui grande eficácia na promoção do crescimento”.

Ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil investimentos de grandes somas do capital estrangeiro. Em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de 4,3 bilhões de dólares, quase o dobro do nível de 1971 e mais três vezes do que no ano de 1970 (FAUSTO, 2015, p.268). Para Prado (2004), seria um cenário conturbado extremamente recomendável em alterar as prioridades da política econômica. Nesse novo cenário, deveriam ser alcançadas taxas mais altas de crescimento econômico, induzidas principalmente pelo gasto público, articuladas com uma política mais gradual de controle da inflação.

No governo de Médici ocorreu a primeira crise internacional do petróleo em consequência da guerra do Yom Kippur⁶, dos estados árabes contra Israel. Nessa crise, o

⁴ A expressão “milagre econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950, foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “milagre alemão”. Posteriormente essa expressão foi repetida para o milagre japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão “milagre econômico brasileiro” passou a ser usado como sinônimo de boom econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo. O “Milagre Brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973) (PRADO, 2019)

⁵ Boris Fausto discute essa e outras questões pertinentes ao período em estudo em sua obra *História Concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2015.

⁶ Entre os vários conflitos ocorridos entre árabes e israelenses, está a Guerra do Yom Kippur, que durou cerca de vinte dias no mês de outubro de 1973. O nome dessa guerra está relacionado com o feriado judaico do Dia do Perdão– Yom Kippur, em hebraico. Aproveitando as comemorações judaicas e de falhas no sistema de inteligência do exército israelense, Egito e Síria atacaram Israel em 06 de outubro de 1973. A principal motivação dessa guerra foi a anexação de territórios sírios e egípcios por Israel durante a Guerra dos Seis Dias, em julho de 1967. Esses territórios eram a Península do Sinai, uma parte do Canal de Suez, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã.

Brasil foi profundamente afetado, já que importava mais de 80% do total do seu consumo. A década de 1970 pode se afirmar que foimarcada pelos anos de ouro e de chumbo, representando um período paradoxal na História do Brasil.

De um lado, esse momento de muito otimismo econômico, o país atraindo grandes investimentos estrangeiros, especialmente na indústria automobilística, ampliação do crédito ao consumidor, expansão do comércio exterior e as grandes obras governamentais. Do outro, a repressão do regime em sua fase mais cruel, por exemplo, o Ato Institucional nº5 (AI-5) que instalou a tortura, perseguiu opositores, censurou a imprensa, cassou direitos políticos e expurgou funcionários públicos, abrangendo professores universitários (FAUSTO, 2015). Ferreira e Carloni (2019) também explicitam fatos corridos nos anos de chumbo da ditadura civil-militar, através de narrativas que dão visibilidade a personagens que foram vítimas de torturas, deportação, perda de direitos e assassinatos, por serem considerados inimigos do regime.

Nessa perspectiva sombria, Daniel Aarão Reis Filho afirma: “sob as asas sinistras do governo deram-se o milagre econômico brasileiro, as festas, as celebrações esportivas e patrióticas de 1970 e 1972, o esmagamento das organizações revolucionárias e o silenciamento das oposições moderadas que apenas sobreviveram” (REIS FILHO,2010; p.95). E nesse ambiente simultâneo, o capitalismo brasileiro avançava então e a ditadura parecia consolidada.

Num clima de euforia, proveniente dos anos do milagre que ainda persistia, tomou posse em março de 1974 o General Geisel. O novo governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDII). Este buscava completar o processo de substituição de importações, instalado havia décadas no país, mudando seu conteúdo. A preocupação do II PND com o problema energético era evidente, pois se propunha avançar na pesquisa de petróleo, no programa nuclear, assim como a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidrelétricas, cujo exemplo mais expressivo foi a Usina de Itaipu, construída no rio Paraná, na fronteira Brasil Paraguai.

No que tange ainda à política desenvolvimentista dos militares, Regina Beatriz Guimarães Neto (2010), aponta, na década de 1970, uma grande seca no Nordeste. No discurso do Governo, esta confere status de “causa”, para justificar os investimentos em

O exército do Egito chegou a adentrar 15 quilômetros do território controlado por Israel na Península do Sinai. Os israelenses sofreram importantes baixas nos confrontos que ocorreram ao longo do Canal de Suez. Entretanto, a contraofensiva israelense deteve os egípcios e adentrou o território sírio, atingindo a capital do país, Damasco. Informações disponíveis em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-do-yom-kippur-e-a-crise-do-petroleo.htm>

grandes obras como a construção de estradas, hidroelétricas, polos de exploração mineral, projetos designados de colonização entre outros. Tais obras, condicionadas em atender preferencialmente, na prática discursiva os segmentos sociais que são chamados “flagelados”. Nesse contexto, a região do Vale do São Francisco passa a ser área de interesse desse discurso governamental, justificando os grandes investimentos que se materializam no projeto de construção da hidroelétrica de Sobradinho⁷, como divulgado na imprensa.

No entanto, logo se imaginaria numa redenção ampla, com progresso e desenvolvimento, dando visibilidade à pessoa humana no seu espaço de vida. Mas de acordo com os relatos apresentados, os trabalhadores, por não serem considerados nessa política produtiva/capitalista, perderam sua visibilidade ao perderem suas terras de forma marginalizada e com indenizações injustas. Enfatizando essa política de exclusão do trabalhador, Zacarias Rocha, líder comunitário de Areia Grande, ressalta: “a gente entende que os grandes projetos, os grandes investimentos não são para nós”. Porém, os investimentos do governo através da CODEVASF são destinados a atender a pequenas, médias e grandes empresas. Para os trabalhadores que não atendem os critérios que ela estabelece para permanecerem como colonos, são excluídos desse sistema de produção de riquezas.

Nessa perspectiva, configurava-se um Estado forte, sustentado pela doutrina de Segurança Nacional que, apoiando-se nesses pressupostos, resguardava a execução dos projetos do governo militar, sem objeções ou críticas. Foi nesse período, no auge do regime Civil-Militar, que a represa de Sobradinho foi projetada, no então governo do presidente Emílio Garrastazu Médici.

1.1 SOBRADINHO: A IMPONÊNCIA DO MILAGRE E A OBSCURIDADE DOS ANOS DE CHUMBO.

⁷O jornal *A Tarde* de 2 de agosto de 1984, Caderno 2, p. 7, trazia a seguinte manchete: “Projeto de Irrigação será a redenção de vasta região”. [...] Segundo o ministro do Interior, Mário Andreazza, o Massangano em plena operação vai contribuir para transformar o Polo Juazeiro/Petrolina em uma das regiões mais ricas do país. Desse modo, os projetos de irrigação, especialmente o Massangano, seria o carro-chefe dentro de um futuro tão promissor.

Em 1971, foi tomada a decisão de construir a barragem. Dois anos depois se iniciaram as obras, com a conclusão do represamento do lago em 1978, sua inauguração ocorrera em março, desse mesmo ano pelo presidente da República Ernesto Geisel.

Tratando-se de um clima de cerceamento de liberdades de expressão no país, segundo Marco Antônio Coelho (2005), não havia no país a menor possibilidade de um diálogo franco, aberto, sobre as questões fundamentais da vida brasileira, notadamente as políticas públicas e as medidas tomadas pelo Palácio do Planalto. Todas as decisões eram restritas num círculo de pessoas, exclusivamente na cúpula governamental, com a conivência de empresários poderosos. O Congresso Nacional não era chamado a opinar e a imprensa vivia sob o guante da censura ou se amoldava à autocensura.

Atento à configuração do setor energético brasileiro, Eduardo Zen, da Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁸, caracteriza como ditatorial o processo de construção de hidrelétricas. Aponta práticas impositivas de empresas construtoras muitas vezes com apoio da polícia militar, polícia federal e, inclusive, do exército. Materializando uma ação tática ditatorial, na implantação da hidrelétrica de Sobradinho, podemos afirmar que o governo militar traçou um habilidoso plano, cuja finalidade era impedir a resistência da opinião pública ao projeto.

Assim, setores governamentais desenvolveram ampla campanha para criar um clima de apoio a essa iniciativa de gigantescas proporções, apresentada como extremamente positiva para o desenvolvimento do Brasil. No âmbito de Sobradinho, simultaneamente, o governo equipou-se para fazer uso de todos os tipos de pressão em defesa de seu empreendimento, lançando em março de 1974, o Decreto-lei N° 1316 que declara os municípios de Casa Nova, Sento Sé, Sobradinho, Remanso e Pilão Arcado área de Segurança Nacional. Isso significa deixar a população à margem de qualquer decisão, e ainda tornou-se uma forma de evitar qualquer questionamento ou inconformidade por parte da sociedade sobre a construção da hidrelétrica e tudo o que fosse relacionado a esse megaprojeto.

Sobradinho, das cinco cidades da borda do lago, a mais diretamente impactada pela hidrelétrica, situa-se a 553,3 km de Salvador, com uma população urbana de 23.223 pessoas (IBGE, dados de 2020)⁹. Sua área territorial é de 1.355,972 quilômetros quadrados. O IDHM

⁸ Conforme Dirceu Benincá, no final dos anos de 1970 e alvorecer da década de 1980, os atingidos por barragens começaram a se organizar em três regiões do país: Sul, Nordeste e Norte. Essas e outras organizações locais deram origem em 1991, a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB). Ele é movimento articulado com outros movimentos sociais, e segmentos religiosos e culturais, em defesa da luta e do combate as injustiças aos povos atingidos com a construção de hidrelétricas no Brasil.(BENINCÁ, 2011). Título: Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens - Editora Cortez

⁹<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/sobradinho.html>

está calculado em 0,631. A construção da barragem ocorreu entre os anos 1973 a 1978, tendo o lago artificial uma área de 4.214 quilômetros quadrados.

Fig. 1 Localização de Sobradinho no mapa do estado da Bahia



Fonte: Google¹⁰

A construção dessa obra deu-se cercada por intensa pressão governamental e conforme cita Pimentel (2012, p.50) o contexto histórico em que foi implantada a UHE Sobradinho caracteriza-se por ser um período de autoritarismo político, o regime militar. “Tal conjuntura traduzia-se, portanto, como desfavorável às reivindicações populares e na força do Estado para impor o que havia estabelecido”.

¹⁰ <https://www.cidade-brasil.com.br/mapa-sobradinho.html>

pagar[...]. Nos achando assim, numa situação de desespero e insegurança. Nós pertencentes à Classe dos Trabalhadores Rurais da região, corremos o risco de desaparecer, uma vez que seremos pescadores, mão de obra barata e mendigos(BOLETIM CAMINHAR JUNTOS,n. 32, junho/1979).

O Decreto lei 1.316/1974, do governo militar, tornando os municípios atingidos pela barragem, Área de Segurança Nacional tem como reflexo a política de autoritarismo do regime. Todo um aparato com suas bases nos distintos assaltos aos poderes Legislativo e Judiciário, na crescente repressão aos movimentos sociais e na trama de uma legislação autoritária, criada passo a passo, desde os primórdios do novo regime. Dessa maneira pode-se afirmar, que “desde 1964 foi se constituindo um projeto de modernização da sociedade brasileira a partir de medidas econômicas e políticas de Estado autoritário, associado à iniciativa privada, o que se convencionou chamar de modernização conservadora” (RIDENTI, 2014, p.46; apud D’ARAUJO E JOFFILY, 2019, p. 43).

Nesse contexto, explicitamente, membros das equipes da CHESF, ANCARBA e INCRA, contribuíram para que a situação se tornasse cada vez mais dramática. Não transmitiam corretamente as informações ou davam informações truncadas, desnortando o povo. Na pressa de convencerem as pessoas a deixarem a região(limpar a área como eles diziam), usavam com frequência diversas formas de pressão e ameaças ao povo: “ou aceita essa indenização ou perderá tudo debaixo d’água”, “se vocês não quiserem sair, virão os tratores da CHESF” (BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, n54, abril/1981, p. 03).

Na análise de textos do Boletim Caminhar Juntos, encontramos vários relatos de situações em que fica evidente o autoritarismo por parte dos representantes do governo federal. A seguir, a narrativa do Juiz de Direito de Remanso exemplifica essa questão:

Narravam esses pacientes que eram ameaçados de despejo a “*Manu Militari*”¹² e nessas promessas os prepostos da CHESF procuravam envolver até o Exército Nacional. Com efeito, a desenvoltura com que agiam os prepostos da CHESF, meramente os menos graduados, deixavam margem a se dar crédito àquelas acusações, pois que aqueles indigitados¹³, em contato com quaisquer pessoas, mesmo as mais esclarecidas, não pronunciavam duas frases sem que nelas não se inserissem “Segurança Nacional”, “AI-5” e outras siglas. Imagine-se mesmo, qual a doutrina pregada por esses loquazes¹⁴ senhores junto àqueles humildes pacientes¹⁵

¹²*Manu-Militari* – Locução em latim, e significa literalmente com mão militar, com uso da força. No texto essa expressão se refere as operações conduzidas pela CHESF, na remoção do povo durante a construção de Sobradinho

¹³ Indigitados – No meio jurídico, faz referência a um indivíduo responsabilizado por um crime, aquele que foi indiciado. No contexto da construção da barragem de Sobradinho, se refere aos funcionários da CHESF, cujas atitudes como ameaças em pressões, de forma explicitas se configuraram crimes, contra o povo humilde que seria desalojado

¹⁴Loquaz – Diz daquele que tem facilidade de falar, aquele que fala com eloquência. Os loquazes senhores, em que o texto enfatiza, se referem àqueles que com facilidades de falar impõem seus discursos doutrinários, inibindo a reação dos interlocutores, ou seja, o povo humilde.

(DR. Djalma Nunes Fernandes, ofício n. 165/78, de 06/06/78 em que prestava informações ao Dr. ThomásBarcellar da Silva, DD. Presidente da OAB – Seção da Bahia).(Doc. 05, in BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, n. 54, p. 03).

Fatos como esses, tornaram-se comuns, em se tratando de megaprojetos de barragens. De forma geral, como também mostra o MAB, os impactos dessa implantação permanecem pelas décadas seguintes.

1.1.1 As Barragens e suas Controvérsias

Ao longo da história da humanidade, as barragens foram vistas como fundamentais para a promoção de atividades agrícolas, abastecimento de água, contenção de enchentes. Sendo essa última, como afirma Coelho (2005), a prioridade para a construção da barragem de Sobradinho, que em tese-a regularização de enchentes do São Francisco ganhou apoio da opinião pública.

Com a revolução industrial, houve a necessidade e uma demanda maior por gerar energia para suprir vários setores. Diante dessa necessidade, a opção mais viável para impulsionar o desenvolvimento econômico, as hidrelétricas tornaram-se foco de interesses públicos, econômicos e tecnológicos tanto de governos quanto de agências financiadoras e empresas construtoras. De acordo com a Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000):

Entre as décadas de 1930 e 1970 a construção de grandes barragens tornou-se – na opinião de muitos – sinônimo de desenvolvimento e progresso econômico. Vistas como símbolos de modernização e da capacidade de a humanidade controlar e utilizar recursos naturais, houve um aumento dramático da construção de barragens. Essa tendência atingiu o auge nos anos 70, quando em média duas ou três novas grandes barragens eram comissionadas no mundo a cada dia [...] (grifos do autor) (BENICÁ, 2011, p.24)

O MAB diverge do discurso que apresenta as barragens como sinônimo de progresso. Nessa visibilidade o MAB combate o capitalismo voltado para especulação, dizendo que ele transforma a energia em mercadoria de primeira grandeza. Porém, primeiro destrói a natureza, engana a população afirmando que as barragens trarão desenvolvimento e, paradoxalmente, chama isso de progresso. No que tange à problemática entre hidrelétricas e progresso moderno – na ótica dos atingidos – essa relação se alinha como pensamento do sociólogo Walter Benjamin, que segundo ele, o progresso está em curso permanente na história, é

¹⁵PacienteNo meio jurídico, aquele que é objeto de uma ação de outrem ou privação criminosa, no contexto de Sobradinho ao qual se refere o juiz de Remanso, os indivíduos, ou seja, os pacientes narravam uma situação de constrangimento ilegal em sua autonomia com ameaças e despejos com o uso da força.

inevitável e traz resultados nefastos acerca dos quais ele é simultaneamente cúmplice e testemunha.

Então, nessa lógica visionária do sistema capitalista, apregoada de forma incisiva desde o período da ditadura militar, com suas obras faraônicas, o Projeto Sobradinho levantara a bandeira do progresso na região do Vale do São Francisco. Numa lógica, que sentenciava o progresso de maneira como eles, governo e empresários capitalistas pensaram e decidiram. Enquanto os descontentes e os prejudicados viram “problemas”, que não merecem mais do que soluções baratas, as responsabilidades sociais dos empreendedores, e do próprio Estado, vão por água a baixo, junto com as regiões inteiras que são afogadas, (SEVÁ, 1990, p.18; *apud* BENINCÁ, 2011, p. 25-26).

Numa carta de oito páginas enviada ao Dr. Mário Penna Bhering, presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, em 14 de junho de 1972, quando se estudava o Projeto Sobradinho, o engenheiro Eunápio Pelteir de Queiroz, diretor de construções da CHESF, faz o seguinte relato sobre o futuro reservatório de Sobradinho (DOC. N° 01). Em tom profético ou com o realismo do profundo conhecedor da região dizia Dr. Eunápio:

De uma maneira geral, a desocupação de uma área dessa implica, apenas nos trabalhos de desapropriação. Em Sobradinho, pela sua extensão, aridez das terras e vultuoso contingente humano, pobre e subdesenvolvido apresenta-se um profundo problema social, que está a exigir uma consideração toda especial, quanto à assistência que deve ser dada às populações atingidas. Dada sua magnitude, ao nosso ver, transcende dos poderes e atribuições dessa companhia CHESF (BOLETIM DA DIOCESE DE JUAZEIRO-BA. CAMINHAR JUNTOS, N° 14, 09/1977)¹⁶.

Esse relato, ao descrever a área do reservatório, o aspecto social humano, fornece como dados gerais as dificuldades específicas da região e da população. Tendo em vista esses aspectos, de início das obras, a CHESF se mostrava sensível, aos menos verbalmente, aos aspectos humanos e sociais. Nessa carta ao presidente da Eletrobrás, Dr. Eunápio terminara com uma grave advertência:

Obviamente, é impossível deixarmos de prestar a essas famílias subitamente despertadas de sua vida pacata e tranquila para a imposição dramática do abandono de tudo o que constitui os seus meios e razões de viver; a nossa solidariedade e a assistência eficiente e decisiva do poder público, afim de que possam reconstruir um novo meio de vida. Não fazê-lo, seria permitir sua emigração desordenada e conseqüentemente marginalização, expondo-os ao tráfico, à mendicância, à delinquência e a prostituição e isso é evidentemente, inadmissível (Relatório de Reassentamento de populações, 2016–p. 19 CHESF- Sobradinho-BA).

¹⁶Fonte: Boletim Caminhar Juntos; Acervo Dom José Rodrigues – Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus III – Juazeiro-BA.

Além da advertência, na carta, Dr. Eunápio externava claramente, as limitações e a competência da CHESF, na busca de alternativas para relocação da população atingida (urbana e rural). Alternativas que o mesmo reconhecia deficitárias. Para ele a solução viável, seria um programa de colaboração dos órgãos (Federal e Estadual) com a CHESF, sendo formada uma comissão de alto nível com a participação da CHESF, SUDENE e SUVALE, para estudo do problema e implementação de sua solução. Logo, essa comissão deveria ser iniciada tão breve quanto possível e se manter até (1976-1977), promovendo as providências necessárias (RELATÓRIO – CHESF, 2004, REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES, p.18).

Mas com o desdobramento do grande Projeto Sobradinho, toda essa sensibilidade que a CHESF tentou demonstrar, não passara de um discurso instituído, para Marilena Chauí (2014), no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos. Nesse sentido, um discurso que se materializa em uma relação desigual, de forma imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais. Como representante da CHESF, Dr. Eunápio reduz o homem ribeirinho ou barranqueiro à condição de objetos sociais, amparado em seu discurso de dominação cultural quando afirma:

Seus instrumentos de trabalho são o remo, a enxada e o facão. O “barranqueiro” é um homem totalmente condicionado ao rio que tudo lhe dá. Vive isolado e autossuficiente. Analfabeto, sem usufruir de qualquer benefício de comunicação de massa, seus contatos humanos restritos ao seu próprio nível, como os vizinhos e feiras, sua mentalidade não pôde evoluir, conservando-se primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido. Assim, agarra-se ao rio que lhe assegura a sobrevivência e às crenças, que o confortam. Além de tudo, com justa razão, profundamente sentimental para com o seu rio, por afeição – o Velho Chico. Socialmente é, pois, um ser desvinculado, cultural e economicamente, do resto do país (RELATÓRIO DA CHESF, 2016, P.17).

A própria CHESF, contribuiu de forma dramática para tornar verdadeira a previsão apocalíptica de Peltier. Negligenciando a vida de 72 mil pessoas, deslocadas em consequência da represa. De acordo com Siegfried Pater (1996), alguns funcionários passaram a falar em “limpar a área”, outros pressionavam com ameaças abertamente os atingidos: “ou você aceita a indenização, ou vai perder tudo debaixo de água”. Se vocês não saem daqui, já vamos chamar o Exército eviremos com tratores”. “Se você não tirar essa cerca daqui você vai levar uma surra”. “Você não vai receber lote nenhum, seu lugar é no cemitério”. Era uma situação de muita efervescência, insegurança e medo, para essas populações.

Segundo Marco Antônio Coelho (2005), em materialidade, as próprias autoridades (no âmbito federal, estadual, local) não tinham planos e estudos sobre o que se faria com a população que vivia na região e teria de ser evacuada. Até julho de 1972, a CHESF não sabia o que propor, nem o que fazer com milhares de sertanejos que perdiam tudo – casas, povoados, modo de alimentar seus familiares, laços afetivos, locais de trabalho, enfim tudo o que possuíam inclusive o seu patrimônio cultural, e até os seus mortos que estavam enterrados nos cemitérios de cada cidade e em seus povoados.

Além dessas circunstâncias, a população sertaneja também enfrentava a arrogância e prepotência dos governos militares, que se julgavam senhores dos destinos do Brasil, encaravam os ribeirinhos como seres primitivos, analfabetos e incapazes. Essa gente humilde, se tornara um empecilho para a construção da represa de Sobradinho.

Esse tipo de visão sobre o povo ribeirinho relaciona-se à constituição mítica da América Índia, mulher nua estendida, imagem erótica, guerreira, na visão do Américo Vespúcio. Para Michel de Certeau (1982) representa o início da escrita ocidental. O corpo do outro, trazendo o nome de seu inventor (Américo), nele coloniza-se o discurso do poder, e a escrita conquistadora vê o novo mundo como uma página em branco, selvagem, para nela escrever o querer ocidental. Em analogia, essa construção mítica também se deu na área dos ribeirinhos do São Francisco.

Os representantes do discurso do poder viam as populações sertanejas desprovidas de saberes e conhecimentos para gerenciar suas vidas e seus próprios destinos [...] “Eles não saberiam como aplicar o dinheiro proveniente da indenização dos seus bens (o regime de troca ainda existe)”; “não têm noção para onde se deslocar e os magros recursos que receberão entre a aquisição da nova terra e sua subsistência [...]”(RELATÓRIO-REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES, 2016 p. 14). Para a CHESF, a área da população sertaneja era um mundo compáginas em branco, e que a construção da barragem seria a escrita de um novo mundo. Um mundo moderno, de progresso e de desenvolvimento para a região.

Na visibilidade dos trabalhadores rurais, a barragem que veio em nome do progresso, se tornara um ônus muito elevado. Os trabalhadores não tiveram nenhuma participação nesse progresso; ao contrário, encontram-se prejudicados. Ele, porém, está acontecendo às custas de sacrifícios dos trabalhadores rurais. A implantação do Projeto Sobradinho, processo que gerou a desagregação de 2/3 (dois terços) da população rural¹⁷, criando uma situação de

¹⁷Boletim Caminhar Juntos (1979), Acervo D. José Rodrigues; Diocese de Juazeiro-BA.

instabilidade, modificando modos de vida é consequência das indenizações que a CHESF operacionalizou na execução e liberação da área do reservatório.

Para retirar os trabalhadores rurais¹⁸ da área, a CHESF menosprezou o que eles possuíam, negligenciou indenizações com valores arbitrários e injustos, não levando em consideração o modo de vida e o sustento de suas famílias. De acordo com Sigaud (1986), o momento de autoritarismo político, no início da construção de Sobradinho foi muito propício para inibir reações e mobilizações, por parte da população a ser compulsoriamente deslocada. Num manifesto, celebrando o dia mundial do trabalhador (1º de maio-1979), os trabalhadores rurais da região de Sobradinho desabafam:

[...] estamos também convencidos de que se nós, trabalhadores rurais tivéssemos tido condições de falar, modificando alguma coisa, naquilo que dizia respeito aos nossos interesses antes e durante a construção dessa barragem não estaríamos na situação de miséria em que estamos hoje [...] (BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, n.32 junho de 1979).

Na fala acima, recortada do Boletim Caminhar Juntos, está bem evidente que os ribeirinhos não foram ouvidos. Conforme relatos de entrevistados e de publicações da época, havia a implantação de um projeto, com um forte tom desenvolvimentista; porém, a CHESF não abriu espaço para que os atingidos pela barragem pudessem propor, mas somente escolher entre as alternativas apresentadas por ela.

Segundo Sigaud (1986) o rio São Francisco trata-se de uma área povoada desde o século XVI por criadores de gado, tendo por finalidade abastecer as regiões produtoras de cana-de-açúcar do litoral com carne, couro e animal de tração. Por ser uma espécie de elo entre o norte e o Sul, esse rio chegou a ser chamado de “Rio da Unidade Nacional”. Nessa perspectiva, ao longo de suas margens estabeleceram-se modos de vida profundamente vinculados a utilização do rio. O núcleo desse modo de sobrevivência foi uma combinação de pesca, agricultura de vazante. Agricultura de terra firme e criatório nas áreas secas, que atravessou sem grandes transformações quatro séculos de colonização. Materializando, essa relação de vínculos demonstra toda situação de dependência que os trabalhadores rurais tinham com o rio. Em um manifesto afirmam:

Antes, nós tínhamos as melhores terras, nas ilhas, que davam toda a plantação que cultivávamos. Nós tínhamos condições de trabalho em nossas terras e tínhamos boas pastagens e criatório. A produção da lavoura era suficiente para a sobrevivência de

¹⁸ Entende-se por trabalhador rural, o indivíduo que cultiva uma pequena área de terra, com recursos próprios e com uma produção voltada para sua subsistência e de sua família, usando técnicas de manejos simples. O excedente dessa produção é comercializado em feiras livres, para com o dinheiro adquirir outros produtos de consumo. O que diferencia do boia-fria, que é um trabalhador rural reduzido à categoria de trabalhador assalariado e temporário (MARTINS, 1997, p. 106).

nossas famílias e o que ainda sobrava dava para comercializar [...] nós sabíamos, em cada época do ano, o que era necessário para viver. Na época das cheias, nos trabalhávamos nas nossas roças de terra firme. Na época de vazante, nós tínhamos os nossos lameiros que tudo produziam, em curto espaço de tempo: batata, feijão de arranca, melancia, cana, abóbora, melão, cebola, milho etc. Nos casos urgentes de doença ou em outras situações, como no transporte da colheita, tínhamos nossos barcos que nos facilitavam a locomoção de um lugar para outro[...] (MANIFESTO DOS TRABALHADORES RURAIS, SOBRADINHO, 1º de maio/79 BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, n. 32, junho/1979)¹⁹.

Com a ausência de um enfrentamento político imediato ao problema criado com a construção da barragem, Margarete Pereira da Silva (2002), aponta a fragilidade da população em termos de organização e a apática concordância das principais famílias e políticos locais. Conforme Sigaud (1986), a organização sindical onde existia era frágil e débil. Os próprios documentos sindicais revelavam essa postura, quando afirmam que não havia “trabalho de base” na fase do deslocamento e que os sindicatos eram vistos pela população como “órgãos assistenciais”. Desse modo, os trabalhadores, desmoralizados, aceitavam as propostas da CHESF.

Revelando o posicionamento de cada grupo político local, diante do enfrentamento do Projeto Sobradinho, Silva (2002) afirma que a família Sento-Sé assumiu a posição favorável, em Casa Nova. A família Vianna tomara uma posição ambígua, pois estava ligada ao poder estadual e federal, na pessoa do Dr. Adolfo Vianna, chefe político local, primo do senador Luiz Vianna Filho e irmão do deputado Honorato Vianna, presidente da Assembleia Legislativa da Bahia. Já em Remanso, os Braga, Rosal e Castro apresentavam posição difusa; em Pilão Arcado as lideranças políticas – o prefeito nomeado João Ribeiro Vale e os Queiroz – foram os que mais benefícios obtiveram com a barragem.

Segundo Silva (2002), por parte dos prefeitos percebe-se que havia uma certa inquietação, quanto a retirada da população para outras áreas. Logo, isso implicaria na queda de arrecadação tributária, um dos exemplos, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pois este seria proporcional à população de cada município. Outro fator de preocupação para esses prefeitos, era a fragmentação de suas bases eleitorais.

Mesmo assim, diante de um cenário que traria perdas para os municípios e suas respectivas populações, os representantes políticos locais pouco intervieram em favor de seus territórios e suas populações. Nesse sentido, entende-se que o planejamento da ação no Vale do São Francisco sempre esteve delegado à esfera Federal, passando o poder decisório a passos largos das forças políticas locais.

¹⁹ *Boletim Caminhar Juntos* (1979) Acervo D. José Rodrigues, UNEB Campus III, Juazeiro-BA.

A construção de barragem produziu conflitos de ordem social, política e cultural na medida em que se confrontaram propostas e interesses distintos, saberes técnicos com saberes populares. Não somente em Sobradinho, na Bahia, mas em outras regiões, como na Amazônia, os conflitos se estendem por gerações, conforme denuncia o MAB. Para esse movimento, dentre os casos mais sérios de impactos gerados por hidrelétricas está o de Tucuruí/PA, construída sem inspeção e avaliação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O represamento do rio causou a expulsão compulsória de milhares de famílias. De acordo com Luiz Dalla Costa:

Lá houve de tudo: um péssimo tratamento da questão social, erros de cotas-d'água; uso do Agente Laranja (o mesmo que foi utilizado na guerra do Vietnã) para desfolhar a floresta; desvio de dinheiro público pela empresa CAPEMI; proliferação de mosquito etc. Tucuruí era uma cidade pequena com aproximadamente 8 mil habitantes e passou a ter 60mil pessoas. Criou-se um sério problema urbano. A energia de Tucuruí é distribuída de modo subsidiado às grandes exploradoras de minérios na região. (Entrevista concedida em 07 de novembro de 2008. In: BENINCÁ, 2011, p.50).

No entanto, nesse modelo de subserviência aos interesses capitalistas, cria-se um ambiente hostil às populações ribeirinhas que vivem na área. Em Tucuruí, os custos sociais da hidrelétrica foram e continuam pesados. Notadamente verificam-se doenças, mortes, abortos e nascimento de crianças deformadas em função da utilização do desfolhante. Produziu impactos severos, inclusive perda de floresta, deslocamento de povos indígenas e residentes ribeirinhos na área de submersão, eliminação da pesca a jusante. A barragem se tornou fonte de controvérsias sendo até motivo de uma condenação do governo brasileiro pelo Tribunal Internacional das Águas.

Em Sobradinho, os custos sociais, culturais, políticos e ambientais, também foram e continuam expressivos. Conforme dados da Diocese de Juazeiro, Cerca de 72 mil pessoas foram desalojadas, expulsas de suas terras para dar formação à represa, e posteriormente para dar lugar a implantação de grandes projetos de irrigação no entorno do lago. Valor das indenizações irrisórias, pois a CHESF utilizou critérios injustos de avaliação, principalmente com posseiros e pequenos proprietários que não eram detentores de títulos de propriedade. Enfraquecimento político da região, estando os municípios atingidos sob jurisdição federal, a chamada “Área de Segurança Nacional”.

A proliferação de doenças advindas da contaminação da água, quantidade surpreendente de casos de hepatite em Remanso, muitas doenças de pele e outras que não eram comuns em Sento-Sé. Para o estudioso Roberto Goodland, ouvido pelo jornal *O Globo* (1977), essas doenças e muitos problemas iriam surgir em tempo de baixa vazão do rio. A

contaminação se deve a cemitérios, árvores apodrecidas embaixo d'água, milhares de animais afogados.

O desencadeamento de conflitos e grilagens de terras, a região detentora de um enorme potencial hídrico e energético contribuiu para o aumento da valorização das terras no entorno do lago. Aumento da prostituição, com a construção da barragem o contingente de operários era grande na região, vindos de várias partes do Brasil e do Nordeste.

Nesse contexto, muitas prostitutas profissionais de outras regiões vieram para Juazeiro (BA), havendo o recrutamento de centenas de garotas nos municípios vizinhos. Essas mulheres eram iludidas com falsas promessas de emprego, mas, em vez de emprego fixo, encontravam condições desumanas em alojamentos que mais pareciam prisões e ainda eram obrigadas a trabalhar para cafetãs. Para Siegfried Pater (1996), dessa maneira uma boa parte do dinheiro que os operários ganhavam na construção da hidrelétrica voltava direto para os bolsos dos ricos. Também houve o inchaço das periferias das cidades de Petrolina e Juazeiro, para onde migraram trabalhadores expulsos pela barragem, e sem qualificação profissional passaram a ser bóias-frias nos projetos irrigados e agroindústrias da região.

1.2 SOBRADINHO E A IRRIGAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

A hidrelétrica de Sobradinho foi construída a 50 km da cidade de Juazeiro, no município de Casa Nova, tendo por finalidade, de início, a regularização plurianual do São Francisco (2.060m³ de água por segundo) para acionar as turbinas da Usina hidrelétrica de Paulo Afonso-BA. Mas segundo Marco Antônio Coelho(2005), em 1974, o mundo afetado com o alto custo do petróleo e da crise de energia levou o presidente Geisel a tomar medidas alterando o projeto da represa. Logo, veio de Brasília a determinação para que fosse implantada a casa de força na barragem, tão cedo quanto possível, com intuito de gerar energia. Na implantação da eclusa no reservatório, segundo informações da época, o próprio Geisel interferiu na questão para que a navegação no São Francisco não fosse suspensa. Por fim, uma tomada d'água para irrigação do Projeto Massangano da CODEVASF.

O reservatório atingiu 350km de extensão até a cidade de Xique-Xique/BA, tendo largura média de 15 km e a máxima de 40 km, formando “o maior lago artificial do mundo em espelho d'água”, com área inundada de 4.214km², com 34,1 bilhões de m³ de água e cota máxima de 392,5m. O custo total da obra foi U\$ 869.290.000,00 (oitocentos e sessenta e nove

milhões e duzentos e noventa mil dólares) – preços de dezembro de 1979 = DOC. 01. (BOLETIM CAMINHAR JUNTOS n. 14, setembro de 1977).

Em consequência, a construção desse grande empreendimento sepultou debaixo de suas águas as sedes de 4 municípios (Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado) com dezenas de distritos, povoados e fazendas. Num total de 72 mil pessoas afetadas entre população urbana e rural. (DEPOIMENTO DO BISPO D. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA, CPI, CÂMARA FEDERAL, BRASÍLIA, 07/05/81).

A política adotada na construção de barragens no Brasil, sempre foi pautada como prioridade a geração de energia elétrica. Desde a década de 1940, que o governo estuda o aproveitamento do rio São Francisco como sendo fonte importante de energia. Para isso criou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), que chegou com suas hidrelétricas, pouco a pouco invadindo tudo. Para Edcarlos Mendes (2010), a configuração de um Estado forte interferindo na realidade do São Francisco é vista na concepção de projeto de barragem, desde 1945 no governo de Getúlio Vargas, na dotação orçamentária da Constituição de 1946, na imediata constituição da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) até a barragem de Sobradinho. Efetivou assim, a ação direta do poder federal, distanciada e insensível ao povo cuja vida iria transformar.

Há muitos anos se fala na regularização do fluxo das águas do Rio São Francisco. As características peculiares do rio, apresentam duas realidades anualmente muito contrastantes, que acentuaram a urgência de armazenar as águas no período das cheias e de aumentar o fluxo no período de estiagem. Pleito que era defendido, sobretudo, pelos habitantes de Pirapora, Januária, Barra, Juazeiro e Penedo. Os jornais da época estampavam fotografias documentando as calamidades causadas pelas águas das enchentes. Em situação oposta, passado os meses chuvosos, o que repercutia na opinião pública eram as advertências sobre a diminuição das águas do Velho Chico, a ponto de impedir a navegação dos vapores que subiam e desciam o rio.

Praticamente todos os estudos a respeito do Velho Chico batiam na mesma tecla, o que fez com que medidas destinadas a regularizar o rio fossem inseridas na legislação brasileira com absoluta prioridade, na Lei n. 541 de 15 de dezembro de 1948, pela qual foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Em 1955, foi lançado o plano geral elaborado por uma comissão, coordenada por Lucas Lopes. Nesse documento, apresentara-se uma ampla justificativa da programação plurianual para o rio, e enfatizando essa política, o mais renomado tecnocrata no governo de Kubitschek assegura: “estamos convencidos de que, se deseja presenciar o desenvolvimento de uma rica civilização ribeirinha no São Francisco, é

indispensável cuidar-se, desde logo, do controle das enchentes”(LOPES, *idem*, p. 181. *apud* Coelho, 2005, p. 148).

De acordo com Marco Antônio Coelho, num contexto permeado de ideias, estudos em favor da regularização do São Francisco, e toda uma campanha contra as enchentes, um fato básico foi esquecido. Contra as enchentes, simplesmente deixaram de lado um dado fundamental: o fato de que as enchentes eram indispensáveis para as populações ribeirinhas pobres que se mantinham plantando nas vazantes (nas margens e ilhas do rio) e dedicando-se à pesca. Eram as enchentes anuais que fertilizavam as lavouras e multiplicavam os peixes nas lagoas marginais que se formavam em consequência das inundações. Duas fontes básicas de sobrevivência das milhares de famílias de beradeiros e ribeirinhos que secularmente habitavam ao longo do Vale do São Francisco.

No que se refere ao esquecimento desse aspecto básico da questão, não foi uma omissão ocasional, sempre no jogo das pressões na sociedade, há percepção da falta de um olhar sensível, quando se leva em conta os interesses das camadas populares. Dessa forma, conduziu o Governo Federal, mesmo antes do Golpe de Estado de 1964, a modificar a política estabelecida pela lei de 1948. Em suma, o menosprezo pelos interesses da população ribeirinha e a ditadura atingindo o apogeu dos equívocos, ao planejar e construir uma gigantesca represa no médio São Francisco sem buscar uma solução que não fosse tão danosa para o Brasil.

Argumentando as múltiplas finalidades que as barragens deveriam ter, Lucas Lopes usou o plano de regularização do São Francisco para colocar o rio a serviço do setor elétrico. Efetivamente, abriu caminho para alterar o conjunto da política que fora traçada pela Lei n. 541, de 1948. Nesse sentido, o forjado plano de regularização do Velho Chico, tem início erguendo a grande represa de Três Marias, no Alto São Francisco, na época considerada uma decisão correta e inatacável. A concessão dessa construção e execução foi dada à CEMIG, empresa ligada ao controle de produção energética de Minas Gerais, que logo tratou de relegar à política de regularização.

Após 15 anos da Construção da represa de Três Marias, a realidade da produção e demanda por energia era outra. Estavam em funcionamento no Rio São Francisco as Usinas Hidrelétricas de Três Marias e de Paulo Afonso. Ratificando essa nova realidade, Marco Antônio Coelho aponta projetos de construção de novas usinas pelo país, no Paraná, no São Francisco e em outras bacias hidrográficas. Na década de 1970, tem início a construção da Barragem de Sobradinho, retomando de início, o plano de regularização do rio. Embora, nessa

época, a justificativa na política para a construção das represas, não mais se prendia ao controle das enchentes.

A execução da construção de Sobradinho foi concedida à CHESF, assim como foi dada a construção de Paulo Afonso, na década de 1950. E assim, ratificou-se a verdade exposta claramente por Gerson Kelman e outros especialistas ao afirmarem: “Os reservatórios do setor elétrico brasileiro foram planejados e construídos visando unicamente à produção de energia elétrica. Uma das poucas exceções é o reservatório de Três Marias” [...] (REBOUÇAS E OUTROS, 2002, p.392; *apud*, COELHO, 2005, p.155)..

Conforme Marco Antônio Coelho (2005), até 1970, a política explicitada para o rio, na Constituinte Lei n. 541, de 1948 e outros documentos posteriores, ainda não estava revogada. O que cabe afirmar, que vários dispositivos legais foram violados a fim de o São Francisco se tornar um instrumento exclusivo de duas empresas estatais de energia elétrica. De acordo com Lígia Sigaud (1986), a decisão de levar adiante o Projeto Sobradinho foi o rompimento indiscutível e explícito do regime civil-militar com a política anteriormente traçada para o rio e o Vale do São Francisco. De forma arbitrária, foi a liquidação do plano regional que, segundo a mensagem Presidencial ao Congresso, em 1948, era a primeira tentativa em nosso país de um planejamento regional, para solucionar e executar obras e serviços de repercussão na vida econômica e social, e não se deveria restringir a aspectos parciais do aproveitamento do São Francisco e de seus afluentes.

Portanto, essa pretensão e prioridade de utilizar a energia hidráulica para a produção de eletricidade já estava insinuada desde a década de 1950, tendo sua consolidação no início dos anos 1970, com Sobradinho, cuja construção não estava prevista no plano para o Vale. Daí o endosso de Lygia Sigaud:

Construída para produzir energia, Sobradinho representa a ruptura definitiva com a concepção de que o Vale constituía uma unidade e com os objetivos de sua valorização econômica, de fixação da população, de contenção de cheias, de projetos de irrigação voltados para o desenvolvimento da agricultura da região (grifo da autora).

A política de aproveitamento do potencial hídrico do São Francisco, começa a ser pensada, como meta de desenvolvimento da irrigação, na Lei 541, de 15 de dezembro de 1948, na qual foi instituída a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Para Mariluce Moura (1979), apesar da Lei 541 de 1948, já ter sinalizado a política de irrigação no vale, com ideias de projetos de agricultura irrigada, não foi suficiente ou não resolvia a questão de um projeto para o Vale.

A partir do final da década de 1960, a região demonstra interesse de atrair empresários do Centro-Sul, para investir no Vale. Para isso, o governo teria que garantir uma infraestrutura: estradas, órgãos de assistência técnica à produção, programas especiais de crédito, aeroporto, etc. No final de 1972, a barragem de Sobradinho já em curso, sem nenhum plano de relocação para os que perdiam suas terras conforme Marco Antônio Coelho (2005), enquanto o governo, através do Ministério do Interior e o Ministério do Planejamento, patrocinava viagem de empresários norte-americanos às áreas mais ricas do vale, e assim, glebas imensas eram tomadas por interesses capitalistas - conforme apurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito - e o resto poderia ser entregue aos empresários do Centro-Sul.

Mas a decisão de ocupar o Vale do São Francisco, com grandes empresas agroindustriais tomou corpo em 1973, no fim do chamado “milagre econômico” brasileiro em que o atrativo dos investimentos passou a ser a indústria que fabrica máquinas e equipamentos. No campo, o que passou a ser importante para o governo não era distribuição de terras aos agricultores, mas a chamada “modernização” e a chamada “ampliação da fronteira agrícola”. Medidas implantadas para beneficiar a grande empresa que compra máquinas e equipamentos, que planta produtos, que dá mais lucros do que o feijão, o milho e etc. Medidas que também fomentaram violência no campo, expulsão de posseiros, substituição do meeiro pelo diarista, etc.

Nesse contexto, o projeto Sobradinho foi o principal mentor dos projetos de irrigação e das empresas agroindustriais, no Vale do São Francisco. Pois no projeto de engenharia da obra, constava a tomada de água para possibilitar a irrigação do projeto Massangano da CODEVASF, nos municípios de Casa Nova/BA e Petrolina/PE. Esse desapropriou 500 famílias em Petrolina e 90 famílias em Casa Nova, no povoado de Papagaio.

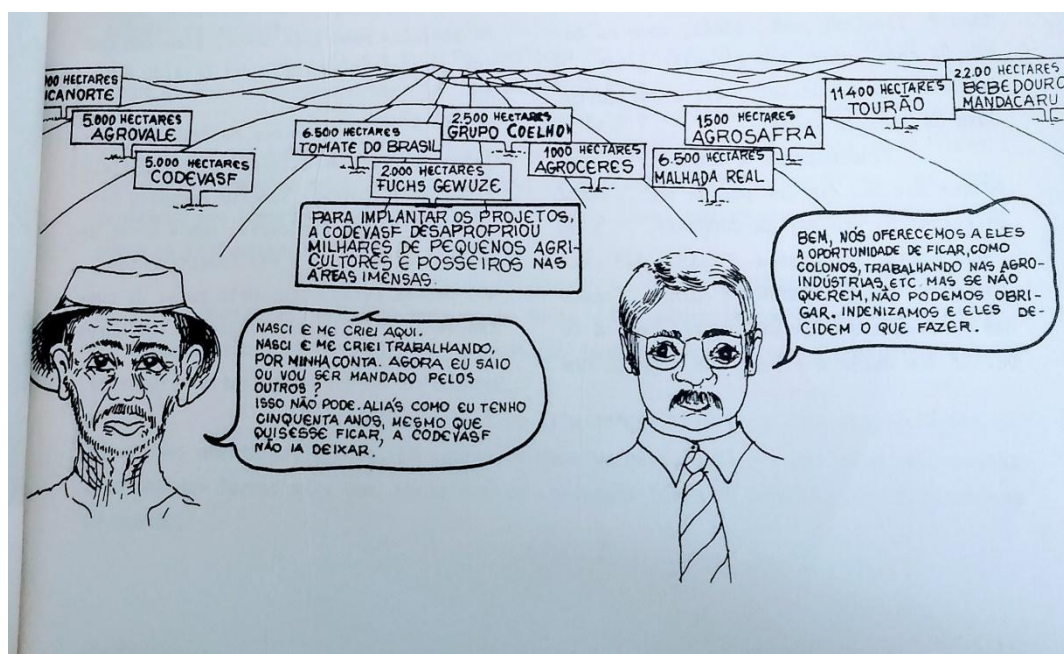
Nesses projetos da CODEVASF, parte do dinheiro aplicado foi do Banco Mundial. Na época, o investimento no Projeto Massangano foi de 59 milhões de dólares (mais de 1,2 bilhões de cruzeiros). A CODEVASF, só na região de Juazeiro instalou sete Projetos de Irrigação. Para realizar esses projetos, tomaram as terras dos posseiros e pequenos agricultores, pagando indenizações ínfimas. Alguns relatos de desapropriados do Projeto Massangano, em Casa Nova confirmam essa política injusta da CODEVASF.

O terreno aqui é muito bom e já é propriedade de mais de um século. Nunca mais vamos achar terrenos como esses. É ficar aqui, mesmo que a gente quisesse, uma boa parte não ia poder, porque a CODEVASF exige gente que tenha 45 anos abaixo”, diz Martiniano Moreira de Souza, 50 anos e a vida inteira vivendo em Papagaio. (Depoimento transcrito- As Ilhas da Resistência, Sobradinho- 1979, p. 40) “Indenizaram a terra do meu pai porque por ela tem que passar um canal principal projeto da CODEVASF. Eram 1500 metros circulado. Pagaram 145 mil e não vai dar para arranjar outro canto bom. O sindicato tem uma tabela, mas a

CODEVASF tem outra e o medo de reagir é muito grande”- Comenta um outro agricultor. (DEPOIMENTO TRANSCRITO – AS ILHAS DA RESISTÊNCIA-SOBRADINHO, 1979, P.40)²⁰.

Os depoimentos nos ajudam dimensionar a perspectiva excludente do Projeto oferecido pelo governo aos sertanejos, deixando clara a intenção de beneficiar unicamente outros segmentos. Aos agricultores ribeirinhos restava a desapropriação e o abandono, como via de regra. É o que se vê também retratado abaixo:

Figura 03: Loteamento da área de perímetros irrigados da CODEVASF entre as agroindústrias na região de Juazeiro/BA.



Fonte: *As Ilhas da Resistência- Sobradinho*. Boletim, CPT Nacional 1979, p. 39. Goiânia-GO.

Uma tamanha perversidade! A imagem acima mostra o loteamento das terras pela CODEVASF, beneficiando as empresas e os grandes projetos. Os moradores da região nem foram informados sobre a existência desses planos, quanto mais incluídos nas considerações. Para a CODEVASF, os que quisessem passar a serem colonos, teriam que atender alguns critérios: ter menos de 50 anos, não ser analfabeto, não ser portador de doença endêmica. (Boletim Caminhar Juntos, setembro, n: 14, 1977 p. 10. Acervo Dom José Rodrigues).

Segundo Siegfried Pater (1996), em poder da CODEVASF, as terras receberam uma infraestrutura que depois são arrendadas ou vendidas para empresas nacionais e

²⁰ In: MOURA, 1979. Material produzido pela CPT Nacional.

multinacionais que nelas produzem melão, uva, abacaxi, manga e outras culturas da mais alta qualidade, como por exemplo, o aspargo, destinado à Europa, que aqui pouca gente conhece e mesmo se quisesse não teria condição de pagar para colocar em sua mesa. Nas feiras de Juazeiro e região, são oferecidos os produtos de terceira qualidade, pois os de primeira vão abastecer os mercados do Sul e Sudeste, e para exportação dos mercados da Europa, Estados Unidos, Japão e Canadá através do aeroporto de Petrolina. Assim também, acontece com a pimenta moída que sai de Juazeiro para virar ração de galinha de postura no Japão, a soja plantada na Bahia, vai virar ração para o gado na Alemanha.

Conforme Pater (1996), a área total do Projeto, as margens do São Francisco, corresponderia o tamanho da França e de Portugal juntos. Os especialistas em agricultura nacionais e principalmente internacionais planejavam transformar a região em uma “Nova Califórnia”. Nome importado dos Estados Unidos, quando em 1970, numa visita a Petrolina-PE, o presidente do Banco Mundial, McNamara, durante um sobrevoo comentou com seu acompanhante, o então governador de Pernambuco Eraldo Gueiros: “Isso aqui é uma verdadeira Califórnia Brasileira. Deveria se chamar no futuro de Califórnia Brasileira”. Nessa visibilidade fica evidente o grande celeiro agrícola, que a região iria se transformar através de irrigação.

O diretor da Valexport, uma associação das empresas de exportação de frutas, Gualberto de Almeida, se entusiasmava ao falar dos êxitos: “Aprimeira surpresa que tivemos, foi o fato de conseguirmos exportar polpa de tomate paraa Itália. Mas a surpresa maior é que logo conseguiremos exportar vinho para a França. Nós usamos tecnologias bastante avançadas e acompanhamos todo o processo de produção com a ajuda de técnicos dos Estados Unidos. Os erros que eles cometeram lá nos ajudaram a evitá-los aqui. Esperamos estar logo entre os grandes produtores mundiais de frutas e verduras”.

No que diz respeito a atrair investidores para tornar viável o centro de produção agrícola na Nova Califórnia Brasileira, folhetos coloridos, em diversas línguas foram distribuídos nas feiras internacionais nos países desenvolvidos e industrializados do mundo inteiro. Nestes folhetos eram divulgadas as grandes vantagens para os investimentos. A terra, matéria prima principal, com custo de um hectare, pelo preço de 120 dólares, energia elétrica barata, em comparação a outros países; um quilowatt/hora não custava mais de 2 centavos. Mas em contrapartida, o que essa gigantesca “Nova Califórnia” significaria para os homens e mulheres que vivem na área desse projeto, os folhetos não revelavam. Sobre isso, fala a assistente social Marina da Rocha Braga, que atende os trabalhadores rurais das plantações de exportação, também da Comissão Pastoral da Terra (CPT – Juazeiro/ Bahia): “Oque eles

ganham não dá para sobreviver. As condições de vida dos trabalhadores são realmente subhumanas”.

De acordo com o escritor e ativista alemão, Siegfried Pater, em seu livro *O Bispo dos excluídos: Dom José Rodrigues* (1992), alguns exemplos dramáticos mostram a forma como os projetos de irrigação se instalaram e operacionalizam num sistema capitalista predatório.

No projeto “Tourão” em Juazeiro, está a Agroindústria do Vale do São Francisco (AGROVALE) que fabrica álcool e também produz açúcar. Suas instalações são responsáveis pela nuvem de fuligem negra que paira sobre a região de Juazeiro até Picos – Piauí, sujando as cidades e intoxicando os moradores, durante quatro meses do ano. Enquanto isso, a empresa não toma nenhuma providência para amenizar essa poluição do ar. Em março de 1984, a AGROVALE provocou o maior desastre ecológico visto na história do vale do São Francisco. Foi responsável pela mortalidade de mais de 300 toneladas de peixes, tendo como causa resíduos da produção de açúcar (Iodo), despejados no Rio São Francisco.

No caso do município de Casa Nova, o projeto implantado era pertencente a um proprietário do Rio de Janeiro. Trata-se da Empresa “Camaragibe”, instalada no povoado de Riacho Grande, com a finalidade de produzir álcool à base de mandioca com cultura de irrigação. Para instalar-se a empresa se apossou de 30.000 hectares de terras, compradas da família Viana. Essa família, pertencente à Oligarquia local vendeu mais terras, do que realmente possuía, e em consequência disso, ocorreu conflito de terra envolvendo a Empresa Camaragibe e os posseiros que viviam na terra há mais de um século. Em seguida apresentamos trechos de uma carta das mulheres trabalhadoras da empresa FRUTINOR de Juazeiro-BA, ao bispo Dom José Rodrigues, denunciando as condições de trabalho:

Nós, mulheres, estamos sendo forçadas a cumprir uma cota obrigatória de trabalho, que não conseguimos alcançar. Temos de colher uvas de 12 a 15 videiras ao dia, sendo que cada uma das videiras carrega 80 a 100 cachos. Se não conseguirmos, temos nosso pagamento cortado[...] nós nos sentimos constrangidas constantemente pelos insultos rudes e obscenos. Vivemos um clima de terror[...] Além disso, impedem que nós usemos o relógio de ponto corretamente. O início da jornada normalmente é às 7:30h, mas nós começamos às 6:30h. Assim, pela manhã eles ajustam para as 7:15 ou 7:20h, para que não precise pagar hora extra. O fim do trabalho seria às 16:30h. Mas aí eles atrasam os relógios. Quando já deu 17:30h, eles colocam às 16:30h. Será que estamos de novo nos tempos da escravidão? Dom José, escrevemos para o senhor, porque temos fé e confiança no senhor. (PATER,1996, p.154 e 155).

No Boletim da Diocese, *Caminhar Juntos* de setembro de 1990, o bispo Dom José Rodrigues publicara um relatório denunciando as condições de vida e trabalho nas áreas irrigadas, e também envolvendo a FRUTINOR, cujo maior acionista foi Antônio Carlos Magalhães, político de grande destaque na Bahia. Na Vila FRUTINOR, há a construção de 2

barracões de blocos; em cada um moram 12 famílias; para cada família há apenas dois cômodos: um serve de cozinha e o outro de quarto para dormir, onde se amontoavam pais e filhos. Num ambiente assim, como falar de privacidade sexual, ou moral conjugal? Sanitários e banheiros ficam fora e são de usos comum, sem o mínimo de higiene[...] Na cooperativa Cotia contaram que há patrões que cobram aluguel desses cortiços, bem como energia elétrica. Não recebem “adicional” de remuneração nessa atividade penosa, insalubre e perigosa, trabalhar com agrotóxicos, conforme a Lei (Art 7, XXIII). Nesse relato sobre a área dos projetos de Irrigação, se tem a percepção do verdadeiro contraste, que nas palavras de Dom José, lugar, “onde a riqueza e miséria, abundância e fome se chocam”.

Analisando a implantação do Projeto Sobradinho no Vale do São Francisco, semiárido baiano, este foi para Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro/BA, fator de empobrecimento da região. Por causa desse projeto, 72 mil pessoas foram desalojadas envolvendo as populações urbanas e rurais de quatro municípios da Bahia. Ficaram submersas nas águas da barragem, quatro cidades sede, povoados, fazendas, vilas e pequenos sítios rurais. Nesse sentido, o discurso e a política de investimentos do governo na região Nordeste é revestida de paradoxos no que tange a uma visibilidade social e econômica.

Segundo Marco Antônio Coelho (2005), para as populações urbanas a situação foi menos onerosa. Logo, novas cidades foram construídas para onde essas populações foram relocadas. Mas em relação à população rural, desses municípios, o tratamento foi caótico. De início, não houve por parte da empresa e executora da obra, a companhia hidroelétrica do São Francisco (CHESF), um estudo planejado sobre o destino dessa população desapropriada, conforme afirma coelho: “Até julho de 1972, a CHESF não sabia o que propor e o que fazer com os milhares de sertanejos que perderiam tudo – casa, povoados, locais de trabalho, enfim tudo o que possuíam, inclusive seu patrimônio cultural” (COELHO, 2005, p.161).

Depois de três anos de início das obras começou o planejamento do reassentamento da população ribeirinha. De acordo com Dom José Rodrigues, em circunstâncias caóticas foram oferecidas à população ribeirinha três alternativas:

- 1- O Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho²¹ - PEC-SR - em Bom Jesus da Lapa, distante 600km de Sobradinho. Construção em sistema de

²¹ O PECSR foi um plano de colonização, considerado “especial” que o governo militar implementou em 1975, em caráter de urgência sua efetivação, a fim de ali assentar a maioria dos lavradores expulsos da área que seria coberta pelas águas da represa de Sobradinho. Esta área estava situada a 700km da região de Sobradinho. Sendo uma gleba que pertencia aos municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, ambos na Bahia. Para Marco Antônio Coelho 2005, em 1975, ano das maiores despesas das obras de Sobradinho, 16,7% do orçamento do POLO NORDESTE foram destinados ao PECSR. Para a historiadora, professora Ely

agrovilas. Que pela vontade da CHESF, 60% da população deveria optar por essa alternativa.

2- Solução própria – deixar a região, migrando para outros estados. Dessa maneira muitas famílias foram indenizadas de forma irrisórias e acabaram a maioria na periferia de São Paulo. Nessa alternativa escolhida, a CHESF até pagava a passagem para o lugar que a pessoa escolhesse ir.

3- “Operação caatinga” – é o nome do projeto de reassentamento na borda do lago. Ele resultou de fato ao degrado de cerca de um terço de todas as famílias reassentadas numa área árida, seca que mais parecia um deserto. Outras famílias não conseguiram lotes na beira do lago porque empresas, já antes de encher o lago, reservaram enormes áreas para montar agroindústrias. Então, essas famílias foram assentadas no meio da caatinga onde não existia nenhuma água por perto.

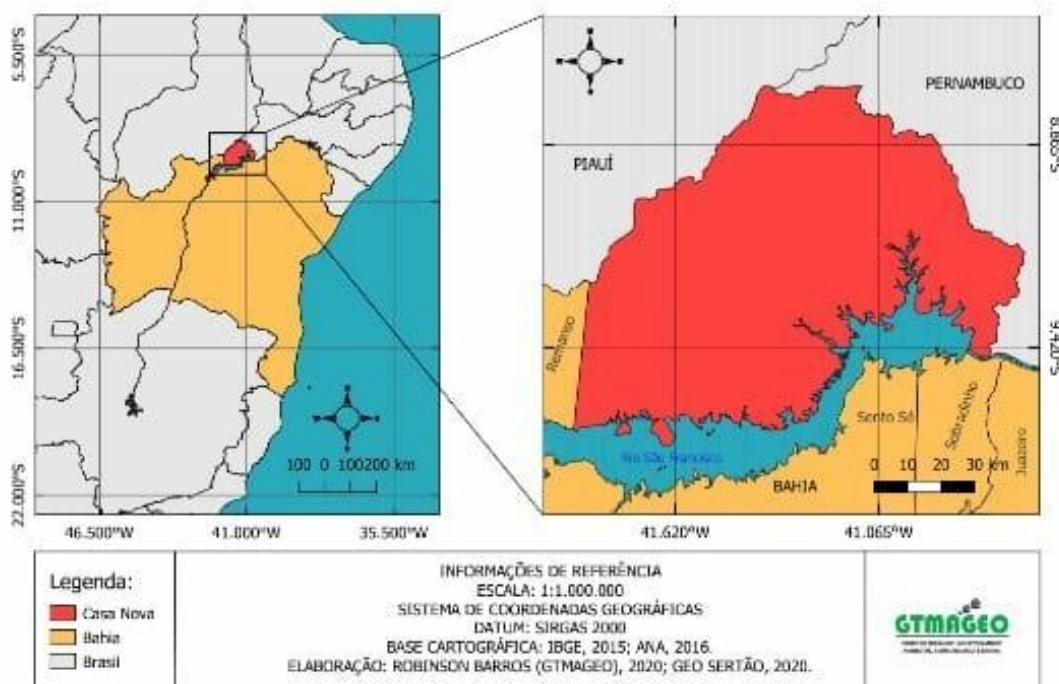
Além disso, as famílias que optaram em permanecer nas terras à borda do lago, tiveram que conviver com especuladores, latifundiários e empresários ávidos com a possibilidade de especulação e lucros fabulosos que os projetos de irrigação ofereciam. De certa forma, num ambiente em que prevaleciam interesses opostos, propiciou o afloramento de conflitos agrários e grilagens de terras na região do São Francisco, entre grileiros e posseiros. De acordo com Dom José, dois exemplos marcam a sua Diocese: os conflitos que ocorreram em julho de 1987 na localidade de Malvinas, em Sento-Sé, incitados pelos especuladores, latifundiários e empresários. Como consequência, o agravamento desses conflitos culminaram com o assassinato do agricultor Antônio Guilhermino de Oliveira, pelo grileiro Niélson Braga de Queiroz e o pistoleiro Antônio Luiz Tupiná, no dia 21 de outubro de 1988.

CAPÍTULO II - DO SAL AO VENTO: UM PANORAMA SOBRE O MUNICÍPIO DE CASA NOVA-BA

Situando geográfica e historicamente o cenário desse estudo, o município de Casa Nova localiza-se no norte da Bahia, distante 572 km da capital, Salvador. De acordo com Leandro (2003) no Território Médio São Francisco, ao norte fazendo divisa com Piauí e Pernambuco, e ao sul com os municípios de Uauá, Jaguarari, Campo Formoso, Umburanas, São Gabriel, Jussara, Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique, Barra e Buritirama. A Leste faz divisa com os municípios de Abaré e Chorrochó. A oeste faz limite com o município de Remanso. Está localizado à margem esquerda do Lago de Sobradinho, no coração do Semiárido baiano, com altitude média de 317m.

Conforme documenta a pesquisadora Ana Leandro (2003, p. 68), o município teve origem a partir das terras do governador Luiz Viana, “cuja família historicamente comandou a região e, segundo historiadores, a gênese histórica do município de Casa Nova está fundada mais na tradição do que em documentações”. Segundo a autora, presume-se que os princípios de povoamento tenham tido como base a exploração das salinas do Riacho Casa Nova afluente do São Francisco, cuja descoberta do sal se deu por volta do final do século XIX, em terras do Capitão José Manoel Viana.

Fig. 4 - Mapa mostrando a localização de Casa Nova no Estado da Bahia e os limites do território do município.



Fonte: www.Seagri.ba.gov.br, 2020.

No pensamento do autor Jose D' Assunção de Barros(2007), em seu livro, *Cidade e História*, construir e reconstruir os monumentos, as construções antigas, passam a ser consideradas registro da memória coletiva, fragmentos em textos que a comunidade ou aquelas que ela designou para representá-los não desejam ver apagadas no processo de incessante reescrita do urbano. E assemelhando a esse pensamento a jovem cidade transplantada, “Casa Nova”, vai rememorando na passagem do tempo.

Casa Nova originou-se na primeira metade do século XIX, as margens do riacho de Casa Nova, afluente do Rio São Francisco, a partir da descoberta e exploração das minas de cloreto de sódio, e posteriormente com o desenvolvimento da agricultura e pecuária. O município tem como fundador o capitão José Manoel Vianna, filho de imigrante português, que em alusão a construção de uma casa nova em sua fazenda, originou-se o nome do município, “Casa Nova”.

A descoberta do sal nessa localidade, motivou o surgimento de um povoado composto por salineiros (trabalhadores nas salinas). Logo, essa atividade econômica muito atrativa, despertou o interesse de muitos sertanejos - que logo fixaram suas residências - e de outros que transitavam na região conduzindo gado do Piauí para a Bahia. Enfatizando o sal como a mais importante matéria de exportação, esse povoamento se tornou rapidamente conhecido pelo seu comércio, e especialmente o de cabotagem para outros pontos da margem do São Francisco, principalmente Januária em Minas Gerais.

O território, na época, pertencia à província de Pernambuco, junto com a Comarca do São Francisco, sendo que, após 1824, tendo Pernambuco liderado a Confederação do Equador contra a monarquia, Dom Pedro I, imperador do Brasil, publicou um decreto em 7 de julho de 1825, desmembrando o extenso território da Comarca do São Francisco de Pernambuco em favor da Bahia.

Entre 1937 e 1938, início do regime ditatorial, no governo do Presidente da República Getúlio Vargas, Casa Nova é palco do *Movimento Pau de Colher*, também conhecido como movimento dos “caceteiros”. Esse movimento ocorreu no município de Casa Nova, na localidade de Pau de Colher, aproximadamente 10km da divisa com o estado do Piauí, especificamente com o município de Dom Inocêncio/Piauí. O limite entre os dois estados encontra-se na Serra Dois Irmãos, fronteira entre o sudeste do Piauí e o norte da Bahia.

De acordo com Marcos Damasceno (2016), o nome da localidade “Pau de Colher”, tem origem numa árvore nativa, encontrada em abundância, e muito utilizada sua madeira, para fazer colher de pau usada para servir comida nos lares. Para Damasceno, a origem do Movimento do Pau de Colher remonta ao Vale do Cariri no Ceará, no Sítio Caldeirão, sob a

liderança dos beatos Zé Lourenço e Severino Tavares, de quem os líderes do *Movimento Pau de Colher*, Senhorinho e José Camilo, eram seguidores de suas orientações e pregações de fé. Em muitos aspectos esse movimento assemelhou-se à Guerra de Canudos, entre 1896 e 1897. Tendo em comum a orientação de um líder religioso, denominando um movimento messiânico.

“Um movimento social. Popular. Camponês. Messiânico. Sem ideologia nem tutela de partidos políticos ou de instituições militares ou religiosas” (DAMASCENO, 2016, p.158). Seus líderes religiosos, revestidos de valores messiânicos arrebanharam na localidade de Pau de Colher uma quantidade crescente de pessoas, chegando a formar uma vila com mais de quatro mil pessoas. Para Marcos Damasceno(2016), o Pau de Colher não foi um movimento de fundo unicamente religioso. Assim como Luitigard Barros, antropóloga nordestina, que enxerga os movimentos messiânicos como movimentos sociais, além de religiosos. Em um de seus livros, onde expõe essa temática, a estudiosa aponta que o movimento dos beatos entrou em conflito com a sociedade capitalista e com a alta hierarquia da Igreja Católica que exercia o

papel de intelectual orgânico do sistema dominante. A própria hierarquia católica tinha a sua posição no bloco no poder ameaçada com a emergência da Maçonaria e da ideologia positivista. “O movimento dos beatos entrou em conflito com a sociedade capitalista, conseqüentemente, com a alta hierarquia da Igreja Católica que exercia o papel de intelectual orgânico do sistema dominante”.

Antes de uma análise qualquer, precisamos compreender a realidade da época. Esse movimento, também foi uma manifestação que denunciou problemas sociais, com origens nas rédeas do poder público. A região Nordeste vivia em constantes conflitos. O interesse político, das forças políticas e o interesse econômico dos fazendeiros conflitavam-se com o interesse social do povo, excluído socialmente.

Conforme Boris Fausto, em 1937, o mundo caminhava rumo a um grande conflito, a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, Getúlio Vargas implantara o Estado Novo, mergulhando o país numa ditadura que duraria até 1945. Para os sertanejos, os benefícios gerados com as mudanças modernizadoras do governo federal no país, estavam distantes de chegar a região, que historicamente era marcada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas, desemprego crônico, exploração dos fazendeiros, por uma grave crise econômica e social. Segundo Luciana Jacoub (1990), vivenciavam “o cambão, o aumento do foro, a expulsão da terra, o vale-barracão, o engano do lápis e demais formas de exploração do campesinato”. O problema do camponês era social porque as leis trabalhistas do governo Vargas não contemplavam os

camponeses [...] no contexto histórico-social, “exploração-miséria” do campesinato do nordeste, o militante pecebista convencia o trabalhador rural a reivindicar direitos e a transformar seu cotidiano em batalha pela cidadania.

Nesse contexto, centenas de sertanejos do Movimento de Pau de Colher, desesperançados, vivendo na miséria, em total abandono do poder público e omissão da Igreja Católica Oficial, tornaram-se seguidores do movimento messiânico, popular. Unidos na crença de uma salvação milagrosa e fanatismo religioso, que pouparia os humildes habitantes do sertão flagelos do clima e da exclusão econômica social.

Para José de Souza Martins (1981), o messianismo era visto como uma situação de desordem, nos vínculos tradicionais de dependência no sertão, da apropriação da terra pelos grandes fazendeiros e no modo de arrancar do camponês mais trabalho. A experiência de Contestado e Canudos ainda permanecia viva na mente das autoridades e poderosos. No entanto, Pau de Colher, movimento messiânico camponês, social e popular, passa a ser visto na perspectiva dessas autoridades, como reduto de desordeiros e bandidos. E corroborando com essa perspectiva de desordem, espalhavam-se notícias de crimes e atos de intolerância cometidos por alguns fanáticos do arraial. Nesse sentido, há uma grande mobilização de força policial conjunta, envolvendo os Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí para exterminar Pau de Colher. Para Damasceno (2016), essas autoridades entenderam que a ordem pública estava ameaçada com os acontecimentos em Pau de Colher.

A problemática urgia providência, pois o terror que permeava a região não podia permanecer. O país sob o jugo da ditadura Vargas, que nesses três estados tinha seus legítimos representantes, os interventores, nomeados pelo governo federal que defendiam um enfraquecimento militar e a destruição impiedosa do arraial. E conforme a matéria publicada no jornal “O Estado da Bahia”, de 1º de fevereiro de 1938, o Capitão Optato Gueiros da força policial pernambucana, materializando o massacre dá o aviso: Informe no seu jornal dos pernambucanos, baianos, a todos os brasileiros que o perigo dos fanáticos do Pau de Colher está completamente exterminado (DAMASCENO, 2016).

Covardemente, o grupo que crescia a cada dia, foi dizimado, pois enquanto se defendia com cacetes feitos de pedaços de madeira, facão, foice, armas que atacam de perto, os militares atacavam com fuzis, pistolas, metralhadoras e outros tipos de armas de fogo. O confronto ocorreu no acampamento onde os fanáticos faziam as suas paradas, pois constantemente estavam em penitência e reza.

De acordo com Edcarlos Mendes da Silva (2010), o episódio até hoje é parte da memória popular com suas controvérsias e distorções, algo inerente à tradição oral, mas

também está narrado e documentado de modo mais objetivo em vários estudos e documentos. Pau de Colher permanece na memória coletiva dos camponeses como um movimento de resistência, com forte repercussão na atualidade, embora tenha marcado um período de diferente contexto, em que as forças políticas locais determinavam o lugar de cada grupo na sociedade, através do Coronelismo.

Duqué (1980), que entrevistou alguns personagens relacionados ao episódio, chega a uma importante conclusão: “seja qual for o significado específico do evento, Pau de Colher ainda tem repercussão em Casa Nova. Ele ergueu um muro de desconfiança entre a população e as autoridades”. (DUQUÉ, 1980, p. 385, *apud* SILVA, 2010, p. 83) Este muro foi percebido pelos planejadores de Sobradinho, temia-se que outro incidente pudesse inviabilizar o projeto, motivo pelo qual muitos cuidados foram tomados simultaneamente tentando um contato mesmo de modo incipiente, e tomando medidas legais e militares preventivas.

O muro tinha origens remotas. Estava edificado sobre a desigualdade e a injustiça historicamente operada na região. O caráter de insurreição social dos movimentos que abalam a ordem é patente, condicionados àquela explicação:

Esses homens não podiam ter a mesma ideologia dos grandes proprietários, dos que lhes arrebata a terra e a cujo serviço enviavam-se tropas para dizimar populações que nela mourejavam. Muito menos no Nordeste, onde o contraste entre o trabalhador rural e o dono da terra era muito mais flagrante. Em todos os casos aqui focalizados – Canudos, contestado caldeirão – parece ser uma tendência natural das massas rurais espoliadas em determinadas condições, criar uma religião própria, que lhes servia de instrumento em sua luta pela libertação social, como o cristianismo foi, em seus primórdios, religião de escravos e proletários da época (FOCÓ, 1963, p.50, *apud* SILVA, 2010, p. 83).

Nessa realidade, as questões sociais e da terra, que ao longo do tempo tem afligido a população camponesa tornaram-se evidentes nos conflitos, onde as armas dos opressores foram evidenciadas de todas as formas. Enquanto os camponeses tinham apenas a vida e a força da fé, para lutar contra as injustiças e enfrentar o poder opressor.

2.1 BARRAGEM DE SOBRADINHO: A PRIMEIRA AMEAÇA DE EXPULSÃO DOS CAMPONESES DE AREIA GRANDE

O território de Areia Grande está localizado a 50 quilômetros da cidade sede do município de Casa Nova, norte da Bahia, no entorno do Lago de Sobradinho. Segundo o relatório, 2011 - Sistematização da experiência das comunidades de Fundo de Pasto do território de Areia Grande (Acervo da CPT Juazeiro/BA) a origem do nome dessa região, foi dado como resgate de uma antiga forma de identificar o lugar, por ser uma grande área de terreno arenoso.

Tradicionalmente 366 famílias ocupam o território distribuídas em 4 (quatro) comunidades: Riacho Grande, Salina da Brinca, Melancia e Jurema, utilizando essa área no regime de fundo de pasto, (área de uso coletivo, sem divisórias, para criar os animais no entorno das roças familiares).

De acordo a tradição oral, os primeiros antepassados dos atuais habitantes desse território chegaram por volta de 1860. Manoel Pereira da Silva, conhecido como “Manoel Pracatão”, que veio de Poço Negro, Juazeiro do Crato-Ceará, fugindo de uma grande seca. Aqui chegando, estabeleceu-se à beira do Riacho Grande, afluente temporário do Rio São Francisco, dedicando-se à atividade de curtir couro, utilizando o sal da terra extraído das salinas da região, segundo relato do líder da comunidade, Zacarias Ferreira da Rocha e Trineto de Manoel Pracatão. Para Siegfried (1996), no Nordeste, os períodos de seca são conhecidos há séculos, são até previsíveis, pois repetem-se em ciclos. Esse fenômeno, embora muito conhecido, sempre foi consequência principal, para as migrações de pessoas dentro do país e entre regiões em busca de sobrevivência.

Casado com Dona Cipriana da Silva, Manoel Pracatão deu origem a uma extensa família que se perpetua, contemporaneamente, através de três netos e seus descendentes. Já os outros primeiros moradores das demais comunidades, chegaram em períodos mais recentes.

A década de 1970 tem início com a grande seca do Nordeste. De acordo com a historiadora Regina Beatriz Guimarães, esse fenômeno climático torna-se, no discurso do governo, *status* de “causa” para justificar os investimentos em grandes obras, como construção de estradas, hidroelétricas, polos de exploração mineral, projetos designados de colonização entre outros. Obras condicionadas em atender preferencialmente, na prática discursiva, os segmentos sociais que são chamados de “flagelados”. Nesse contexto, a região do Vale do São Francisco passa a ser área de interesse desse discurso do governo, justificando os grandes investimentos que se materializam no projeto de construção da hidroelétrica de Sobradinho.

Tratando-se dos grandes investimentos feito pelo governo federal no Vale do São Francisco, o projeto especial de colonização da Serra do Ramalho (PECSR) – Bom Jesus da

Lapa/BA representou um custo financeiro muito alto para os cofres do governo. Esse projeto tinha como finalidade acomodar de forma compulsória a população rural da área a ser inundada pelo reservatório de Sobradinho. Segundo Marco Antônio Coelho, (2005), em 1975, ano das maiores despesas das obras de Sobradinho, 16,7% do orçamento do Polo Nordeste foram destinadas ao PECSR.

Com as Agrovilas, o governo pretendia, conforme afirmava o relatório (estudo feito pela empresa Hidroservice, por encomenda da CHESF e do INCRA), promover a “elevação do nível de vida do agricultor...”

A maioria dos agricultores a serem reassentados, era constituída por posseiros, arrendatários, agregados, foreiros, etc, e passará a categoria de proprietário, condição essa que certamente, propiciará um maior estímulo para o trabalho e também o credenciará a usufruir o crédito rural, o que não ocorre atualmente²².

Em consonância com o discurso do governo Médici, utilizado na ocupação da Amazônia, assim se deu no Vale do São Francisco, a sistematização das agrovilas do PEC-SR. Para a professora Regina Beatriz Guimarães(2014), a intervenção do governo militar, aliado a iniciativa privada se expressa numa política de positividade, como base em critérios objetivos dispostos a construir solução para o problema da terra, resultado direto de uma grande distorção demográfica. Nesse sentido, uma racional “redistribuição de populações” estimularia a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia e também o Nordeste. De certa forma, é o discurso de uma política legitimada pelas instituições e órgãos que tanto orientam para o desenvolvimento e progresso do país, como também a política de incentivos fiscais direcionada à existência de progresso econômico com controle social.

No Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho, a intervenção do governo militar se fizera presente nos seus órgãos federais, na Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses órgãos, com força de dispositivo político, eficaz para cumprir determinação de autoridade, atendia a política governamental no PEC-SR, que de início tinha como destino acomodar as quatro mil famílias desalojadas de Sobradinho, e ao mesmo tempo se transformar em celeiro agrícola para o estado da Bahia. Conforme o estudo da Hidroservice, as agrovilas

As agrovilas sistematizadas pelo Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho (PECSR), foram um modelo de projeto planejado e executado sem nenhuma consulta aos principais interessados, ou seja, aqueles que se tornariam vítimas da barragem. Para instalar o Projeto das Agrovilas, o governo desapropriou por decreto em abril de 1975,

²²Assim dizia o estudo da Hidroservice, de acordo com Mariluce Moura em As ilhas de Resistência. Sobradinho- textos e fatos, CPT, nacional, 1979.

uma área de 257.000 hectares, ao sul do Rio Corrente em Bom Jesus da Lapa/BA. Desde o início, a resistência da população da área inundada, era muito grande para ir morar nas agrovilas. Os funcionários do governo tudo faziam para convencer os beradeiros expropriados a se cadastrarem nesse projeto. Conforme registro da professora Ely Estrela (2004), o governo “lançou mão além dos métodos *manu-militaree* da propaganda, de uma campanha de descrédito da chamada solução borda do lago, [...] criando um clima de terror e de medo entre os beradeiros”. Além disso, a escolha da Serra do Ramalho pelo governo para efetivar seu projeto de colonização, reforça a estratégia de apostar na força de fé e religiosidade do povo ribeirinho. Para Ely Estrela, uma referência era o Santuário do Bom Jesus da Lapa no imaginário sertanejo, que está muito próximo a essa região.

Para a CHESF, que conduzia todo o processo das relocações das famílias junto ao INCRA, tudo era feito em comum acordo. Em resposta ao ofício s/nº de 18 de junho, de 1975, contendo as indagações dos representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais de Juazeiro, Casa Nova, Sento-Sé e Remanso, a CHESF assegura:

Os posseiros estão tendo duas alternativas para a relocação: se transferirem para a área do Projeto de Colonização de Bom Jesus da Lapa ou permanecerem na borda do lago de Sobradinho. Cada família deve verificar qual a solução mais adequada e escolher o seu destino. A CHESF atualmente, está propiciando transporte às famílias que residem na área do reservatório para visitarem a região do Projeto de Colonização de Bom Jesus da Lapa, de modo que a decisão de cada uma seja consciente e resultante de uma análise adequada (RELATÓRIO DE REASSENTAMENTO DE SOBRADINHO-CHESF, 2016, P.27. ACERVO DA CHESF, SOBRADINHO-BA).

De acordo com Ghislaine Duqué (1984), os lavradores manifestando interesse em permanecer na região do Vale do São Francisco, indicavam áreas excelentes em que poderiam ser estabelecidos projetos de assentamento, como nas margens dos rios Verde e Jacaré, no município de Sento-Sé. Mas essas indicações conflitavam com os interesses da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que com seus vetos, alegava que havia reservado a região para projetos de alto rendimento. Logo, de forma veemente a campanha de “descrédito solução borda do lago”, tornou-se evidente o interesse da CHESF, em recolocar e manter os ribeirinhos bem distantes de Sobradinho.

[...] A CHESF embora não recomende a ocupação generalizada da margem do lago, colabora de diversas formas com a transferência e relocação de famílias que preferem esta alternativa. [...] Evidentemente, as famílias que optarem pelo projeto INCRA terão mais condições de progredir tendo em vista a qualidade de terra em Bom Jesus da Lapa e as precárias condições de sobrevivência na borda do lago, face a pobreza do solo, variação do nível d'água do reservatório. Ofício s/nº, 18/06/1975, CHESF, resposta aos trabalhadores rurais (RELATÓRIO DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES DE SOBRADINHO 2016, p.29, ACERVO DA CHESF SOBRADINHO-BA).

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu (2007), tanto o poder quanto a violência simbólica, ambos representam o reconhecimento e a incorporação do discurso dominante como legítimo por partes dos dominados, sem que estes se percebam na condição de vítimas. São construções históricas para manter uma determinada estrutura social. Nesse sentido, o governo federal no intuito de efetivar a ocupação do Projeto de Colonização das Agrovilas da Lapa, se apropriaria de um discurso persuasivo para com a população ribeirinha. Discurso legitimado pelo poder e pela violência simbólica, que de forma veemente afirma os benefícios e a qualidade das terras do Projeto de Colonização em relação à permanência nas terras à borda do lago de Sobradinho.

A CHESF colaborará com a relocação de aproximadamente 1500 famílias na margem do lago. [...] A CHESF vem orientando a população rural e recomenda a alternativa do Projeto Bom Jesus da Lapa como sendo o melhor. Evidentemente seria muito mais prático e menos oneroso para a CHESF e para o governo oferecer e estimular a população que hoje ocupa as margens do rio a se fixar na borda do lago. No entanto, como o propósito do governo e da CHESF é o de oferecer condições satisfatórias ao desenvolvimento econômico e social de cada família transferida, vem recomendando e oferecendo a essas famílias oportunidade indiscutivelmente melhor de se fixarem no Projeto Especial de Colonização da Lapa, visando obviamente a promoção humana (RELATÓRIO DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES, 2016, p.33 E 35. ACERVO DA CHESF – SOBRADINHO/BA).

Desde os anos 1970, os camponeses e camponesas de Areia Grande resistem às várias investidas do capital, através de projetos de infraestrutura como a barragem de sobradinho e seus perímetros irrigados. Conforme Daniel Aarão Reis (2010), um modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que mudou de patamar histórico, ensejando imensa mobilidade social e geográfica num quadro de crescentes desigualdades sociais. Para os camponeses e camponesas a construção da barragem, representou a primeira ameaça de expulsão de suas terras. Perderam as terras para dar formação ao lago, e, em contrapartida, estes não seriam beneficiados em permanecer nas terras à borda do lago, pois estas estavam reservadas ao agronegócio na região.

Em 1978, a hidroelétrica com as obras em fase de conclusão, começa a sinalizar a formação total da grande represa. Logo inicia-se o drama dos desalojados. Nas comunidades de Salina da Brinca e parte do Riacho Grande, na região de Areia Grande, seus moradores perdem seus locais de trabalho e moradia em consequência da área inundada pela barragem (1974-1978). Nesse contexto, aumenta a pressão da CHESF para que os camponeses desapropriados aceitem a proposta de realocação nas Agrovilas da Serra do Ramalho.

Nesse sentido, diante da pressão da CHESF e do INCRA em afastar os camponeses desalojados, das áreas próximas ao lago e a forte campanha para povoar as agrovilas da Lapa,

os sindicatos dos municípios atingidos pela barragem cobram da CHESF a responsabilidade, frente ao questionamento dos problemas diretamente trazidos aos trabalhadores. Qual seria o significado jurídico da assinatura dos trabalhadores que não queriam ir para Bom Jesus da Lapa, um termo de desistência, cujo teor exime todos os órgãos de qualquer responsabilidade frente aos signatários?²³.

A CHESF responde, ressaltando que juridicamente está obrigada tão somente a promover as desapropriações, levando em conta o valor venal dos bens, conforme estabelece a Lei da Desapropriação. Mas que sensível ao problema de ordem social, a CHESF, diretamente ou através de seus órgãos públicos vêm diligenciando propiciar às populações atingidas uma realocação adequada, uma transferência mais humana. Evidentemente, no entanto, no momento em que a empresa oferece ao trabalhador rural boas condições para elevar o seu nível econômico em Bom Jesus da Lapa e ele recusa, preferindo optar por outra solução de resultado duvidoso, a CHESF tem certo interesse em documentar esta escolha para evitar especulações futuras (RELATÓRIO DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES DO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO, 2016, p.06. ACERVO DA CHESF-SOBRADINHO/BA).

Então, conforme essas evidências e todos os prepostos da CHESF, fica clara e evidente, a sua intenção de não relocar os desalojados nas terras próximas ao lago. E que o destino certo seria as agrovilas, distantes 700 km dessa localidade. Nesse embate, com uma postura de enfrentamento, os camponeses de Areia Grande não aceitaram a proposta de realocação do Projeto do governo. Decidiram permanecer no local, apesar das perdas. Nessa luta de enfrentamento ao projeto desenvolvimentista do governo militar e do capital, a comunidade e os camponeses experimentaram a primeira forma de resistência no Vale do São Francisco. No entanto, nessa postura de afrontamento, dentro das relações de poder Michel de Foucault afirma:

Onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. [...] Ele é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde (FOUCAULT, 2018, p.28).

Além dos prepostos baseados em instrumentos jurídicos e vantagens, a CHESF se apropria de outros meios para coagir os camponeses a aceitarem a proposta de realocação.

²³ Conforme (Ofício s/nº 18/06/1975. Ao direto da CHESF. Sobradinho/BA).

Chegando a dizer que, caso eles não aceitassem a proposta do governo, e optassem em permanecer na região, não receberiam ajudas e nem incentivos do governo. Resistindo a comunidade responde, na pessoa do líder, Francisco da Rocha (conhecido como Chico do Roque), “com ajuda ou sem ajuda, a gente vai permanecer, pois até aqui, a comunidade sempre viveu sem ajuda de governo”. Na fala do líder Zacarias Rocha, se configura a forma de coação:

Quem morava aqui nessas comunidades de Riacho tinha que sair para não ficar ninguém para dar espaço para empresa, né? E a comunidade brigou, continuou aqui. E aí chegaram a dizer que se agente ficasse aqui, o governo não ajudava. A comunidade respondeu que ficava aqui mesmo porque nunca tinha tido ajuda de governo (SR. ZACARIAS FERREIRA DA ROCHA, LÍDER COMUNITÁRIO, COMUNIDADE DE RIACHO GRANDE, MAIO DE 2019).

Para Zacarias Rocha, o governo buscou várias estratégias para convencer a população a deixar a área, e aceitar a relocação na Serra do Ramalho. Para isso, apostando na ingenuidade dos camponeses proporcionou uma visita deles a região. De forma tática, demonstrando a capacidade produtiva da terra, com uma técnica que eles não sabem como, apresentou um caroço de feijão aumentando de tamanho, além do normal, no sentido de convencer mesmo. Até de forma enganosa, como afirma Zacarias:

Chegaram a levar várias famílias, pegaram um carro aqui, levaram para a Serra do Ramalho, que é para ter uma estratégia, disse que era bom viver lá e tal. Não sei se cozinhava, não sei o que foi que fizeram com o feijão lá que disse que o caroço fica bem assim, desse tamanho, aí mostrava e dizia que a terra dava feijão daquele jeito, pra enganar o pessoal. É aí o pessoal olha, diz “rapaz é bonito o caroço de feijão”, mas agente sabe viver é lá (risos) (ZACARIAS, LÍDER COMUNITÁRIO. AREIA GRANDE, MAIO/2019).

Antes da construção da barragem de Sobradinho, a região de Areia Grande era um território fragmentado, dividido em vários sítios e fazendas, cada um tendo seu próprio nome. Segundo Laurita da Costa Santos, moradora da comunidade, a região era tranquila, seus antepassados tinham como sobrevivência a agricultura de sequeiro, ou seja, cultura de época de chuva, como ela assegura no seu relato:

O pessoal plantava de chuva. Nesse tempo chovia muito. Agora é que a chuva está mais difícil. Aí as terras *dava* muito porque chovia bastante e aí o feijão, farinha dava tanto que as pessoa colhia e passava de um ano para o outro. Meu pai plantava muito, ele fazia aquele girau enorme grande aí pegava a abóbora com o talo, não tirava o talo, colocava lá em cima daquele girau, passava muito tempo a gente comendo. Aí feijão, melancia... Porque tinha as terras muito boa, aí a gente plantava de tudo e dava para colher de tudo. Dava para a gente sobreviver. (LAURITA DA COSTA SANTOS- AREIA GRANDE, MAIO/2019).

Nessa cultura de chuva as famílias plantavam muito a mandioca, principal produção da região: dela produz-se a farinha, tapioca, massa de puba e outros. De acordo com Laurita Costa, a técnica de armazenamento dos produtos para que durassem de um ano para outro, como a farinha, o feijão, era colocar num grande caixão de madeira, que era chamado de paiol. As pessoas sobreviviam com os alimentos que conseguiam colher na época das chuvas e dos animais que criavam, tais como cabras, porcos, galinhas e até mesmo gado. As roças eram construídas fora das margens do rio, distante na mata braba, onde só eram cultivadas na época das chuvas. Na falta delas, ocorriam as grandes secas.

Sobre os anos de 1970, o senhor Genésio Campos Braga relata a experiência de opressão política, e também de muita dificuldade de sobrevivência na sua comunidade. Simultaneamente, é o contexto mencionado por Regina Beatriz Guimarães Neto, período que tem início a grande seca do Nordeste. Para seu Genésio foi “terrível”, muita opressão política e muitas dificuldades em relação à sobrevivência.

Mesmo nos anos setenta não era fácil. Eu morava ali mais embaixo um pouco por nome de Umburana. Para nós viver era cortando lenha do mato, tirando maxixe da roça para levar para vender na carguinha em cima do jegue, lá na Cidade Velha, não foi fácil minha vida. De jeito nenhum. Eu para escapar, para hoje estar vivo e criar meus filhos, eu comi raiz de pau brabo do mato. Meu pai e minha mãe nós íamos arrancar angelim para nós comer. Era minha vida não foi fácil de maneira nenhuma. Na questão política de antigamente, principalmente antes da barragem era votado assim, tinha que dizer, vai votar é aqui. Olha. Era no Cabresto. Se a senhora fosse candidata a prefeitura, nessa data (época) quem comandava Casa Nova era a Vianada²⁴, nego só votava no Cabresto, se sonhasse que um votasse contra eles, era perseguido (RELATO DO SENHOR GENÉSIO CAMPOS BRAGA, MAIO/2019, AREIA GRANDE- CASA NOVA BA).

Em 1976, seu Genésio diz que se encontrava na cidade de São Paulo, trabalhando para mandar dinheiro para sua família, quando recebeu do seu pai um chamado para que viesse embora, sua terra seria indenizada em consequência da formação do lago, e que precisava assinar em cartório a documentação para receber a indenização da terra.

De acordo com seu Genésio, antes da chegada da barragem de Sobradinho, a comunidade era unida em termo de se reunir para rezar o encontro dominical, junto com alguns leigos católicos que vinham de Casa Nova celebrar com a comunidade. Mas em termo de organização social, não. Para ele a maior organização foi a de 1979, como afirma: “a organização maior que apareceu aqui foi agora em mil novecentos e setenta e nove quando veio a questão da grilagem de terras”.

²⁴Vianada é referência a família Viana, a Oligarquia que governou Casa Nova por mais de cem anos, e teve membros políticos nas três esferas do poder: Congresso Nacional, no estado e no Município.

Nesse sentido, além da falta de uma organização social de luta da comunidade, no enfrentamento à CHESF, seu Genésio, também alega a falta de informação, a falta de apoio político das autoridades locais e a pressão em que, os quais eram coagidos pelos funcionários da CHESF, em caso de não aceitarem as indenizações, conforme seu relato:

Se fosse hoje a CHESF tinha comido com coentro²⁵. Tinha comido sem tempero não. Tinha não porque a gente está sabendo quanto custa um dia de serviço hoje. Na época da barragem o povo não teve o que fazer. Ninguém sabia como era e nem quando era, era só a questão de indenizar o pedaço de terra que a gente tinha, ninguém chegou para ajudar a dizer que ficar em cima que isso aqui valia mais. A comunidade aqui era unida assim, unida para rezar o encontro dominical, o terço, mas em termo de organização, não. A CHESF pagou o que bem quis. Ainda mais “Vocês sabem qual a da gente se vocês não indenizar”, era assim que eles falavam, os cabras que vinha que trabalhava na CHESF. Não tinha ninguém que podia dar alguma Não, eles nem queriam que nós ficássemos aqui. Queriam botar a gente na Serra do Ramalho lá em Bom Jesus da Lapa para lá. Não era para nós ficarmos. Mas o povo insistiu e disse se tinha o direito de se afastar e ficar, quer dizer, água vinha cobrir essa casa aqui, eu fazia outra lá no alto. Depois eles disseram que tinha. Então pronto, todo mundo bateu pé, ninguém saiu. Ficamos nas mesmas terras. (GENÉSIO CAMPOS BRAGA, MAIO DE 2019. COMUNIDADE DE AREIA GRANDE).

Então, na concepção de seu Genésio, organização social e informação, representam poder. A falta desse poder de organização e de informação, levou a comunidade a encampar a luta de resistência no enfrentamento a CHESF e permanecer nas terras. No que tange a luta como resistência dentro da rede de poder, Michel de Foucault afirma:

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda estrutura social (FOUCAULT, 2018, p.18).

A questão do direito à terra, do direito à vida na comunidade, tem sua ancestralidade desde 1860. Conforme afirma Zacarias Ferreira da Rocha: “então o bisavô do meu pai Manuel Pracatão chegou aqui em 1860, dez anos após a Lei de Terras no Brasil. Ele chegou aqui no Riacho Grande e deu origem a toda essa família, as famílias que existem hoje”. Então para Zacarias Rocha, a luta não é apenas por terra. A luta é para permanecer na terra, garantindo à comunidade sua ancestralidade e o sentido de pertencimento, como ele diz:

Então veio esse povo todo aí então o pessoal entendeu que tinha direito à terra, então mesmo com a chegada do lago, mesmo com a chegada da empresa, então as famílias entenderam que o direito era maior do que a empresa do que a questão da construção do lago que disse que era para gerar energia, e até hoje a gente usa essa luzinha aí,

²⁵A expressão “Comido com coentro” explica-se dessa maneira: Coentro é um tempero verde muito comum na culinária da região, essa expressão utilizada por seu Genésio em relação a CHESF, quer dizer, que se fosse hoje, ela iria sentir o sabor do tempero de seus desmandos em relação ao povo desalojado.

uma plaquinha solar, né? Mas tem a energia que a noite você olha aqui e avista o claro lá em Sobradinho, mas a comunidade continua no escuro. Então a gente entende que os grandes projetos não são para nós, como a barragem não é para nós a empresa, o projeto da empresa também não. O que aconteceu aqui, né? Quem morava aqui nessas comunidades do Riacho tinha que sair para não ficar ninguém para dar espaço para a empresa. E a comunidade brigou e continuou aqui. (DEPOIMENTO DO SR. ZACARIAS Maio, 2019, COMUNIDADE DE AREIA GRANDE).

Na concepção de Zacarias Rocha, todo enfrentamento de luta que a comunidade travou num confronto de forças com o capital, representado pelos projetos do governo e dos empresários do agronegócio, para se estabelecer nas terras da região, passa pela organização. Tem todo um processo. A luta não começa do nada. Para ele, a comunidade, a luta é um processo continuado, que começou desde 1860, com a chegada do pessoal, que iniciando não apenas a ocupação das terras, mas também o processo de organização da comunidade. No seu jeito simples, tinha o festejo para fazer a novena do santo. Como exemplo, sua bisavó festejava Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, era um mês inteiro, durante o mês de maio, todo domingo tinha aquele festejo. No último dia, toda a comunidade e toda a vizinhança vinham participar.

Conforme Rocha (2019), a partir da chegada da barragem o pessoal começou a se juntar, bem antes do conflito de grilagem de terra de 1979. Por coincidência, em 1972, vieram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Seu pai, o senhor Joaquim Ferreira da Rocha, conhecido por Quinquin, se tornou agente de pastoral da comunidade. Todos os domingos reunia o pessoal para a celebração da palavra de Deus e também para organizar os trabalhos comunitários nas roças da comunidade. O que de certa forma, esse modo de organização era coerente com a essência primordial das CEBs. De acordo com Dirceu Benincá (2011), as CEBs são um espaço de evangelização, de vivência fraterna e de promoção da justiça social.

Nesse sentido, a partir das CEBs e do processo de organização comunitária, a comunidade encontrou sua forma de luta. Quando veio o conflito, a comunidade se uniu em torno dele. Porque de um lado, o conflito é ruim, traz problemas, desagrega, mas por outro ele une as pessoas, no enfrentamento fazendo a defesa. Conforme Zacarias: “o conflito de um lado é ruim, mas por outro ele une as pessoas. Então as pessoas conseguem se juntar a partir de um conflito para fazer a defesa. O pessoal se juntou com a questão da barragem, resistiu, ficou aqui”.

De acordo com Benincá (2011), as Comunidades Eclesiais de Base se construíram historicamente em sementeiras de lideranças populares e contribuíram de forma relevante para a luta política de libertação dos pobres. No que concerne à Teologia da Libertação, o pobre superando a visão tradicional assistencialista, se percebendo como empobrecido e explorado

pelo sistema, passou a ser protagonista, sujeito capaz de ações políticas de transformação. Nesse sentido, com essa visibilidade a partir das CEBs, a comunidade de Areia Grande se conscientizara do seu protagonismo, propiciador de mudanças. Nas análises de Michel de Foucault (2018), ela é levada a distinguir no poder uma situação central e periférica, e um nível macro e micro de exercício detectando a existência explícita de relações de poder que se diferenciava do Estado e seus aparelhos, nessa concepção ele ratifica:

Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa. O poder não é algo que se detêm como um coisas, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados dele. O poder não existe. Existem práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se de=dissemina por toda a estrutura social (FOUCAULT, 2018, p. 17-18).

De acordo com Benicá, as Comunidades Eclesiais de Base se construíram historicamente em sementeiras de liderança populares e contribuíram de forma relevante para a luta política de libertação dos pobres. No que concerne a Teologia da Libertação, o pobre superando a visão tradicional assistencialista, se percebendo como empobrecido e explorado pelo sistema, passou a ser protagonista, sujeito capaz de ações políticas de transformação. Nesse sentido, com essa visibilidade a partir das CEBs, a comunidade de Areia Grande se conscientizara do seu protagonismo, propiciador de mudanças. Nas análises do Michel de Foucault, ela é levada a distinguir no poder uma situação central e periférica, e um nível macro e micro de exercício detectando a existência explícita de relações de poder que se diferenciava do Estado e seus aparelhos, nessa concepção ele ratifica:

Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa. O poder não é algo que se detêm como um coisas, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados dele. O poder não existe. Existem práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se de=dissemina por toda a estrutura social (FOUCAULT, 2018, p. 17-18).

Em relação a PEC da Serra do Ramalho - Bom Jesus da Lapa/BA, o professor e pesquisador Edcarlos Mendes sua tese de mestrado discute aspecto inquestionável da resistência às mudanças. Muitos catingueiros diante de todo o cenário de insegurança, pressão institucional e propaganda, escolheram não ir para as agrovilas. Outros chegaram a tentar, mas houve um regresso em massa.

Corroborando com essa discussão, Zacarias Rocha reforça bem a estratégia da CHESF em convencer os camponeses da região de Areia Grande, a se relocarem para as agrovilas.

Para isso, chegou a levar algumas famílias para visitarem a área. Estratégia essa, que contribuiu para que os camponeses desalojados pela barragem de Sobradinho dessem uma resposta desafiadora ao projeto do governo militar, não aceitando a relocação para as agrovilas da Lapa.

Decididos estavam a permanecerem na região, mesmo com as perdas materiais - casas, roças, local de trabalho e de manejo dos animais sentimentais - suas lembranças, seus mortos enterrados, e até mesmo, a perda da configuração de espacialidade, após a submersão da área. Os camponeses agora desterritorializados, se organizam buscando um novo ordenamento para as suas vidas. A região que antes da construção do lago era formada por comunidades isoladas, agora com a reterritorialização das comunidades, ganha ampla dimensão denominando-se um território: O território de Areia Grande. Definição construída a partir das lutas de resistência das comunidades, e que de forma consciente fazem a diferença, entre terra e “território”. E fazendo a diferença, Zacarias Rocha afirma: “território é toda a nossa sobrevida. Então tem a nossa cultura, nossas ancestralidades, as nossas relações. Não é só a terra ali como espaço de vida, de plantio”... Já Laurita Costa Santos (2019), define o território como o grande espaço de sobrevivência e das relações humanas com a natureza, e também no usufruto de liberdades.

Para Marina Rocha, coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Juazeiro/BA, um território é definido pelo povo, pela luta. Depois da luta das comunidades contra a expropriação da barragem de Sobradinho, da grilagem de terra por parte da Empresa Camaragibe, todos aqueles sítios isolados que tinham nomes: Poço, Umburana, Vereda, Cacimba de Cima e outros povoados se articularam no que se chamou de Riacho Grande, o foco da luta. Em contrapartida, essa luta favoreceu o encontro do território, que além da comunidade de Riacho Grande se juntou outras comunidades, que se criaram as várias formas de viver. É o caso de Jurema, Salina da brinca e Melancia. Então, conforme Marina, a construção da luta, a resistência, o se encontrar é que faz a definição do território.

A maneira como as pessoas dessas comunidades se auto definem hoje, “nos somos do território de Areia Grande”. Ajuda a construir uma identidade de pertencer com sentimento de coletividade, aquilo lhes pertence. Nessa definição Milton Santos Afirma:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e sistemas de coisa superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.10).

De acordo com Milton Santos, o território é o lugar em que desemboca todas as ações, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. Em sua indagação, Santos traz a reflexão a respeito de dois polos da vida contemporânea: o dinheiro, que tudo busca desmanchar, e o território que mostra que há coisas que não se podem desmanchar.

2. 2 AREIA GRANDE: O FOCO DA RESISTÊNCIA E A GRILAGEM DE TERRAS

A grilagem de terras no Brasil, sempre foi tratada de forma omissa, “se fazendo vistas grossas” às suas demandas ou em conivência com os detentores do poder. Conforme relatório do Grupo de Estudos Agrários - Salvador, 1979, as demandas de violência no campo, fruto das “grilagens”, constituem o agravamento da situação de monopólio da terra, que sempre foi uma característica do Brasil, desde a chegada dos portugueses e seu projeto de colonização. Como sempre, o povo excluído desse empreendimento, não teve o direito de ocupar as terras brasileiras para trabalhar e produzir, pouquíssimos proprietários sempre detiveram quase toda a terra, e a massa de camponeses pobres teve de encontrar formas de sobrevivências migrando, ocupando terras abandonadas, encontrando brechas dentro do monopólio.

No que tange esse assunto, o motivo imediato, principal, é a política oficial incentivando a produção de determinados bens agindo em condições escandalosas e dando todo tipo de incentivos fiscais. Por trás dessa política, ocultam-se os interesses do capitalismo imperialista global, que ditam as ordens e determinam a cada país o que deve produzir, como e para quem. Deixam de atender às necessidades nacionais, e serve os interesses capitalistas. Esse modelo ainda arcaico nos lembra os resquícios da política econômica colonial, em que a produção da Colônia era destinada a atender as necessidades da metrópole. Ou seja, voltada para não atender o mercado interno. Com isso, as terras foram valorizadas artificialmente e concedidas àqueles que gozam dos favores oficiais; por outro lado, os que nelas moram e trabalham, tendo o direito de posse não o tem de propriedade. Nessa condição, estão sujeitos mais uma vez a serem violentados e expulsos, através desse conjunto de arbitrariedades e corrupção que se chama “grilagem”.

Outro absurdo foi a Lei de Terras de 1850, marco legal que funcionava como outro elemento, bastante poderoso, de interdição do acesso à terra. Para José de Souza Martins (1997; p.49), ao referir-se à Lei de Terras afirmou que esta “gerou um direito novo de propriedade em substituição ao regime sesmarial. Com base nessa nova Lei de 1850, nosso

atual direito de propriedade as terras devolutas não podiam ser ocupadas, por outro meio que não fosse a compra”. Nisso, a Lei de Terras ajudou a fincar as bases da propriedade agrária e tornou consistente o processo de latifundiarização do país pois a propriedade de terra proporcionou ao proprietário importância e muita prosperidade. Ou seja, a terra como um elemento fundamental e indicador do poder de Estado.

Mas por outro lado, o grande agravante dessa lei era a massa dos despossuídos, pela falta do acesso democratizado à terra. Essa restrição ao direito de propriedade criava uma superpopulação relativa artificial ou uma postíça mão de obra sobrando, que não teria outro meio de sobrevivência a não ser oferecer sua força de trabalho ao grande proprietário. Sobre a Lei de Terras, lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, Manuel Correia de Andrade corrobora com Martins, afirmando:

Em 18 de setembro de 1850, foi votada e aprovada a lei de terras (n. 601), que consagrava o princípio de que a propriedade só seria adquirida por compra, por herança e por doação. Aqueles que não fossem herdeiros nem dispusessem de capital, ficavam impossibilitados de se tornar proprietários, podendo trabalhar nos latifúndios como assalariados, colonos ou parceiros (ANDRADE, 1980, p. 46-47).

Conforme José de Souza Martins, o controle e a militarização da questão agrária no Brasil, ganha grande visibilidade durante a Ditadura Civil-Militar. Essa visibilidade que se concretiza com a criação do grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado para intervir na área mais conflituada do país representou a intervenção militar no INCRA e praticamente, a sua condenação. Nesse âmbito, também foi criado o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, um novo ministério que faz do problema da terra um problema de quartel. Nessa concepção, Martins afirma “a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, instituindo a coordenação federal das políticas de terras dos Estados, praticamente federaliza a questão fundiária e a coloca inteiramente sob controle militar” (MARTINS, 1984, p.25).

Além disso, de acordo com Martins, a federalização e a militarização do problema da terra tiveram como objetivo estabelecer, no mínimo, uma intervenção nas políticas fundiárias estaduais, contrariando a primeira constituição republicana, em que assegurava aos governos estaduais a tornarem-se responsáveis pela política de terras nos respectivos territórios. Sendo assim, a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, representara, de forma aparente, a decadência das oligarquias regionais mais atrasadas, dos latifundiários e dos políticos cuja existência e a clientela sempre dependeram da manipulação dos negócios da terra. Nesse sentido, a intervenção militar nas políticas fundiárias estaduais, evidencia na prática, a revogação da política fundiária instaurada com a Proclamação da República.

De acordo com o professor Alberto Moreira(1994), a questão agrária do Brasil sempre foi vista como ameaça às bases estruturais que sustentam este país, sempre fora causa de incômodo envolvendo a Igreja Católica e o Estado. Mesmo se tratando daqueles movimentos, cuja atuação clara de política não estava definida, como nos movimentos messiânicos. Nas revoltas camponesas de Canudos (1896-97) e do Contestado (1912-1916), ambas com elementos arraigados no universo simbólico do Catolicismo rústico dos sertanejos, a Igreja Católica oficial engrossa as vozes dominantes da República Liberal na repressão severa aos “fanáticos exaltados”. Com o mesmo desconhecimento e intolerância procedeu em relação à grande parte dos movimentos messiânicos no campo ou frente às figuras carismáticas do mundo rústico dos camponeses como os cangaceiros Lampião, João Silvino ou o Padre Cícero Romão de Juazeiro do Norte. Com base nessas discussões, Alberto Moreira afirma:

Os reiterados levantes e revoltas dos camponeses, marcadamente messiânicos e localizados, não podiam constituir projetos políticos consistentes e alternativos à ordem vigente. Mesmo assim o seu verdadeiro caráter político, o poder desagregador da insurreição dos pobres do campo, que representavam subversão e ameaça para a ordem dominante, foi perfeitamente percebido pelo Estado da Primeira República. Este Estado desencadeou sobre eles uma extrema violência repressiva, mobilizando o exército em verdadeiras operações de guerra [Canudos e Contestado]. (MOREIRA, 1994, p. 08).

Ainda, corroborando nessa discussão, José de Souza Martins aponta os camponeses de lá para cá, condicionados a defenderem projetos dos “outros”: dos comunistas, da Igreja, do Estado populista, do sindicalismo Patrimonialista.

A partir da década de 1950, tendo como mediador o partido Comunista, que introduzira um programa de mudanças na sociedade brasileira, os movimentos populares no campo ganham forte conotação política, superando, sem eliminar, a dimensão messiânica que caracterizou o universo de tais movimentos o passado. Nesse contexto, ocorrem as revoltas camponesas de Porecatu (1950) e do Sudoeste (1957), ambas no Paraná, envolvendo a participação do Partido Comunista. No início dos anos 50 surgem as famosas Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, entre os trabalhadores canavieiros do Nordeste. Outra experiência foi a organização Camponesa chamada “República de Trombas” do Rio Formoso, de 1948 a 1970 em Goiás, na qual centenas de famílias de camponeses lideradas por José Porfírio organizaram por mais de vinte anos toda a colonização e produção agrícola de uma vasta região.

Para Adelaide Gonçalves, (2018), em face do problema de acesso à terra de trabalho ser tratado “como caso de política e de segurança nacional neste país”, anulando a política fundiária como garantia de acesso democratizado à terra. Nesse sentido, a organização dos

Camponeses da República de Trombas foi tratada pelo viés da repressão, da segurança nacional, a organização dos trabalhadores foi desbaratada pelo exército brasileiro, prendendo seus líderes sob alegação de atividade subversiva.

Conforme Alberto Moreira (1994), a partir da década de 50, não só no Brasil, mas em todo o continente latino-americano, havia um clima de muita efervescência mobilizando a sociedade. A atuação da Igreja na questão agrária torna-se explícita e militante. Vivia um momento de mobilização política, de lutas sindicais, político-partidárias e mesmo de guerrilhas (Cuba). As questões da liberdade, da opressão, do desenvolvimento e da reforma agrária estavam na ordem do dia. A ebulição política tinha como um dos seus espaços privilegiados as lutas do campo, sobretudo a disputa de grupos distintos pelo controle político do movimento camponês: o Partido Comunista do Brasil, a Igreja Católica, logo depois as Ligas Camponesas - inicialmente apoiadas e estimuladas, e posteriormente combatida pelos comunistas - e finalmente, nos anos 60, o trabalhismo de João Goulart. Nessa análise, José de Souza Martins afirma:

Essa coincidência de época, no posicionamento de dois dos mais importantes personagens políticos da história contemporânea do Campesinato brasileiro, [o PCB e a Igreja] não pode deixar de ser notada quando se tem em conta que o despertar político dos camponeses brasileiros teve em ambos uma força propulsora e, provavelmente, um limite. (...) A história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato (MARTINS, 1981, p. 81).

Para Moreira, o segmento da Igreja Católica que se envolveu na luta pela reforma agrária cresceu bastante na década de 50, e muitos encontros regionais e documentos de bispos trataram do assunto, não sem divergências internas entre os signatários. São exemplos desses documentos “A Igreja e a Amazônia” de julho/52, “A Igreja e o Vale do São Francisco”, de agosto/52, as conclusões da 2ª Assembleia Geral da CNBB de setembro/54, um documento mais crítico, elaborado a partir dos resultados de estudos socioeconômicos que trata extensamente da reforma agrária e abordam as causas da migração forçada dos nordestinos rumo ao sul do país.

Na década de 1970, com a construção da Barragem de Sobradinho, problemas relativos à grilagem se proliferaram, fazendo do norte da Bahia, região de Juazeiro e os municípios à borda do lago, palco de luta contra grilagens de terras. O bispo da Diocese de Juazeiro, Dom José Rodrigues de Souza, afirmara que esteve diversas vezes prestando depoimento e fazendo denúncias à CPI, instaurada para analisar os problemas de terra (J.BA.28/08/79 e 18/10/79).

O modelo fundiário do Brasil é potencializador das questões e conflitos agrários, em relação à demarcação de terra para obtenção de títulos legais. De acordo com o historiador, Prof^o Flávio Gomes Cabral(2004), já nos princípios do século XIX, com a valorização das terras interioranas, nas repartições públicas avolumaram-se processos em litígios para demarcação de terra e aquisição de títulos legais de propriedade. Sem muita clareza em suas questões, em muitos casos, as referidas solicitações partiam de ambas as partes contestantes, que reclamavam possuir direitos comprovados. Nesse modelo, outro agravante era a ausência de uma rígida fiscalização e controle sobre as concessões, o que contribuía para que um mesmo requerente fosse contemplado com o mesmo quinhão.

Na Bahia, segundo dados da Secretaria de Agricultura (1978), Dom José Rodrigues afirma que menos de 5% das propriedades rurais possuíam títulos. Essas terras passam de geração a geração, por herança. Assim, a ausência de uma regularização fundiária, assegurando o direito de propriedade aponta o fator crucial para a grilagem. Para o bispo Dom José, a maior razão para a grilagem é a valorização das terras, principalmente na borda do lago de Sobradinho. Nessa região, todo o potencial girou em torno da especulação de terras. Nesse aspecto abre-se caminho para o capitalismo que invade de forma brutal nossa região, expulsando milhares de famílias do chão onde viviam e do qual sobreviviam.

Na implantação da ditadura civil-militar no Brasil, com o golpe de 1964, entre as reformas sociais, no governo do Marechal Castelo Branco temos o Estatuto de Terra, Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964. Essa lei como marco legal, na resolução das questões fundiárias, determinava a regulamentação da reforma agrária e definia as instituições responsáveis pelo projeto de desenvolvimento a ser implementado. Esse documento legal visava disciplinar o uso da terra, sinalizando um novo modelo de agricultura que transformasse uma demanda genérica, fortemente distributivista, em outra demanda alinhada com a visão desenvolvimentista dos militares e das forças e entidades civis que lhe deram apoio (MEDEIROS;2019).

Para a professora LeonildeServolo de Medeiros (2019), os anos que antecederam a instalação, em 1964, do regime empresarial – militar foram marcados, não apenas por intensas disputas por terras, mas também pelo debate sobre rumos do desenvolvimento do país e o papel que nele ocupariam as atividades agropecuárias. Diferentes projetos colocavam em debate temas referentes as relações entre agricultura e indústria; a necessidade de produção de gêneros alimentícios voltados para o mercado interno como condição de controle da inflação; a importância das exportações brasileiras. No cerne dessas discussões estava a pertinência da redistribuição de terras, como forma de reduzir a concentração fundiária e combater o

latifúndio, entendido como espaço improdutivo, atraso tecnológico e de relações sociais opressivas (PALMEIRA, 1971; NOVAES; 1977).

Segundo José de Souza Martins (1997), os militares tiveram a oportunidade de fazer, a seu modo, a grande reforma social de que o país precisava, ou seja, a reforma agrária, sem a mediação dos grupos de pressão. Para isso, o Estatuto da Terra era uma proposta bastante razoável naquele contexto. Mas como base jurídica, os militares usaram o Estatuto da Terra com finalidades puramente estratégicas, com finalidades militares e repressivas. O governo fazia desapropriação quando havia conflito e ao mesmo tempo botava na cadeia os cabeças do conflito, alegando serem comunistas. Com base nessa análise Martins comenta: “O Estatuto de Terra foi utilizado para desmontar as tensões sociais no campo, e não para resolver a questão agrária; foi utilizado para resolver questão política, sem resolver a questão agrária” (MARTINS, 1997, p. 84).

De acordo com Manuel Correia de Andrade (1980), passada a euforia do chamado “milagre econômico brasileiro”, o governo passou a ter maior preocupação com o problema agrário, procurando chamar a atenção tanto para a grande como para a pequena lavoura. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento(PND), vigente para o período de 1972/74, propõe a modernização da agricultura, dentro de uma perspectiva de transformação das explorações agrícolas, em empresas que produzissem diretamente para o mercado efetivando-se a aplicação dos insumos modernos para o Nordeste do país, “os efeitos sociais da absorção da mão de obra”. Preocupação óbvia, pois se sabe que a modernização capitalista é feita sempre provocando maior utilização de capital e a consequente liberação da mão de obra, seja na indústria ou na agricultura. Nesse sentido, pensa-se numa modernização mecanizada, em que a máquina passa a substituir o homem. Um desenvolvimento, cuja função é garantir a acumulação de capital em benefício da empresa, e não de garantir a função de se atingir melhores condições sociais de vida.

Para Andrade (1980), o I PND, ao tentar uma solução para o problema agrário no Nordeste, onde em certas áreas as tensões sociais, mesmo reprimidas eram muito fortes, com acentuada pobreza urbana, reflexo da migração campo/cidade, criou o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA). Esse programa além de provocar uma série de modificações na política no início da década de 1960, visava ainda desenvolver o Programa de Irrigação do Nordeste, tornando viável o desenvolvimento da agricultura do Nordeste, implementando uma economia de mercado, em detrimento da sua agricultura nacional, com a racionalização da estrutura agrária e a introdução de nova tecnologia em suas culturas básicas. Logo, a visibilidade política desse

programa estava em expandir a fronteira agrícola incorporando os vales úmidos do Nordeste, principalmente o do São Francisco, e novas áreas na região amazônica e no Plano Central.

Em materialidade, as propostas do IPND, complementadas pelo PROTERRA, constituíram-se em um retrocesso face à programação do Estatuto da Terra, quando permitia que os próprios latifundiários indicassem as áreas de suas propriedades a serem desapropriadas, podendo indicar até os candidatos às parcelas, permitindo que as parcelas, novas propriedades tivessem uma extensão de mais de seis módulos e também que as indenizações da área desapropriada fossem pagas em dinheiro (cerca de 80% do valor), sendo o valor estabelecido acima daquele declarado pelo proprietário para efeito de pagamento de impostos (ANDRADE, 1980).

Dessa maneira, conforme Martins (1984), o Estatuto adotara uma programação incoerente com a revogação do dispositivo da Constituição Federal Republicana, no governo de Castelo Branco, que obrigava o pagamento das terras desapropriadas aos grandes fazendeiros em dinheiro e de forma prévia. Isso tornou possível a partir de 1965, pagamento em títulos da dívida pública resgatáveis a longo prazo, mediante o pagamento de desapropriação.

Percebendo a morosidade do PROTERRA e preocupado com o desenvolvimento social, face à miséria existente, o governo lança o II PND, com os programas POLAMAZÔNIA para a região Norte e o POLONORDESTE para a região Nordeste. O POLONORDESTE ao apresentar suas metas mostrava-se bem distante da ideia de reforma da estrutura fundiária. Apesar de se integrarem a ele outros projetos, como DNOCS voltado para o controle da agricultura irrigada nos açudes e a CODEVASF, no controle da agricultura irrigada nas áreas do vale do Rio São Francisco.

O POLONORDESTE, criado em Brasília junto ao Ministério do Planejamento, apresentava um certo descompasso com a programação da SUDENE, ao absorvê-lo reagiu com o Projeto Sertanejo, em 1976, e saiu em defesa da agricultura sertaneja para torná-la menos vulnerável à seca.

Convém salientar que o programa de irrigação não se fez em larga escala e não beneficiou aos pequenos produtores, uma vez que na área do São Francisco a intervenção dos organismos oficiais - CHESF e CODEVASF - desapropriando terras a serem inundadas pelas grandes barragens e beneficiadas pela política de irrigação, não tenha beneficiando os posseiros e pequenos produtores radicados na área, mas às grandes empresas transnacionais e do Sudeste, as beneficiadas do incentivo para implantar grandes projetos agrícolas, que só

empregam mão de obra em larga escala na fase de implantação, nos períodos de colheita ou na ampliação dos projetos.

A política econômica governamental na bacia do São Francisco é de competência da CODEVASF, que acompanha o desenvolvimento da área, promovendo a assistência à agricultura, à pecuária e à indústria. Ela também se responsabiliza, entre outros programas, pela melhoria dos padrões de qualidade da cultura da cebola, da uva, da manga e outras, no intuito de assegurar a produção dessas culturas, maiores condições de competitividade no mercado internacional e no centro-sul do país. Sua política econômica e sua programação gerada no modelo econômico brasileiro de 1964, estimulou a preocupação com a empresarialização das atividades econômicas nos moldes importados dos países desenvolvidos, com uma produção condicionada para o mercado externo cuja finalidade, reduzir o déficit do balanço de pagamentos, e com a concentração de renda, tanto no ponto de vista social – beneficiando as classes dominantes. Inclusive dando prioridade a região Sudeste, vista como mais próspera, em detrimento dos interesses das demais regiões brasileiras.

Outro elemento fundamental nessa política é favorecer o capital estrangeiro que explora os recursos naturais do país, afim de que haja a entrada de capitais. Nesse sentido, a filosofia desta política se configura no estímulo, ao uso de inseticidas e adubos químicos importados, no uso de veículos automotores, tratores, caminhões e automóveis que sejam consumidores intensos de derivados de petróleo. Uma supremacia com força de grandes investimentos, que levou a desativação da pequena estrada de ferro que ligava Petrolina - PE , na margem do São Francisco a Paulistana no Sul do Piauí, e a que ligava Petrolândia -PE a Piranhas-AL, contornando o trecho encachoeirado do São Francisco, sendo substituídas por rodovias asfaltadas.

Nessa percepção, os grandes reservatórios construídos por órgãos ou empresas ligadas ao poder público, desapropriam as terras dos posseiros e proprietários, não só das áreas inundadas como daquelas que poderão ser beneficiadas pela infraestrutura do programa. Logo, os grandes proprietários, recebendo soma ponderáveis de indenizações, aplicarão estas, em atividades que dão alto rendimento, como especulação imobiliária urbana, em aquisição de propriedades rurais em áreas distantes, onde a terra é pouco valorizada, ou no mercado de capitais. Enquanto os posseiros e pequenos proprietários, com menor mobilidade são despojados da terra, dos instrumentos de produção, lançados para as cidades ou vilas próximas, passando a procurar emprego, uma fonte de trabalho. Como a oferta de empregos é

muito baixa, ficam reduzidos ao exército dos que oferecem sua força de trabalho a quem necessitar. Proletarizam-se, ficam desempregados e caem na pobreza e na miséria.

De acordo com o boletim *Caminhar Juntos*, n. 54, abril/1981, “as indenizações”: um dos capítulos mais tristes e vergonhosos da história da barragem de Sobradinho! “Capítulo infame!” Escrevera Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro.

Para os poucos ricos, latifundiários, detentores de escritura de suas terras, as indenizações foram boas ou, ao menos, razoáveis. Por exemplo: em Casa Nova, o senhor Adolfo Viana de Castro recebeu indenização de uma ilha em Cr\$ 2 milhões e 200 mil cruzeiros; em Sento Sé, Antônio Gomes de Lima recebeu Cr\$ 4 milhões de cruzeiros; em Remanso, José Braga Sobrinho, indenizou sua fazenda Curral da Areia por Cr\$ 17 milhões de cruzeiros. Para a CHESF era uma estratégia, para calar a boca dos poderosos e mantê-los como aliados. Desse modo, Para Lilia Moritz Schwarcz (2019), isso configura o Estado apoiando-se fortemente nos latifundiários e senhores de terra. Uma verdadeira situação de conformismo, até mesmo político. Pois se tratando de Casa Nova, o senhor Adolfo Viana, era também chefe político do município. Em relação aos pequenos proprietários e posseiros, a maioria sem título da terra, as indenizações foram irrisórias, sendo pagas apenas as benfeitorias. Já que, no entendimento da CHESF, aquelas terras eram devolutas, pertencentes ao estado da Bahia.

Desapropriadas, as terras agrícolas são beneficiadas com a construção de estradas e canais de irrigação, e passam a ser oferecidas a empresas e grupos econômicos do Sudeste e transnacionais que implantam em grande escala, culturas comerciais como uva, cebola, manga, cana-de-açúcar e outras culturas até raras, como o aspargo. Para a implantação destes projetos, os investidores contam com o apoio oficial, através de subsídios a juros baixos e grande prazo de carência, obtidos através de órgãos e bancos oficiais.

Reportando-nos à década de 1970, marcada por uma violenta crise energética, com preço do barril de petróleo em alta, verificou-se um aumento vertiginoso dos combustíveis. O barril de petróleo que em janeiro de 1973, estava em torno de dois dólares, doze meses depois custava onze dólares. Nesse contexto, esta política fora estimulada mais intensamente, em consequência do programa de intensificação do álcool - PROALCOOL- cuja finalidade era libertar o Brasil de uma demanda maior de petróleo importado, o que também teria como beneficiados, sobretudo, os grandes produtores de cana-de-açúcar²⁶.

²⁶ Para combater a crise do Petróleo, em 1975 o governo Federal criou o PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL(PRO-ÁLCOOL), estimulando a substituição do petróleo pelo álcool etílico. Na Bahia, segundo o bispo de Juazeiro/BA, Dom José Rodrigues de Souza, o governo selecionou sete áreas prioritárias para

Com a demanda por petróleo cada vez maior e a crise se tornando cada vez mais acentuada, o governo brasileiro tomou uma solução, solicitando a redução nos gastos com combustíveis, por meio de anúncios veiculados nos meios de comunicação social, com resultados praticamente nulos. Mesmo impondo um racionamento com fechamento dos postos distribuidores duas vezes por semana, em nada adiantou, pois a demanda em alta escala por combustível se referia a dois setores essenciais: O transporte rodoviário e a indústria (REVISTA MUNDO JOVEM-ano 18, n. 128-junho/1980).

Nesse âmbito, diante do gasto crescente em divisas na aquisição do petróleo, em 1975, o governo brasileiro criou o PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL (PROALCOOL). Programa que se resume em conceder estímulos financeiros à grande empresa capitalista industrial e agrícola para que se disponha a investir na ampliação de produção de cana, na fabricação de equipamentos de produção de álcool. Esse programa estimava uma produção de álcool em grande escala para substituir os derivados de petróleo, prevista em 1976 para 500 milhões de litros; em 1979 seriam 3 bilhões e 700 milhões de litros e até 1985, a produção pretendia atingir cerca de 10 bilhões e 700 milhões de litros de álcool por ano.

Baseado quase exclusivamente na agroindústria canavieira, esse programa demandaria grandes extensões de terras, aumento da mecanização e a latifundiáriação no campo. Situação que no ponto de vista dos bispos, em denúncia que fazem ao programa do álcool, no documento “Igreja e os Problemas da Terra”, n. 20, trará grande demanda social, aumentando a concentração de renda e terras nas mãos dos grandes, a expulsão dos lavradores de suas terras, diminuição das terras para cultivo de alimentos e aumento do fluxo migratório da população do campo para os grandes centros urbanos. (REVISTA MUNDO JOVEM, 1980).

Numa expectativa bastante otimista, no sucesso do programa como solução para o problema energético, o governo brasileiro resolve expandir o PROÁLCOOL, para além da Região Sudeste. Para isso, já foram aprovados 228 projetos pelo Conselho Nacional do Álcool, o que levará a ocupar áreas que até então eram ocupadas por pequenos proprietários, meeiros, posseiros, como estava acontecendo no Estado de São Paulo, na região de Ribeirão Preto (PROGRAMA SEMEANDO A VERDADE – DIOCESE DE JUAZEIRO BA, 07/10/1980).

implantação do PRO-ÁLCOOL. Cerca de 4,4 milhões de hectares destinados a plantação de mandioca. No município de Casa Nova, a Empresa Camaragibe S.A., beneficiária do PRO-ÁLCOOL chegou em 1979, se instalando na Comunidade de Riacho Grande, provocando um conflito de grilagem de terra com os posseiros que habitavam a área há mais de um século (CAMINHAR JUNTOS-BOLETIM INFORMATIVO, n. 59 setembro de 1981).

Após a construção da Barragem de Sobradinho, a região do Vale do São Francisco tornou-se muito propícia para o agronegócio. Havia uma forte propaganda do governo federal, incentivos fiscais para atrair as empresas e os grandes projetos de alto rendimento para a região. Segundo Dom José Rodrigues (Programa Semeando a Verdade – outubro de 1980), esse projeto governamental (PROÁLCOOL), estava sendo implantado em todo o Brasil e beneficiando como sempre, os grandes, com os estímulos, a garantia de mercado para o álcool, a isenção de impostos e financiamentos para modernizar, ampliar ou instalar destilarias. Nesse contexto, o PROÁLCOOL chega ao Vale do São Francisco, em 1979, no Município de Casa Nova, no entorno do Lago de Sobradinho, no território de Areia Grande, representado pela Empresa Agroindustrial Camaragibe S.A, sediada no Rio de Janeiro Brasil.

Essa empresa chegou denominando-se proprietária de 30.000 hectares de terras para instalar um megaprojeto de produção de álcool à base de mandioca, usando sistema de irrigação, com incentivos do PROÁLCOOL, na região de Areia Grande. Terras que segundo ela, adquiriu comprando imóveis rurais da família Viana de Castro, oligarquia regional.

A Camaragibe obteve esses imóveis, através da transformação de recibo de posse de pequenas áreas em matrículas no Cartório de registros de imóveis, em Santana do Sobrado, distrito do município. A reunião desses pequenos títulos de posse em registros de propriedade, deu origem a uma extensa área de terra da qual a Camaragibe passou a se proclamar proprietária. Essa transformação se deu em convivência com o Cartório de imóveis, sob domínio dos Viana de Castro. As posses, que não tinham dimensões precisas, uma vez que eram demarcadas pela tradição oral dos ocupantes, foram objetos de anotações no Cartório de Títulos de Documentos e, sem seguir a lei foram transcritos no livro de registro de propriedade (AATR/BA, 2017 – No Rastro da Grilagem). E afirmando a má fé da empresa e seus aliados no município, Marina Rocha, líder comunitário na época do conflito, e hoje, coordenadora da CPT/Juazeiro, diz:

Era uma área que eles tinham comprado, do pessoal de família de Casa Nova. Uma pequena área lá na Região de Riacho Grande, que fora registrada no Cartório em área maior. Então eles transformaram uma posezinha de terras que tinham em hectares, mais de vinte mil hectares (ROCHA, nov. / 2019)

Nessa imensa área, utilizada pelo projeto para o plantio da mandioca irrigada, estavam incluídas mais de 50 famílias de posseiros da comunidade de Riacho Grande. Sendo que essas famílias, moradoras dessa comunidade há mais de um século, com a chegada de seus ancestrais por volta de 1860, tomaram conhecimento da invasão e tentativa de grilagem de suas terras em outubro de 1979.

Para Marina Rocha, na época as comunidades não tinham especificamente essa organização que têm hoje. Inicialmente, o preposto da empresa ao chegar, logo procurou algumas lideranças da comunidade, no caso o senhor Francisco Rocha (Conhecido como Chico do Roque e tio da senhora Marina Rocha). Para ele a empresa se apresentou como dona da área, pois dissera que havia comprado, e ia entrar para tomar posse. Então Chico do Roque, respondeu que não, porque a terra é de quem está morando. Nesse embate, eles ameaçaram entrar. Começaram a fazer variantes (picadas na mata de demarcação de terreno). Mas o pessoal não permitiu.

No primeiro momento, os variantes estavam sendo construídos em direção ao rio. Porque a primeira coisa que eles queriam fazer, era uma tomada d'água para o projeto na beira do lago de Sobradinho. Foram impedidos. Outra tentativa frustrada da empresa para se instalar na área, foi o posicionamento do líder Francisco Rocha. Segundo Laurita Costa, quando os dirigentes vieram tomar posse, só Francisco Rocha tinha a documentação da terra. Então os empresários chamaram Chico do Roque e propuseram que ele pedisse o valor que quisesse pela sua terra que eles pagavam. Recusando a proposta, Chico disse: “eu não vou prejudicar meus companheiros”. Já que ele era o único, que tinha o título de terra naquela área.

No enfrentamento desse projeto da Camaragibe, o pessoal contou com experiências anteriores, como a Organização das Comunidades Eclesiais de Base, a forma de resistência frente a barragem de Sobradinho, quando tentou deslocar a população da comunidade para lugares distantes da região. Enquanto, que as terras da beira do lago fossem utilizadas pelo agronegócio.

Conforme Marina Rocha, com base nessas experiências a comunidade de posseiros de Riacho Grande, montou estratégias com mobilizações de luta para enfrentar a força do capital, representando pela empresa, órgãos oficiais, como Banco do Brasil (através do PROÁLCOOL), o INCRA e outros. Foram utilizadas várias formas de estratégias. Desde o enfrentamento direto, do povo organizado em vigília, acampado no local, dia e noite, impedindo a entrada dos tratores e máquinas na área. Nessa atitude de enfrentamento direto, toda a comunidade era mobilizada. Todos tomavam parte: homens, mulheres, jovens, crianças e até mesmo pessoas mais idosas, como afirma dona Inês da Costa Silva:

Começamos a luta assim, eles vieram para agente entregar as terras, aí eles se juntaram num lugar para tomar as estradas, para botar cascalho nas estradas na travessa do Riacho. Aí fomos lá e quando chegamos lá, tomamos à frente. Eles iam chegando com o carro cheio de cascalho para jogar dentro do riacho. Nós fizemos descarregar, tirar o carro, e nós ficamos lá esperando, aí o capitão chegou. Nós

díssemos que as terras nós não entregava. A terra era nossa, nós não tinha para onde ir, e nós era firme. Só se passasse por cima da gente. Senão... As terras não entregamos, é onde nós nascemos e tinha que morar nela até o dia que Deus tirasse. Uma vez eles vinham abrindo uma estrada de lá para cá e as mulheres entraram. Mas mulheres tudo daí, Luzia a mulher do finado Chico, a mãe dela (referindo-se a uma jovem presente), e vinha tudo que era de menino. Quando chegamos ali, eles tinham aberto a estrada. Nós pegamos os paus que eles cortaram e entupimos o piquete que eles fizeram. Fizemos uma cerca com os homens tirando os paus, e as mulheres fazendo cerca para eles não passarem pra cá, e aí, enfrentamos até quando eles aquietaram. (MARIA INÊS DA COSTA SILVA, COMUNIDADE RIACHO GRANDE/CASA NOVA – BA, maio de 2019).

Dando continuidade à luta em defesa da terra, a comunidade foi buscar apoio em outros segmentos. De início, o pessoal procurou a paróquia de Casa Nova, na época era o padre João Molnar, este logo chamou a CPT/Juazeiro – BA, para dar um apoio às comunidades. Nesse âmbito, de discussão com a CPT e a Diocese através do Bispo Dom José Rodrigues de Souza, houve toda uma mobilização, denunciando a questão da grilagem na terra dos posseiros, às organizações de trabalhadores, ao Papa João Paulo II - que estava em visita pelo Brasil na época - ao governo do Estado, ao Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), órgão que fazia a regularização fundiária dos territórios. Foi feito todo um processo de articulação, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e com a Comissão da Pastoral da Terra (CPT-Nacional).

Ampliando cada vez mais a luta, os posseiros passaram a receber apoio de trabalhadores de diversas regiões, de vários municípios, não só os municípios da região que compõem a Diocese, mas também através de sindicatos de trabalhadores rurais de outros municípios, como Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e outros. De lideranças políticas, representações de entidades, parcerias com organizações que trabalhavam com a questão do direito e em termos do direito. Direito à vida, à terra. Apoiaram politicamente, a organização do povo local. Para Alberto Moreira, essa percepção mostra que é no campo, onde ainda se encontram focos fortes e organizados de resistência à dominação capitalista. Os camponeses sem-terra, os posseiros e os índios, praticamente tem sido os únicos, segmentos sociais que colocam teimosamente obstáculo para a expansão privada capitalista e do sistema de produção de mercadoria. Nessa análise, ele ainda ratifica:

No fundo, as camadas oprimidas no campo, que nunca tiveram a chance de fazer valer sua própria concepção da terra, do direito, do trabalho e da liberdade, insistem em afirmar com suas lutas que o processo não parou, que a história não chegou ao seu fim [...]. Os camponeses, a quem nunca foi permitido desenvolver uma contribuição própria a um projeto político para toda a sociedade, não se detêm, pelo menos impõe uma arritmia a expansão capitalista, recuperam espaços, modificam os

termos, revelam as contradições e a lógica excludente desta dominação (MOREIRA, 1994, p.34).

Com efeito, Moreira ainda lembra que o campesinato sempre foi excluído e encarado com suspeição pela oligarquia rural, visto no máximo como receptor obrigatório das novas ideias, dos costumes “civilizados” e “modernos”, ou como objeto da doutrinação da esquerda em vista da consecução de projetos políticos inculcados de fora. Raramente se concebeu que as lutas do campesinato tivessem consciência política própria e expressassem reivindicações às vezes mais profundas do que as do operariado urbano. Em termos socioculturais, os camponeses sempre foram vistos como grupos humanos que tem algo, pouco ou muito pouco, a contribuir e a ensinar. Prevalecendo, porém, a visibilidade primitiva, o preconceito de serem vistos como gente “carente”, “ignorante” e despolitizada, sempre “pré-disposta” a recair no messianismo religioso, no barbarismo cultural ou, no servilismo feudal.

Politicamente, numa perspectiva de organização comunitária, a comunidade já tinha uma caminhada consolidada, desde 1972, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). No Brasil, a Teologia da Libertação, por dentro da experiência das CEBs e da multiplicação dos círculos bíblicos, pode ser compreendida como a teologia da enxada, a teologia do pobre de pé no chão (ADELAIDE GONÇALVES, 2018). Nesse sentido, conforme Laurita Costa, a comunidade era sempre orientada. Seu líder Chico do Roque, um companheiro de muita sabedoria em prol da coletividade, saía pelo Brasil em busca de ajuda, apoio e conhecimento. Sendo que de certa forma, ele recebia muitas orientações para denunciar a luta, fazendo com que ela ganhasse dimensão regional, nacional e até internacional.

Nas ausências de Chico, a comunidade permanecia no enfrentamento da luta. Quando ele retornava com informações adquiridas nas entidades e federações de trabalhadores, nas instituições e órgãos públicos, nas entidades religiosas e outras, repassava para a comunidade e orientava-a, sobre como deveria agir.

Às vezes, a gente achava que eles estavam nos ameaçando. O que levava alguns dos nossos companheiros, a pegar um facão, uma foice, uma coisa. Mas como Chico era uma pessoa muito sensata, sempre dizia: não, deixaeu ver se eles fazem alguma coisa com vocês. Fiquem calmos, porque não adianta. Parece que eles queriam que a gente reagisse, e assim, complicar a nossa situação. Nisso perderíamos a razão (DEPOIMENTO DE LAURITA COSTA, 2019).

Enfatizando o apoio da Igreja Católica e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na luta dos posseiros, Laurita Costa, considera primordial o forte apoio do bispo Dom José Rodrigues de Souza e dos advogados da CPT, Dr. Edu e Dra. Angélica no suporte jurídico aos camponeses. Dando ênfase afirma: “eles foram o braço forte para nós nessa luta. Parece que nós tínhamos as pessoas que nos orientavam e Deus estava em nosso comando”.

Segundo Leonilde de Medeiros (2019), a modernização da agricultura não só significou conflitos nas áreas antigas como em novas áreas, onde o capital, em suas diversas formas, chegou impondo novos usos da terra e novas formas de trabalho. Tal imposição, transformara essas áreas em palcos de violentos conflitos, pelo regime de posse da terra. Ambiente que favoreceu o surgimento de entidades ligadas a Igreja Católica, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nascida em 1975. Essas duas entidades tiveram um papel de grande relevância nas denúncias desses violentos conflitos no campo.

Com suas raízes fixas na cultura sociorreligiosa do Cristianismo da Libertação, a luta pela terra dos posseiros da Comunidade de Riacho Grande procura buscar por dentro da ação pastoral em curso, as alterações da rota que se vão realizando em direção à questão agrária e aos seus correlatos. Nesse contexto, José de Souza Martins, no início da década de 1980, no “Seminário Reforma Agrária: exigência do Reino de Deus”, aborda a luta pela terra no Brasil como ao mesmo tempo uma luta pela liberdade, pois a expulsão da terra configura dupla expropriação: da terra e dos direitos. Na visão do sociólogo, naquele momento “a igreja ganha um papel histórico [...], quando todos os canais foram fechados e o movimento dos trabalhadores sofre grandes dificuldades. A Igreja mobiliza e se deixou, também, mobilizar. Sente – se que nasce algo novo” (MARTINS,2011)

Para Adelaide Gonçalves (2018), nessa linha se mobiliza e se deixar mobilizar, a Comissão Pastoral da Terra compromete-se com sua atuação cada vez mais empenhada em articular o debate sobre questão agrária como uma “questão de Cidadania, de democracia e de sobrevivência para milhões de brasileiros”. Nesse sentido, a CPT proclama seu engajamento pastoral junto aos pobres excluídos do campo. Também em 1980, a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), afirmando seu compromisso pastoral no documento Igreja e Problemas da Terra, em perspectiva histórica, tratou como prioridade a concentração da terra no Brasil, o modelo político a serviço da grande empresa, a questão de terra dos povos indígenas, as migrações e violência no campo, responsabilizando a concentração do capital e do poder enquanto fonte de degradação.

Em virtude da grave situação do sofrimento dos trabalhadores e da violência por questões de terra, os bispos assinalaram no documento, uma postura firme de ação “de não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse de terra. Nessa percepção a Assembleia Regional Nordeste I, escolheu a Pastoral da Terra como uma de suas prioridades, diante do conflito estrutural pelo

uso da posse de terra, referenciando 1980 como ano crucial na articulação de debates sobre a questão de terra no Brasil (GONÇALVES, 2018).

Nesse momento em que a Igreja no Brasil, especialmente a ala progressista, assume seu grande papel histórico, Dom José Rodrigues assume a Diocese de Juazeiro fazendo opção pelos pobres. Conforme Zacarias Rocha, o trabalho de Dom José junto às comunidades é indiscutível mesmo reconhecendo todo o trabalho dos seus sucessores. Enfatizando, ele diz que, quando Dom José chegou à Diocese, dissera que vinha para evangelizar os pobres. Por esse viés entende-se que a questão da verdadeira evangelização, passa pelo anúncio de boa nova, que é anunciar a justiça e denunciar as injustiças. Desse modo Zacarias afirma:

Então Dom José foi um baluarte nessa questão de denunciar a opressão que vivia todo o povo na Diocese de Juazeiro. Quando ele chegou à Diocese, no meio da década de setenta(1975), estava no início da questão da barragem, da mudança, dos deslocamento das pessoas. E quando surgiu a grilagem daqui do Riacho Grande a CPT tinha sido recém – criada, e desde então a CPT assumiu o apoio aos trabalhadores (ROCHA, maio/2019).

Então a CPT de Juazeiro, articulada com a CPT Nacional, tem todo esse trabalho de apoio aos trabalhadores. Desde a década de 1980, há esse apoio. A “CPT é apenas um braço que a gente segura para continuar na luta”, diz Rocha. Continuando, afirma:

A gente entende também que a CPT não faz a luta, nem vem defender. A comunidade é que tem que defender seu território. Mas a luta ao mesmo tempo, também é um processo continuado. Ela se dá em nível local, depois vai ganhando dimensão maior, vai para o Estado. Dessa maneira, a gente não consegue vencer sozinho, então passa pelo viés do apoio da CPT, da Igreja, do sindicato.

Nesse sentido, é muito importante que a Igreja assuma seu papel de contribuir com a luta dos trabalhadores, os injustiçados. E corroborando, Dom José afirma: “A Igreja na América Latina fez opção preferencial pelos pobres. Ou seja, uma Igreja viva, proclamadora da justiça hoje, ou somos Igreja de museu ou cemitério” (PROGRAMA SEMEANDO A VERDADE, RÁDIO/PETROLINA, outubro de 1980).

Segundo Dom José Rodrigues (PROGRAMA SEMEANDO A VERDADE, outubro/1980), essa é a força do avanço do capital na região, com incentivos fiscais do governo às grandes empresas na produção de álcool, em que um dos exemplos é a Empresa Camaragibe S.A, em Casa Nova, destinada a produzir álcool extraído da mandioca. A empresa, não satisfeita com as terras que já tem, 30 mil hectares, ameaça entrar nas roças dos pequenos, para tanto usa tratores e armas.

Num mundo tremendamente agressivo, Dom José se apropria na frase do célebre filósofo inglês, Thomas Hobbes, onde “o homem é lobo do próprio homem”. Nessa alusão, o pequeno, o fraco, o pobre só pode sobreviver se for uma pessoa disposta para a luta e a união. Se ficar só, irremediavelmente acabará devorado. Essa lição de coragem e união que os

trabalhadores de Riacho Grande dão serve para os trabalhadores de todo o Brasil. Para o bispo Dom José Rodrigues, a vitória deles animará as lutas que em toda parte o povo tem que enfrentar pela conquista do direito à vida. E afirma: “Se a eles não forem assegurados este direito e não forem deixados em paz nas suas terras, tiremos nossas máscaras de cristãos, de civilizados e defensores dos direitos humanos”.

Vislumbrando esse momento de luta desses trabalhadores humildes, Dom José comunga com Michel de Certeau (1982), fazendo referência à combinação de um lugar social da prática científica da escrita da operação historiográfica. E acrescenta no seu discurso:

Lembro para vocês a história que está sendo escrita por um povo humilde e sofrido, mas que é uma história cheia de coragem, de determinação, união e fé. É a história dos lavradores de Riacho Grande. Eles foram colocados entre migrar, fugir para o desconhecido e a resistência. Entre abandonar as terras herdadas dos seus pais ou fincar pé arriscando morrer como homem, antes de serem tangidos como seres indesejados e sem nenhum valor, para a estrada da fome e da miséria (DOM JOSÉ RODRIGUES, 1980).

Foram várias tentativas realizadas pela Empresa Camaragibe para penetrar nas terras dos colonos. Numa das investidas, os 53 colonos com suas famílias se colocaram desarmados frente aos tratores, armas automáticas e metralhadoras, protestando e resistindo com suas vidas. Ficaram acampados ao sol e ao relento, dia e noite, sob ameaças e rajadas de metralhadora (BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, n. 59, 9/1981). E corroborando, Dona Laurita Costa em seu relato acrescenta:

Aí nós pensamos que a gente estava sossegada. Quando um dia, de madrugada dois companheiros nosso estavam no mato caçando tatupeba, ouviu o barulho dos tratores. Observaram sem aproximar muito e viram que eles vinham para se apossar aqui no Riacho Grande. Os rapazes saíram nas casas avisando, era dia dezanove de setembro de oitenta, na passagem de quinta para sexta. Uns não conseguiram ir, pois estavam de viagem para Casa Nova, fazer compras. Mas os que ficaram foram enfrentar, e lá, foram recebidos com tiros de metralhadora, uma arma que aqui ninguém conhecia. Quando o dia amanheceu e os companheiros chegaram, tudo lá... botaram em cima do trator e começaram a atirar. Um dos nossos companheiros, o Chico do Roque colheu as cascas das balas do chão, chegando a dar quase um litro. A gente em pé e eles atirando que as terras (areia) subia nos nossos pés. Atiravam lá, em cima dos tratores com as metralhadoras, o raio do sol brilhava, as metralhadoras pareciam que tinha saído de uma fábrica hora. E a gente não arredou o pé. Aí teve um cara que viu que a gente não ia arredar o pé, e falou: “se você quiser passar por cima deles”. Aí desceu do trator. “Vocês passem, eu não vou”. Então, nisso passamos quase um mês de enfrentamento na área. O apoio que tivemos foi do bispo Dom José Rodrigues, o braço mais forte para nós e vinha apoio também de outras entidades. Das autoridades de Casa Nova, não tivemos apoio de ninguém. Nem do prefeito, vereador, polícia ou delegado (LAURITA COSTA, maio/2019).

De acordo com o contexto nacional, o país vivia um regime ditatorial, a ditadura militar. Casa Nova, pequena cidade do interior da Bahia às margens do rio São Francisco era dominada pela família Viana. Esta governou o município, por mais de cem anos, desde o final do século XIX, com representantes no governo estadual e em outras esferas do poder

nacional. Conforme Marcos Damasceno (2016), a destruição do Arraial de Canudos/BA ocorreu no governo do senhor Luís Viana (1896-1900), este natural de Casa Nova. Para Damasceno, este massacre foi resultado da ação do Estado com a conivência da Igreja Católica ao considerar Canudos e as pregações do Conselheiro uma afronta à Igreja e ao Estado. Dessa maneira, a destruição do arraial partiu de um pretexto político, que era proteger o latifúndio e assegurar o poder dos fazendeiros e da Igreja Católica.

Para Victor Nunes Leal (2012), o fenômeno da imediata observação para quem procura conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado “coronelismo”: Sistema baseado, sobretudo, no compromisso, na troca de proveitos entre o poder público - progressivamente fortalecido - e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras. Nesse aspecto, Casa Nova passara quase um século, imperando o domínio do coronelismo da família Viana, cujo fundador da dinastia, era o coronel da Guarda Nacional, o senhor José Manuel Viana. Segundo Leal, não é um sistema simples, pois envolve um complexo de características da política municipal, e também não é possível, pois, compreender esse fenômeno sem a referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Desse compromisso fundamental, resultam as características secundárias do sistema “coronelistas”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. Reportando-se ao regime representativo, no período colonial, Victor Nunes Leal aponta como sendo limitado à composição das câmaras municipais. E que não era de interesse básico da Coroa o sistema eleitoral, pois o regime vigente lhe permitia controlar toda a administração pública através da livre escolha das autoridades. Isso demonstra a frequente submissão da metrópole à arrogância do senhorio rural, a insuficiência do poder público, incapaz de exercer a plenitude das suas funções.

Em 1823, a eleição da Assembleia Constituinte, seguida da Assembleia Geral, órgão permanente do governo propiciou enorme relevância à questão eleitoral. Embora o direito de sufrágio baseava-se no censo econômico, voto censitário e as atividades agrícolas continuavam a cargo dos escravos, população excluída do direito de voto. Sendo, portanto, muito restrito o corpo de eleitores: a fraude, a violência e as honrarias, tomaram papel decisivo na manifestação das urnas. Com a República, há a extensão do direito de sufrágio: tem visibilidade fundamental o voto dos trabalhadores rurais. Circunstância que fez crescer, portanto, a influência política dos donos de terras.

Reforçando o aspecto que logo salta aos olhos, o da liderança, Leal (2012) evidencia a figura do “coronel”, ocupando o lugar de maior destaque. Nem sempre os chefes políticos

municipais eram autênticos “coronéis”. Pois com a difusão do ensino superior no Brasil, médicos, advogados, com tendência ao pleito que os habilitam a chefia, tornaram-se chefes políticos. Muitos desses doutores, parentes ou aliados políticos dos “coronéis”, de quem herdara todo prestígio, ao construir e consolidar sua liderança tornavam-se chefes municipais absenteeístas. Só voltavam ao feudo político, de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para fins partidários. Nessas condições, conservando a chefia política do município, os lugares-tenentes que ficam no interior, fazem-se então verdadeiros chefes locais, tributários do chefe maior que se ausentou. Nesse sentido, Leal afirma a figura primária do coronel:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras (LEAL, 2012, p.45).

Nesse aspecto, analisando o relato de memória de dona Laurita Costa, apontando a falta de apoio político das autoridades a luta dos posseiros, tem-se a percepção histórica de que, as autoridades de Casa Nova sempre governavam o município, distanciado do povo. A família Viana tinha raízes políticas fortes no Estado e na esfera federal: Câmara e Senado. Mas no município eram políticos absenteeístas.

No início da década de 1970, com a implantação da barragem de Sobradinho, em que o governo equipou-se para usar todos os tipos de pressão em defesa do empreendimento, em 1974, Casa Nova foi declarada área de Segurança Nacional, de acordo com o decreto lei n. 1316. O município estava sob controle dos militares. Essa determinação federal suprimiu os direitos políticos da população, na escolha democrática do dirigente local, o prefeito municipal. Estes passaram a ser nomeados. Foi um período de mais de dez anos, com a falta de liberdades e participação política dessa população, no âmbito municipal.

Essa tática do governo militar, utilizada para trazer a população controlada, inibiu qualquer forma de resistência de opinião pública ao projeto, e ao mesmo tempo neutralizando possíveis opositores do projeto, com fatores e concessões de diversos tipos (COELHO, 2005). Para Edcarlos Mendes da Silva (2010), O conceito de Segurança Nacional, foi a estratégia apropriada para resguardar a execução dos projetos do governo sem objeções ou críticas. E a Área de Segurança decretada em torno do reservatório, declarava a seriedade do projeto, e que não era tolerado aquilo que os militares chamavam de subversão e desordem.

Nesse contexto militarista, a participação popular é vista como desordem e a opinião popular se faz desnecessária. Nesse sentido, Arlette Farge (2009), analisando a maneira como

governantes e elites estão convencidos da impossibilidade do povo participar da coisa pública e de ser sujeito da história, afirma:

A política não é assunto do povo, exclama-se por toda a parte, e o intenso debate que se instaura em torno do debate que se instaura em torno da necessidade de uma opinião pública só é capaz de reconhecer aquela dos meios esclarecidos, deixando de lado uma opinião popular[...] vacuidade do raciocínio popular fundado em um pressuposto: submetida à pressão da necessidade e do trabalho, as camadas populares não têm nem a possibilidade nem a oportunidade de se preocupar com as coisas que não estão diretamente ligadas às suas necessidades físicas e materiais (FARGE, 2009, p. 100-101).

Embora, os movimentos sociais sejam permeados por fatos e decisões políticas, um fato político dos mais importantes na história brasileira do presente é o de que os movimentos e lutas populares, sobretudo no campo, caminham mais depressa que os partidos políticos legais. Esse distanciamento, que ocorre também na maior parte dos países da América Latina, mostra-nos que os partidos estão tendo dificuldades práticas e teóricas para acompanhar e incorporar as tensões sociais e as reivindicações camponesas. Nos mostra, ao mesmo tempo, uma das razões da fragmentação e dispersão das lutas populares no campo (MARTINS, 1981).

2.3 EXPERÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS QUE MARCARAM A LUTA PELA TERRA EM CASA NOVA.

No Vale do São Francisco, no final da década de 1970, os posseiros da região de Areia Grande, na sua luta em defesa da terra, não contaram com força e apoio de organização e estrutura político-partidária do município. Eles basicamente contaram com sua organização comunitária, o apoio da Diocese, da CPT e outras entidades de trabalhadores rurais. Para José de Souza Martins, as lutas camponesas necessitam de organização e estrutura partidária para encontrarem a unidade da sua diversidade, sua força política e o seu lugar tanto no processo político quanto na aliança com classes sociais que se defrontam com as classes dominantes e o Estado. Nessa análise ele assegura:

Esse fato adquire o seu sentido na história de um campesinato brasileiro progressivamente insubmisso – primeiramente contra a dominação pessoal de fazendeiros e “coronéis”. Depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; agora, também, contra exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições dessa sujeição (MARTINS, 1981, p.10).

Esse modelo de desenvolvimento brasileiro, montado sobre o neocapitalismo, apoia-se nas grandes empresas, nesse modelo de desenvolvimentos os pequenos não tem vez. Os fazendeiros, os latifundiários, as grandes empresas usufruem de todas as facilidades, incentivos fiscais e sistema de crédito do governo. Dessa maneira os “grandes” foram se apossando das terras dos pequenos principalmente com os projetos e as agroindústrias. Segundo o que consta nos relatórios, do laudo técnico, das Comunidades de Fundo de Pasto/Areia Grande, após a conclusão da barragem de Sobradinho, a população ribeirinha foi convidada a sair das margens do lago para colonizar terras distantes, em área de caatinga ou até mesmo em outro município. Nesses anos, houve especulações nas terras, devido a expectativa da vinda da Camaragibe com o apoio do governo que havia definido um programa de incentivo à produção de álcool combustível, a partir da cana-de-açúcar e mandioca regulado pelo extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)²⁷, na implantação da agroindústria em regiões não tradicionais.

Com o aquecimento do mercado de terras no Vale do São Francisco, algumas pessoas ligadas a classe política do município venderam pequenos sítios e frações ideais em terras de uso comum, glebas não delimitadas, ou melhor, definida em mil réis e cruzeiros, em regime de posse. Algumas das pessoas que venderam por exemplo, o Sr. Rui Castro, funcionário público federal, e sua mãe Coleta Castro, mantinham através da criação animal com o serviço de vaqueiros, duas posses da pequena extensão no local conhecidas por Lages e Baixa do Umbuzeiro. Assim, a área denominada Areia Grande, onde se instalou a Empresa Agroindustrial Camaragibe S.A, sempre esteve imersa numa área bem maior de uso comum.

De acordo com a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais/BA(AATR), nos anos oitenta diversos jornais baianos noticiavam os episódios protagonizados pelos posseiros de Riacho Grande na defesa de suas terras da apropriação violenta e ilegal promovida pela Agroindustrial Camaragibe S.A.

A empresa Agroindustrial Camaragibe S.A. integrada no projeto do álcool – Proálcool – adquiriu trinta mil hectares de terra em região próxima a Barragem de Sobradinho, através da compra de títulos de posse passados por familiares do

²⁷Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado na década 1931/1940, visando estabelecer cotas de produção do açúcar e de álcool, tendo como interesse frear o crescimento da produção paulista e garantir mercado para a produção nordestina (Andrade, 1981).

De acordo com Manuel Correia de Andrade (1981), o POLONORDESTE, um dos programas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDII), para atuar nas ações de desenvolvimento e no combate dos problemas do Nordeste, foi planejado em Brasília junto ao Ministério do Planejamento. Este apresentava um certo descompasso com a programação da SUDENE, que teve de absorvê-lo e reagiu com o Projeto Sertanejo, em 1976 (Decreto – lei 78299 de 20 de agosto). Na região do Vale do São Francisco, na década de 1970, o POLONORDESTE destinou grandes investimentos financeiros, nas obras de construção da Barragem de Sobradinho e no Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho PECSR Marco Antônio Coelho (2005).

Prefeito do município de Casa Nova, e ameaça expulsar cerca de 60 posseiros que cultivam na área(JORNAL A TARDE DE 31 DE MARÇO DE 1980).

Outra Manchete:

Cerca de 50 famílias de lavradores vivem no Distrito de Riacho Grande, em Casa Nova, estão sendo ameaçadas de expulsão das terras que cultivam por funcionários da Firma Camaragibe (JORNAL TRIBUNA DA BAHIA DE 10 DE JULHO DE 1980).

Com a repressão pós-64, os sindicatos dos trabalhadores rurais sofreram frequentes intervenções, transformando-se em entidades apenas assistencialistas, tornando-se entidades impotentes no desempenho da defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, na sociedade brasileira ficou um espaço vazio. Os trabalhadores rurais, assim como as demais categorias de operários, ficaram sem canais de comunicação, sem possibilidade de fazer ouvir sua voz.

No início dos anos oitenta, no município de Casa Nova, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais era um instrumento de controle da classe política para com os trabalhadores rurais. Arelado aos políticos, ele simplesmente, se tornava apenas uma entidade assistencialista. Nesse âmbito as entidades representativas dos trabalhadores rurais no Vale do São Francisco denunciam aos trabalhadores de todas as categorias e à nação brasileira, a prepotência e a arbitrariedade dos políticos da cidade, interferindo de forma irresponsável e descabida na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. O auge dessa interferência é marcado pelo episódio que ocorreu em 05 de julho de 1980. Nesta data estava programada uma reunião articulada com dirigentes sindicais de municípios da Bahia e Pernambuco, e também com assessores designados pelas Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) dos estados da Bahia e Pernambuco, cuja finalidade seria tratar de assuntos de interesse da classe dos trabalhadores rurais. Inclusive iriam discutir e compor a chapa para as eleições do Sindicato.

No entanto, por volta das 9:00 horas da manhã, quando os dirigentes e assessores se dirigiam à sede do Sindicato, estava lá, impedindo o acesso dos mesmos, um aparato repressivo montado pelos políticos locais, em que a porta do sindicato foi de imediato tomada pelo destacamento local da polícia militar do Estado. Desse modo, não foi permitida a entrada dos dirigentes sindicais e muito menos dos assessores, embora estivessem devidamente credenciados pelas entidades sindicais. Para os políticos, visto que a violência policial não era suficiente, mandaram para frente do Sindicato uma disfarçada quadrilha de pistoleiros e jagunços, além de outros agitadores, em que a todo instante provocavam os sindicalistas, com palavrões e insultos tentando até atingi-los moralmente. Todo este aparato era chefiado pelo

Sr. Armando Fernandes Braga, rábula da cidade, ligado à classe política. Este Sr. Amando Braga, perseguia de forma insaciável os trabalhadores rurais, sem escrúpulo. Chegando ao cúmulo de atos espúrios e criminosos, como falsificar assinaturas de autoridades do judiciário e de oficiais de cartório (informações do boletim *Caminhar Juntos*, n. 47, agosto de 1980 – Diocese/Juazeiro – BA p. 08).

Repudiavam os atos arbitrários, e toda prepotência policial e política, acontecidos em Casa Nova/BA, contra os trabalhadores rurais. Segue os nomes dos dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores rurais do Vale do São Francisco: Sebastião José Barbosa da Silva – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina – PE; Aprígio Moreira da Silva – STR de Santa Maria da Boa Vista – PE; Vicente da Costa Coelho – STR – Petrolândia – PE; Edeltrudes Martins de Souza – STR – Juazeiro – BA; Manoel José de Jesus – STR – Pilão Arcado – BA; Silvestre Aprígio da Silva – STR – Glória – BA; Eujácio Rodrigues da Medeiros – STR de Remanso – BA; Casa Nova/BA, 05 de julho de 1980.

Então, num contexto marcado pela perseguição aos trabalhadores rurais e às lideranças sindicais atuantes, em várias regiões do Brasil, a Igreja Católica assumiu de forma autêntica, seu papel como defensora dos lavradores a partir do “Encontro dos Bispos e Agentes de pastoral da Amazônia Legal” em Goiânia – GO de 19 a 22 de junho de 1975 (*Caminhar Juntos*, n. 59 – agosto/1981). Para a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, essa postura da Igreja em defesa dos trabalhadores, que denuncia o “capital moderno que se apresenta como proprietário de terra e o próprio Estado como seu mentor e financiador”, é muito desafiadora. As denúncias da Igreja se avolumavam ano a ano, chegavam a CPT a registrar em 1981, mais de vinte milhões de hectares de terra obtidos por meios ilegais e violentos na Amazônia. Dos assassinatos no campo, mais de mil camponeses foram assassinados entre 1970 e 1985, metade deles na Amazônia.

Nesse alinhamento, definido a partir do encontro dos Bispos, em Goiânia – GO, que se materializa com a criação da CPT nacional, reafirmando a postura cristã contra o lucro e as grandes empresas, denunciando o subdesenvolvimento e declarando sua “opção pelos pobres”, a Igreja Católica, na Diocese de Juazeiro, assume seu papel de defensora dos posseiros, na luta em defesa da terra.

Conforme Laurita Costa, as autoridades de Casa Nova, além de serem coniventes com as ações da Empresa Camaragibe, eram omissas e perseguidoras ao trabalho de apoio da Igreja e da CPT, aos trabalhadores. Assim, ela declara:

Quando Dom José Rodrigues, vinha acompanhado dos advogados: Dra. Angélica e Dr. Edu, para nos apoiar. Para passar em Casa Nova, eles tinham que passar da meia-noite para o dia, no silêncio, escondidos. Se eles passassem cedo da noite,

eram perseguidos. Tiveram que se esconder várias vezes na TELEBAHIA, onde hoje é a promotoria. Pois quando as autoridades de Casa Nova percebiam que eles estavam vindo para a comunidade apoiar os posseiros, eles vinham atacar com difamações e ameaças ao bispo e aos trabalhadores (LAURITA COSTA, maio de 2019-Riacho Grande-Casa Nova).

Ainda reafirmando o descaso e a falta de apoio das autoridades casa-novense, a luta dos posseiros, o senhor Antonino Ferreira dos Santos, morador da comunidade diz:

Aqui em Casa Nova, ninguém era por nós, não tinha polícia nenhuma. Ainda veio uma polícia de Juazeiro, numa das investidas que eles nos enfrentaram, lá na área. De Casa Nova não vinha ninguém. Por isso demos partes nessa polícia de Juazeiro. O pessoal de Casa Nova era contra nós pois foram eles que venderam as terras para a empresa né... Foi bem umas sete pessoas de Casa Nova: Rui Castro, Doutor Adolfo Viana, o senhor Coló que é até, um primo meu, e os outros que morava lá, para Salvador (ANTONINO FERREIRA DOS SANTOS-COMUNIDADE DE RIACHO GRANDE/CASA NOVA, MAIO/2019).

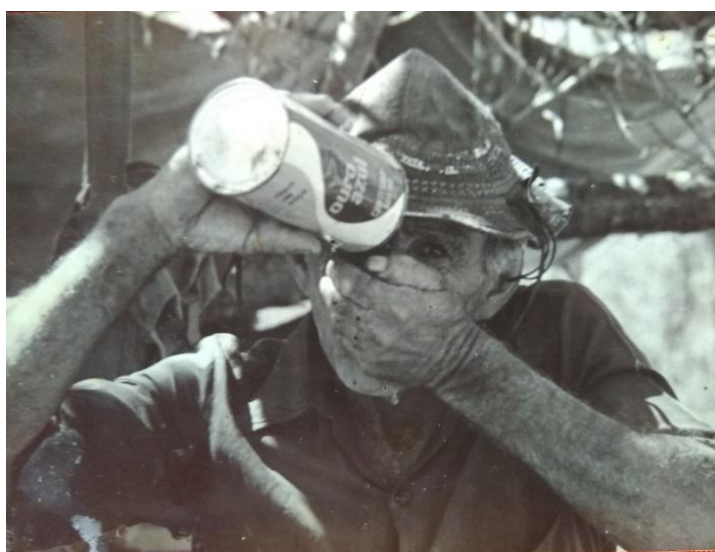
No seu relato, seu Antonino caracteriza a dureza da luta, ocorrendo numa área inóspita, região de terreno arenoso e mata espinhenta como a jurema, a macambira. Ele também ressalta o apoio incansável do bispo Dom José Rodrigues, dos advogados Dr. Edu e Dra. Angélica. E na sua fala reforça: “Dr. Edu e Dra. Angélica, andaram muito aqui. Andaram muito aqui nessa areia! Caminhando entre as macambiras... Andaram muito com nós”. Nesse espaço, os deslocamentos dos posseiros eram constantes, pois as investidas por parte da empresa, se davam em diversos pontos da área. Sempre amparada por um aparato de pistoleiros e armas, e uns funcionários arrogantes que, com certa audácia, se atreviam a querer passar por cima do povo com tratores. Enquanto que os posseiros estavam armados, apenas, de um facão. Mesmo em desvantagem, os posseiros enfrentavam firmes. Assim como ele relata:

Aí, eles(da empresa) foram entrar lá embaixo de novo. Vieram me chamar aqui, umas quatro horas da manhã. Eles estavam abrindo um variante para entrar. Vieram me chamar, eu fui. Chegando lá, eles estavam na frente do pessoal, e começaram a atirar. Atiravam em nossos pés que as coisas caíam em cima da chinela da gente. Tinha um homem com três revólveres, um numa mão, outro na outra e outro na cinta, atirando, fazendo medo. Mas nós não saímos. A gente era um magote. A arma que nós tinha era o facão. Depois eles ficaram lá com o trator, um gritou o outro para passar o trator por cima de nós, e ficaram gritando para passar o trator... Nós tudo armado com facão. No enfrentamento alguém disse: “se passar por cima do povo, o pescoço fica”. Aí, eles se retiraram lá e ficaram. Nisso o cabra desceu do trator e disse: “vocês querem passar por cima dos homens, passem, agora eu não vou passar”, aí outro veio de lá, subiu, “se você não passa, mas eu passo”, subiu no trator, ele funcionou, funcionou... Viu que a gente não saía. Então ele desceu do trator (ANTONINO FERREIRA DOS SANTOS-Maio/2019-Comunidade de Riacho Grande).

As histórias relatadas, pelo senhor Antonino Ferreira dos Santos, descrevendo a luta dos posseiros num ambiente árido da Caatinga, na década de 1980, lembra o que diz a Professora Regina Beatriz Guimarães Neto (2006), “As histórias relatadas são, antes de tudo, vidas ou

acontecimentos lembrados. As recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar que reconstrói [...] trazem a possibilidade de atualização do passado no presente” (NETO, 2006, p.48). Nessa perspectiva, um olhar que reconstrói, as fotos representadas nas imagens 4 e 5, além de produzirem imagens do cenário, lugar onde se deu o desdobramento da luta de Areia Grande, são também, registro de memória e se configuram como arquivo imprescindível de memória, o que possibilita de certa forma, a atualização do passado no presente. Elas propiciam discussões, histórias de luta e violência no campo, envolvendo esses sujeitos históricos.

Fig.5 José Ferreira dos Santos, uma das lideranças da luta.



Fonte: Acervo da família de Dona Rosângela

Em seu artigo *História das mulheres: As vozes do silêncio*, Mary Del Priori (2012), inicia fazendo referência à obra clássica, *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir. Nessa obra, a autora faz uma observação fundamental: as mulheres não tinham história, não podendo conseqüentemente, orgulharem-se de si próprias. Sua afirmação como mulher estaria submetida a um complexo processo, no seio de uma construção histórica, determinando o seu papel social e seu comportamento diante do mundo. Paisagem marcada por espaços onde os homens exerciam seu poder e seus conflitos, empurrando para fora destes limites, os lugares femininos.

Nessa paisagem, marcada pela prevalência do mandonismo masculino, negando a visibilidade da mulher, dona Laurita Costa, destaca o cotidiano das mulheres da comunidade de Areia Grande, antes da luta. E também ela ressalta a necessidade do engajamento das mulheres junto com os homens no conflito:

Antes da luta, sempre via as mulheres, só cozinha, só fogão, só cozinha, só fogão, terreiro... Aquelas coisas que tinha que fazer. Mas com o conflito, a gente se deu conta que para vencer, as mulheres tinham que participar junto com os homens. Tinha bastante homens, mas precisava da ajuda das mulheres. E o que fosse preciso a gente estava ali, na frente, ajudando, dando força para eles (LAURITA COSTA-maio/2019 - COMUNIDADE DE RIACHO GRANDE).

Endossando ainda mais, Maria Eterna, moradora da comunidade, narra com muitos detalhes a bravura das mulheres na luta em defesa da terra, enfatizando a coragem dessas guerreiras. Estas não se limitaram, apenas, a dar apoio aos homens, preparando comida, indo para reuniões, levando recado e cuidando dos filhos.

Fig 4 - Reunião organizando a luta com a advogada Dra Angélica e os posseiros



Fonte: Acervo da Família de Dona Maria Inês Costa

Nas invasões, elas partiam para o enfrentamento, tomando a frente dos tratores, ajudando os homens a fazerem cercas, entupindo os variantes, impedindo o avanço das máquinas. Algumas mulheres eram guerreiras ferrenhas, defendiam a terra até com o próprio corpo. Como exemplo, Maria cita sua sogra, hoje com 93 anos.

Elas brigavam, lá dentro do mato. A minha sogra, as minhas cunhadas, as mulheres dos tios do meu marido e outras. As mulheres eram mais fortes do que os homens. Minha sogra que tem 93 anos. Ela era terrível a velha, para brigar. Na briga da Camaragibe, eram os tratores zoando e ela deitada no chão, na frente do trator, mandando “passa, passa por cima”. As mulheres eram fera mesmo. Elas iam lá para cima da Casa de Rosângela, numa invasão que tinha lá, a pé. Nesse tempo não tinha negócio de lanterna. Era um candeeirinho, que elas passavam à noite, com aquele candeeirinho para essa invasão (MARIA ETERNA, maio/2019-COMUNIDADE DE RIACHO GRANDE).

O cotidiano de enfrentamento nas invasões tinha muitas demandas: trazer o povo organizado, mobilizado, em estado literalmente de vigília, em pontos estratégicos diferentes,

sendo que cada período da invasão, isso levava de quatorze a dezesseis dias. Segundo Maria Inês Costa, algumas mulheres se encarregavam do preparo da comida para todos que estavam na invasão, e até para os guardas que trabalhavam na empresa. Eram elas Zulmira, Valdete e Odezina do Chico. Os mantimentos, pessoas de outras comunidades mandavam trazer, a comunidade local levava, a Diocese trazia arrecadando em suas paróquias e em sindicatos rurais de outros municípios. Para Inês Costa, a força de resistência, o senso de pertencimento à luta, as dificuldades do lugar, do tempo, contribuía para que se perdesse o medo e enquanto uns dormiam ao relento, ou em barracas de pano, outros passavam a noite conversando e contando história, como ela afirma:

Quando tinha uma invasão a gente ia, e aí ficava... Enquanto não resolvia ninguém saía de lá. Quando se acalmava, aí a gente vinha embora, quando dava fé, tinha outra invasão. Aí, a gente tornava enfrentar. Era no frio, assim, parece que a pessoa perdia o medo. Uns faziam umas barracas de pano para deitar embaixo, outros dormiam... no meio do tempo mesmo, outros passavam a noite só conversando e contando histórias (MARIA INÊS COSTA SANTOS-maio/2019, COMUNIDADE DE RIACHO GRANDE).

Corroborando as afirmações de Dona Inês, alguns trechos da nota do Sindicato de Juazeiro, a respeito da luta da Comunidade de Riacho Grande, ratifica a busca de solidariedade:

Os trabalhadores rurais de Riacho Grande, município de Casa Nova, estão resistindo desde domingo, dia 29 de junho/1980, à invasão de suas terras pela Empresa Camaragibe[...] Homens, mulheres e crianças que nasceram naquela terra e dela precisam para sobreviver estão precisando de seu apoio e solidariedade. Estão sem poder trabalhar e ameaçados de serem vencidos pelo cansaço e pela fome. A comunidade solicita esse apoio material para poder continuar defendendo o seu direito de permanecer na terra. Toda contribuição em dinheiro ou gênero alimentícios deve ser encaminhada para:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro/BA, Rua Carmela Dutra, S/N-Juazeiro/BA.
 - Escritório da Diocese de Juazeiro/BA Travessa Viana, n. 08 Centro-Juazeiro/BA
- Juazeiro, 02/07/1980”
(CAMINHAR JUNTOS-BOLETIM INFORMATIVO-n. 47 agosto/1980).

O grande desafio, para assegurar a luta e a resistência dos posseiros, nas diversas formas de enfrentamentos em defesa da terra, era a comunicação. No cotidiano da comunidade, Marina Rocha destaca que em momento de paz e tranquilidade, todas as informações eram repassadas na reunião dominical da comunidade. Mas com a tentativa de grilagem e as invasões constantes pela Empresa Camaragibe S.A, criou-se estratégias para mobilizar os posseiros e a comunicação se dava por meio de recados, bilhetes, através de um portador a pé ou a cavalo, de casa em casa. E, quando havia uma invasão surpresa, a comunidade era mobilizada com fogos, tiro de espingarda. Ressaltando Marina Rocha, aponta

várias formas de solidariedades que o povo do Riacho Grande recebeu na época. Desde a política, de apoiar politicamente a organização do povo local, o apoio jurídico, tanto da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG) à época, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) local e nacional. Também houve outros apoios que ajudavam o pessoal a sair para denunciar a grilagem, o que certamente, para Marina, significa dizer:

Que a comunidade só, não tinha recursos o suficiente para se manter. O pessoal tinha recém-relocado, mesmo deslocado para perto, o pessoal perdeu as casas que moravam, perdeu as roças, então o pessoal continuava no local, mas estava ainda em fase de reorganização do espaço, da vida. Então certamente, não daria conta só eles para fazer todo esse processo de luta que durou vários anos. Todo dia tinha retomada deles insistindo para tomar a terra e expulsar os posseiros. Era muito difícil naquela época as coisas, principalmente que o pessoal como falei, né... Sair da barragem, dificuldade para alimentar aquele tanto de gente para manter articulado, mobilizando enfrentando pistoleiros. Naquela época né... Tinha pistoleiro, tinha tudo. Então precisava-se de uma certa infraestrutura para a manutenção da luta (MARINA DA ROCHA BRAGA-CPT/Juazeiro-BA-novembro/2019).

Tendo um líder comunitário, bem articulado na comunidade, e com outros segmentos fora da comunidade, o senhor Chico do Roque, a cada notícia de uma invasão, numa determinada área, ele juntava o pessoal para fazer o enfrentamento. Conforme dona Inês Costa, logo que olhava vinha aquele absurdo de gente na estrada. Ela falava para o filho Bertinho: “olha, Bertinho, invadiram em algum lugar”. E ainda, Chico chegava dizendo: “Dona Inês, estão querendo invadir em lugar fulano”. “Aí a gente ia pra lá, tomar a frente”.

Na ausência dos maridos, as mulheres iam para a luta. Um dos exemplos foi de Dona Inês. Ela participava com seu filho “Bertinho”. Pois no momento, seu marido se encontrava em São Paulo, acompanhando um tratamento de saúde de sua filha. Reforçando afirma:

Aquí eu era sozinha mais Bertinho. Bertinho era assim, ele enfrentava a luta. Uma vez mesmo, eles vieram de lá para cá, aí fomos, ele pegou uma foice e botou nas costas e saiu. Chegou uma mulher aqui, que era casada com um primo nosso, aí ela reclamou com ele. Aí ele disse: “Não, estou fazendo meu dever, estou lutando pela minha terra. Meu pai não está e eu estou no lugar dele. Eu e minha mãe”. (MARIA INÊS COSTA SILVA, MAIO/2019-RIACHO GRANDE/CASA NOVA).

Até 1988, as mulheres camponesas não usufruíam do seu reconhecimento como trabalhadoras. De acordo com Paludo (2009), com a promulgação da Constituição Federal de 1988, elas ganharam visibilidade e passaram a ser seguradas especiais da Previdência Social com direito à aposentadoria aos 55 anos de idade. Além disso, Giuliani(2004), aponta que foi a partir de 1988 que as mulheres vinculadas ao campo puderam receber títulos de posse de terra. Desse modo, Faria (2009), também assegura que pela portaria número 981/2003, do ano de 2003, há obrigatoriedade de a titulação da terra ser conjunta no caso de cônjuges. Nesse aspecto, essa mudança, em tese, beneficiou as mulheres de Areia Grande, que aos olhos da

antiga legislação e do direito, eram invisíveis como categoria de trabalhadores. Inseridas nesse cenário brasileiro, no qual em relação aos movimentos sociais, as lutas das mulheres da roça até a década de 80, praticamente não apareciam como força capaz de promover mudanças estruturais, no campo dos direitos civis e políticos.

O trabalho de apoio da Igreja, a organização comunitária dos posseiros, articulado com a CPT local e nacional, com outras entidades de classe, outros seguimentos da sociedade civil, contou com um grande aliado, um programa de rádio da Diocese dirigido por Dom José Rodrigues. Esse programa, recebia o nome de “Semeando a Verdade”, foi muito forte no sentido de organização e difusão da luta. Para Marina Rocha, era a forma de anunciar e denunciar o que estava ocorrendo na comunidade, especialmente relativo à grilagem de terra. Já que se tratava de um período onde a circulação de informação era muito restrita.

Outro mecanismo, como instrumento de comunicação, criado por Dom José, foi o Boletim Informativo *Caminhar Juntos*, da Diocese. Esse jornal informativo tinha um alcance além da Diocese, ou seja, através dele os acontecimentos da Diocese eram noticiados e denunciados para organismos tanto nacionais, como internacionais.

Para os posseiros, o ano de 1980 foi crucial para consolidar a luta pela terra. Diante das inúmeras tentativas de invasão e outros mecanismos, utilizados pela Empresa Camaragibe S.A para se apossar da área, a luta tornou-se cada vez mais acirrada.

A Agroindustrial Camaragibe S.A tentando persuadir os ocupantes das terras para que permitissem a sua entrada em virtude dos supostos benefícios com a instalação do projeto de produção da usina - o que contou inclusive com o apoio do prefeito municipal de Casa Nova na época, o Sr. Adolfo Viana - ingressou com uma ação judicial em 1980, uma ação demarcatória com queixa de esbulho, pois alegava que os moradores estavam invadindo terras de sua propriedade, alijando-a de sua posse de maneira violenta.

Nessa ação, a empresa pretendia a demarcação de terras das quais se proclamava proprietária, em detrimento dos moradores do povoado de Riacho Grande. Desse modo, na ótica da justiça, o juiz que figurou no mencionado feito, considerou que os limites de área sujeita à demarcação eram completamente diversos dos limites consignados nos títulos apresentados pela empresa, e que não havia a incidência de qualquer procedimento legal que justificasse tal alteração, ressaltando que a empresa alegava ser proprietária de 30.159,46 hectares. Entretanto, considerou também o reconhecimento por parte da empresa que os moradores de Riacho Grande detinham, já à época, legítima posse da área. A partir do exame das escrituras públicas de compra e venda acostadas aos autos da pretérita ação demarcatória, ponderou o magistrado que:

Considerando que esses títulos imediatamente anteriores já acima referidos, ainda em nome dos vendedores e cedidos por compra-e-venda à suplicante, não dão a cota-parte geodésica dos antigos condôminos-vendedores, mas dão apenas uma fração ideal de domínio calculada em moeda corrente ao tempo de avaliação, necessitando de precisos cálculos para transformar essas frações-ideais-de-domínio-calculadas-em-moeda-correnteem área(ANTÔNIO HELDER-juiz de Direito Comarca de Casa Nova/BA).

Em suma, o magistrado reconheceu a confusa delimitação do imóvel reivindicado pela Agroindustrial Camaragibe S.A., uma vez que os títulos apresentados por ela tendentes a fundamentar o pedido de demarcação e o seu direito de propriedade, em realidade, indicavam a existência de posses sobre frações ideais de terra, o que indicava, inclusive, a existência de outros posseiros, além dos consignados nos mencionados títulos. Nesse sentido, o entendimento do Juiz, pautou pelo indeferimento liminarmente do pleito da Camaragibe e a ação judicial extinta, a requerimento da proponente.

Para Dom José Rodrigues, bispo da Diocese, tendo a empresa Camaragibe recorrido à justiça por três vezes, e ter sua ação indeferida, pelo juiz da Comarca de Casa Nova, Dr. Antônio Helder, reconhecendo assim o direito que os trabalhadores têm na referida área, representou uma importante conquista no auge da luta dos posseiros da comunidade. O que de certa forma, também representou frustrações nas pretensões da empresa. Entretanto a empresa, através de seus advogados, tentara convencer o juiz a dar a liminar de posse da área à Camaragibe, e, ao mesmo tempo, fizeram ameaças de represálias ao bispo de Juazeiro, por ter se colocado ao lado dos posseiros. Em seu discurso na CPI no Congresso Nacional, em 1981, Dom José relatou:

Foi no acesso dessa luta, Srs. Senadores e Deputados, que um advogado da Empresa Camaragibe S.A. do Escritório Orlando Gomes, de Salvador/BA, e o prof. João de Melo Antunes Varela, ex-ministro da justiça de Portugal, no tempo de Salazar, então exilado no Brasil, foram até Casa Nova para convencer o Juiz de Direito a dar a “liminar de posse” à Empresa Camaragibe, quando afirmaram que só estavam esperando terminar a visita do Papa ao Brasil, para começarem as represálias ao “Bispinho de Juazeiro”, pelo fato de se ter colocado ao lado dos posseiros do Riacho Grande(CAMINHAR JUNTOS-BOLETIM INFORMATIVO-n.59-setembro/1981).

Nesse embate, cada discurso determina as relações de poder, que vai permeando o conflito. De um lado a empresa, dona do capital, que usufrui de prestígio político e recebe incentivos do governo para se instalar, e do outro lado os posseiros com sua organização comunitária, o apoio da Igreja Católica, da CPT, das entidades de classe e dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Nesse âmbito, se faz presente o Estado, analisando ambas as partes buscando resolução do conflito. Na concepção de Michel de Foucault o poder nunca está focalizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. Nas suas malhas de circulação os indivíduos tanto estão em posição de exercer esse poder, quanto de sofrer sua ação. Então, nessa concepção afirma:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras;[...]. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 2018, p.284).

Uma vez que os mecanismos usados não deram o resultado desejado, a empresa volta a agir de maneira mais ofensiva. Num sábado, 26/06/80, aproveitando a ocasião em que os trabalhadores estavam na cidade, fazendo a feira, leva para o local um aparato de maquinário e o pessoal instruído para invadir, a qualquer custo, a área dos trabalhadores. Estes, demonstrando gestos de força e união, a partir de 29/06/80, fazem recuar todo o maquinário. E nesse lugar crítico da invasão, os trabalhadores montam toda a organização de resistência, em constante vigília, na defesa legal da terra.

Diante da prepotência da Camaragibe, ao afirmar que, se os trabalhadores saíssem do local, ela entraria na área; eles resolveram que deveriam ir mais uma vez a Salvador para denunciar a situação. Nesse momento, trabalhadores de outras comunidades, sensibilizados com o que estava acontecendo, se deslocaram até o local para prestar apoio e solidariedade à luta que estava sendo enfrentada pelos companheiros de Riacho Grande.

À medida que a opinião pública tomava conhecimento da resistência do povo, também tomava conhecimento do controle arbitrário, perpetrado por políticos locais no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casa Nova, em que estes, de forma violenta impediram a realização de uma reunião em 05/08/80, na sua sede. Além disso, a advogada da Diocese de Juazeiro e o assessor sindical do Movimento Integrado dos Trabalhadores do Vale do São Francisco, não foram permitidos a entrar no sindicato. Mesmo estando eles credenciados pelas entidades sindicais.

Esses fatos ganharam as manchetes dos jornais da Bahia e do resto do país, o que levou o então governador da Bahia, na época, Antônio Carlos Magalhães a enviar para Casa Nova o Diretor executivo do Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), o Sr. José Aécio Rodrigues, para solucionar o conflito.

A presença do Estado, mediando o conflito entre a empresa e os posseiros remete a Michel de Foucault (2018), para quem o poder se define como direito originário que se cede, que se aliena para constituir a soberania e que tem como instrumento privilegiado o contrato, que, em nome do sistema jurídico, criticando o arbítrio real, os excessos, os abusos, e que o poder se exerce como direito, na forma de legalidade. Essa reunião ocorreu em 10/07/80, na Comunidade de Riacho Grande, na presença de advogados da CPT, da Diocese, do assessor jurídico do Movimento Integrado dos Trabalhadores do Vale do São Francisco e na presença

do Bispo Diocesano, Dom José Rodrigues de Souza, cuja presença foi expressamente pedida pelos trabalhadores. Na presença do INTERBA e da comunidade foi assinado um termo de compromisso entre os trabalhadores, a Empresa Camaragibe e o INTERBA. O termo de Compromisso estabelecia as seguintes Cláusulas:

- 1- O INTERBA vai cadastrar as terras e vai titulá-las, sem ônus para os posseiros.
- 2- Durante todo o tempo que gastar para fazer isso, não vai permitir invasão na área.
- 3- Vai titular no prazo de 180 dias.
- 4- Cada trabalhador vai receber até 100 hectares de terra.
- 5- Os posseiros se comprometem a observar os limites que ficarem definidos com a titulação.

O reconhecimento desses direitos, por parte do Estado, foi amplamente noticiado. As reportagens dos jornais de grande circulação no Estado, traziam de forma emblemática essas grandes manchetes:

GOVERNO GARANTE TERRA DE POSSEIROS EM CASA NOVA (*Correio da Bahia*, 12 de julho de 1980). Fonte: *Caminhar Juntos*, Boletim Informativo n. 59, Dezembro de 1980 p. 12.

POSSEIROS SÃO ATENDIDOS E PAZ VOLTA A CASA NOVA. (*A Tarde*, 12 de julho de 1980). Fonte: *Caminhar Juntos*, Boletim informativo, n. 51 p. 12

GOVERNO TITULARÁ TERRA. ACABA DISPUTA EM CASA NOVA. (*Correio da Bahia*, 15 de julho de 1980). Fonte: *Caminhar Juntos*, Boletim Informativo, n. 51 p. 13.

GOVERNO DECIDEEM FAVOR DOS POSSEIROS DE RIACHO GRANDE (*A Tarde*, 08 de outubro de 1980). Fonte: *Caminhar Juntos*, Boletim Informativo n. 51, Dezembro-1980 p. 13.

O Estado da Bahia em 1980, não só reconheceu a existência de posse das comunidades tradicionais, mas comprometeu-se em garantir seus direitos de acesso ao seu território secularmente ocupado. Conforme destaca o trecho da reportagem, “Posseiros são atendidos e paz volta a Casa Nova”.

Atendendo a apelo do bispo D. José Rodrigues, da direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura e da Comissão Pastoral da Terra, o governador Antônio Carlos Magalhães enviou para o município de Casa Nova representação do INCRA, coordenada pelo seu diretor executivo José Aécio Rodrigues para resolver definitivamente a questão entre os trabalhadores e a empresa que desenvolve na área o projeto do Álcool-Proálcool-Camaragibe Agroindustrial.[...] Ao final dos debates, o INTERBA, comprometeu-se com os posseiros, assegurando-lhes que não permitirá a invasão das suas terras, estabelecendo um prazo de 180 dias para titular a todas elas em nome deles. O INTERBA assumiu oficialmente o compromisso, tendo sido lavrado um termo assinado pelo diretor executivo, o representante dos posseiros, Francisco da Rocha e o advogado da Comissão Pastoral da Terra. Figuraram como

testemunhas do termo de compromisso o bispo Dom José Rodrigues e o presidente do Movimento Sindical do São Francisco, Edeltrudes Martins (*A TARDE*, 12 de julho de 1980).

Embora não tenham sido de fato, implementadas as promessas de garantia de direitos realizadas pelo Governo do Estado na época, é incontestável que houve na década de 1980, um reconhecimento por parte do Poder Público Estatal da posse das comunidades de Fundos de Pastos e dos direitos advindos.

De acordo com Zacarias Rocha, era um período ditatorial muito difícil. Mas houve a forte resistência do pessoal. Com base nos argumentos de que nos registros cartoriais em nome da Agroindustrial Camaragibe S.A, no Cartório de Imóveis de Casa Nova, referentes às matrículas de n. 3028,3085,3086,3087, o que constam no cartório de Títulos e Documentos, apenas registros de suposta existência de direito de posse sobre pequenas frações de terra. Havia referência nesses documentos à utilização em comum pelos posseiros das comunidades de Riacho Grande, Salina de Brinca, Jurema e Melancia, alargados pela citada empresa mediante ilícitas retificações ocorridas com apoio do Cartório de Imóveis - e rechaçadas por decisão judicial constante na Ação Demarcatória de n.215/1980. Nesse sentido, o juiz na época, foi favorável aos trabalhadores e julgou improcedente a ação dos grileiros e a questão da venda da terra.

Corroborando, o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) mediu e titulou parte das terras da Comunidade de Riacho Grande, reconhecendo que eram terras que foram griladas. Zacarias Rocha ressalta que apesar do diretor executivo do INTERBA, José Aécio Rodrigues, ter assegurado ao bispo e documentar no Termo de Compromisso a titulação da área pertencente aos trabalhadores no prazo de 180 dias, não houve esse cumprimento. Esse acordo foi nos anos oitenta, estamos em dois mil e dezenove, ainda tem pessoas que não tem título de propriedade. Nesse impasse de espera, o órgão sucessor do INTERBA, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) não concluiu os trabalhos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), também foi acionado diversas vezes, sem resposta.

Ignorando a vitória da comunidade, embora de forma relativa, a empresa Camaragibe S.A, instalou equipamentos na área, o que não intimidou e não impediu os posseiros de soltar seus animais e produzir ocupando-a. Nesse contexto a empresa continuou desrespeitando parte do acordo assegurado com o INTERBA, (especialmente a cláusula n. 02), firmada no Termo de Compromisso, quando tentara mais uma invasão, conforme nota da CPT, ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura da Bahia-Dr. Renan Baleeiro e ao delegado regional-Agência Juazeiro/BA. O que consta também no texto depoimento de um agricultor da comunidade, Joaquim Ferreira Rocha.

Trabalhador Conta o Fato Novo

Eu, Joaquim Ferreira da Rocha estou aqui para falar em meu nome e de todos os meus companheiros, trabalhadores rurais de Riacho Grande a respeito da invasão da empresa CAMARAGIBE em nossa área.

No dia 10 e 11 de julho passado, o INTERBA esteve lá em nossa área e se comprometeu de cadastrar e titular as terras dos posseiros. E se comprometeu também que durante a titulação a empresa não iria entrar na área. Mas depois que o INTERBA está por lá houve várias tentativas da própria empresa para invadir nossa área no correr do dia, aproveitou o silêncio da noite e invadiu nossa área, já tendo avançado uma base de mil metros. E nós estamos resistindo na frente da empresa, onde lá está nos ameaçando com armas, com pessoas armadas, disparando tiros de revólver, de metralhadoras e de tantas armas que eu nem sei dizer. E durante essas tentativas que ela fez para penetrar na área, todos nós enfrentamos, resistindo na frente, procurando fazer cerca. Já conseguimos fazer mais de 2 mil metros de cerca e ela não conseguiu entrar nessa parte que nós fizemos essa quantidade de cerca. Ela rodeou por outro lado, conseguindo assim, penetrar na área e isso foi no dia 26 para o dia 27 deste. O que aconteceu foi que andavam dois companheiros nossos caçando a noite e lá saíram em cima dos tratores trabalhando lá. Então esses companheiros vieram imediatamente em nossas casas e nos comunicaram e dirigimos para lá e quando chegamos lá, encontramos 6 homens e nós mandamos que eles retirassem o trator, retirassem o arame que estava passando e ele disse que ia retirar. Mas, no mesmo instante, tomou outra iniciativa e então gritou um de nossos companheiros que ia trabalhar e que agora era a hora. Então nós resistimos na frente do trator e aí eles atiraram nossos pés, deram vários tiros e no final pararam. Mandaram chamar o chefe deles e depois mandaram que o trator trabalhasse mas o motorista disse que não ia passar em cima de nós e aí desceu do trator. E aí outro subiu, movimentou o trator, mas também não conseguiu passar por cima de nós. Pararam o trator mas ficaram trabalhando em outra parte, estacando, pregando arame e assim continuam lá.

A comunidade está na frente, enfrentamos o frio, sol, poeira e esperando uma providência URGENTE.

Onde está as promessas do INTERBA? Quede o papel que foi assinado e que fala que, durante o tempo da titulação vigiaria a área, que ninguém ia entrar. Então nós é que estamos vigiando?

Como vai ficar nossa situação? Cadê nosso direito de permanecer na terra? Nós exigimos das Autoridades competentes e do próprio INTERBA uma solução para que nossa área seja limpada e que vá pessoa para retirar esse povo de nossa área, porque nós não podemos nem dialogar com esse pessoal, que quando a gente vai procurar dialogar com eles, nos ameaça com armas.

Então nós queremos que nossa variante seja respeitada; eles tirem o arame, as estacas, as máquinas deles e joguem fora de nossa variante, deixando nossa área livre. Isso é o que nós estamos exigindo das Autoridades e do INTERBA pois eles se comprometeram.

Agricultor: Joaquim Ferreira da Rocha

Juazeiro, 28/09/80.

Fonte: *Caminhar Juntos*-Boletim informativo n.59,setembro de 1981.

No relato do agricultor Joaquim Ferreira da Rocha, percebe-se a presença do Estado, através do INTERBA junto à comunidade, na tentativa de conciliar o conflito. Em reunião

com os posseiros, O INTERBA celebrou um termo de compromisso assegurando algumas cláusulas previstas, entre as quais, dar prioridade à tramitação dos processos de regularização fundiária das áreas dos posseiros, de modo a permitir a entrega de títulos de domínio, no mais curto prazo, 180 dias. Desse modo, o desfecho desse diálogo com o Estado, favoreceu aos posseiros, dando certo otimismo à luta. Sobre o desfecho do acordo, Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro, declarou: “acredito que não mais ocorrerão disputas na localidade. E que os posseiros só desejam conservar o que é seu, para de lá tirar o sustento para suas famílias” (JORNAL A TARDE, 12 de julho/1980).

Embora todo esse diálogo dos posseiros com o Estado, assinatura do termo de compromisso, o que na prática ocorrera foi o desrespeito e a prepotência da Empresa Camaragibe, continuando as invasões de forma violenta. O que de certa forma, levou o agricultor a questionar o Estado como instituição de poder, e a garantia do termo de compromisso que foi documentado pelo INTERBA.

Neste âmbito e de forma indignada, a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Juazeiro/BA), também corroborou com o relato do agricultor, denunciando às autoridades a situação dos posseiros e o desrespeito ao acordo por parte da Empresa Camaragibe. Conforme denúncia ao Sr. Secretário de Agricultura/BA Dr. Renan Baleeiro e ao Delegado Regional – Agência Juazeiro/BA.

Exmo. Sr. Secretário da Agricultura – BA.
Dr. Renan Baleeiro

Ao Delegado Regional – Agência Juazeiro – BA.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Diocese de Juazeiro Bahia, estando presente em todo desenrolar da questão que envolve os posseiros do Riacho Grande, Município de Casa Nova-BA e a Empresa Camaragibe, inclusive testemunhando, na pessoa do Bispo Diocesano, D. José Rodrigues de Souza, o Acordo assinado entre esses Trabalhadores e o INTERBA, no dia 10 de julho de 1980, não poderia calar no momento em que uma das cláusulas do referido Acordo está sendo desrespeitada (Cláusula n. 2), em detrimento daquelas famílias, vez que dessa forma prejudica o andamento normal do processo de demarcação e titulação da área e trouxe novamente desassossego e pânico aqueles moradores.

A partir de setembro de 1979, os Trabalhadores tomaram conhecimento da intenção da empresa de penetrar em suas áreas. Desde aí os trabalhadores tomaram medidas para proteção e defesa de suas terras, impedindo efetivamente a invasão da área.

Em final de junho de 1980 os Trabalhadores foram obrigados a permanecer 14 dias ao relento, em baixo de pés de árvore, com toda a sorte de sofrimentos, entre os quais a fome, o frio, o calor, para resistir uma investida mais audaciosa da empresa. Nessa ocasião, o INTERBA, em nome do governador do Estado da Bahia e do Secretário de Agricultura, tomando conhecimento do que estava passando com os trabalhadores de Riacho Grande, através da imprensa e também da ida de alguns trabalhadores até Salvador, se deslocou até o local do conflito, estabelecendo um Termo de Compromisso, na tentativa de encaminhar a solução do problema. Nesse Termo de Compromisso, assinado no dia 10 de julho de 1980 e divulgado em todos os jornais, além de firmar o compromisso da entrega dos títulos no prazo de 180

dias, constava também na cláusula n. 2 que o INTERBA se comprometia a não permitir a entrada da empresa na área já reservada para os posseiros.

Na madrugada do dia 26 de setembro para 27, exatamente no fim de semana, os Trabalhadores foram surpreendidos por barulho de máquina e lá chegando perceberam que a Empresa Camaragibe tinha invadido novamente sua área e agora de forma brutal e violenta.

Estavam lá 4 tratores, 15 peões fazendo cerca e 8 homens fortemente armados, para dar cobertura ao serviço que a empresa estava executando.

Tentaram impedir o avanço da empresamas foram ameaçados com tiros em sua direção, constituindo-se um verdadeiro atentado à suas vidas.(Cfr. Depoimentos do Trabalhador).

Percebendo que precisam defender suas terras, os trabalhadores permanecem de vigília há cinco dias, de peito aberto, indefesos, no mesmo lugar, distante a apenas 20 metros dos “guardas”(jagunços), num total de desequilíbrio de forças, arriscando suas vidas. (*Caminhar Juntos* – Boletim Informativo – n. 51- Dezembro de 1980).

Depois dessas denúncias, o diretor executivo do INTERBA deu prazo de 72 horas para que a Empresa Camaragibe desmanchasse a cerca construída, devolvendo as terras invadidas aos seus legítimos donos, os posseiros do Riacho Grande, no município de Casa Nova. Corroborando, o trecho da reportagem “Governo decide em favor dos posseiros de Riacho Grande”, do jornal *À Tarde* de 8 de outubro de 1980, ratifica:

Sr. José Aécio ao dar a intimação à empresa infratora, levou em consideração a inspeção por ele mesmo efetuada na região, quando, em companhia de seus agentes de Juazeiro e Casa Nova, verificou a situação da demarcatória procedida pelo INTERBA e violada pela Camaragibe que, utilizando da força, invadiu boa parte da área destinada aos posseiros. Acordo anteriormente feito envolvendo o INTERBA, a empresa e os posseiros foi, com a atitude dos empregados da Camaragibe violado. O diretor executivo do INTERBA na oportunidade, disse que foi ao local do conflito com ordens expressas do governador Antônio Carlos Magalhães e do secretário da Agricultura, para dar solução ao impasse e garantir as terras aos posseiros.[...] A posição do INTERBA foi elogiada pelos líderes sindicais do São Francisco que já se mostravam preocupados com o desfecho da situação.(JORNAL À TARDE, 8 de outubro de 1980).

O desfecho de tais fatos consistiu na demarcação parcial das terras reivindicada pelo extinto INTERBA em favor dos ocupantes de fato. A Camaragibe permaneceu como titular do suposto direito cartorial, todavia, sem posse direta, pois o órgão não concluiu os trabalhos de regularização fundiária, o que permitiu a retomada gradativa de tais terras para o fundo de pasto dos moradores de Riacho Grande, Salina da Brinca, Jurema, Melancia e outras. Isso ocorreu logo que a empresa se envolveu no “escândalo da mandioca”, deixando o local e uma dívida milionária junto ao Banco do Brasil. Consequência que perdura até o momento presente.

O escândalo da mandioca consistiu na tomada de empréstimo de recursos financeiros junto ao Banco do Brasil de Floresta, cidade de Pernambuco na década de 1980, com base em documentos falsos (supostos títulos de propriedade e até documento de pessoas inexistentes) com a finalidade de cultivar mandioca.

CAPÍTULO III – RESSIGNIFICANDO A LUTA: AS COMUNIDADES DEFINEM SEU TERRITÓRIO

Expondo sua reflexão sobre território, Marina Rocha, Coordenadora da CPT/Juazeiro, aponta a experiência concreta de luta, da Comunidade de Riacho Grande na década de 1980, enfrentando a grilagem de terra perpetrada pela Empresa Agroindustrial Camaragibe. Com base nessa experiência, ela tem a percepção de que o território é um elemento definido pelo povo, pela sua luta e resistência. O se encontrar é que faz a definição. Desse modo, reforçando essa reflexão, Rogério Haesbaert aponta como discussão central sobre o território e, conseqüentemente, sobre desterritorialização seu caráter “absoluto”, como um a priori ou como coisa (substrato concreto), ou “relacional”, como fruto de relações sociais ou, de modo mais específico, de relações de poder. Enfatizando o sentido relacional do território destacamos Souza (1995, p. 97) em sua crítica a Raffestin:

Ao que parece Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de força, as relações de poder especialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (Sem sombra de dúvida pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas especiais da defesa do território, e não do conceito de território em si) (SOUZA, 1995, p. 97 apud HAESBEART, 2007 p. 55).

Neste sentido, a primeira experiência de resistência que a comunidade experimentou, no enfrentamento a primeira ameaça de expulsão de suas terras, com a Construção da Barragem de Sobradinho na década de 1970; a experiência da organização comunitária das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir de 1972; o processo de desterritorialização do espaço, em consequência da construção da barragem; a transformação da espacialidade, ou seja, emergindo um novo território. Que emerge, não apenas substrato, o espaço social em si. Mas um campo de forças, de relações de poder. A luta contra a grilagem de terra, deu esse discernimento. Favoreceu o encontro do território que se chamava Riacho Grande, com outras comunidades que anteriormente, viviam de forma isoladas, ou seja, cada povo em seu sítio.

No entanto, dessa articulação e outras necessidades, as comunidades foram percebendo no decorrer do tempo, que o espaço estava pequeno, o povo chegando, os filhos se casando e formando família, a juventude também precisava do seu modo de vida. Então, com essa percepção o pessoal ampliou a demarcação do seu território de forma mais ampla. Nesse contexto, a Comunidade de Riacho Grande, se configura como exemplo modelo, de luta e resistência em defesa da terra na região. Logo, outras comunidades que também viviam

daquele local, daquela realidade concreta, se juntam a comunidade modelo e dessa união configura-se o Território de Areia Grande. São quatro comunidades, Riacho Grande, Salina da Brinca, Melancia e Jurema, que estão na luta, tão necessária para continuar resistindo aos novos conflitos que não pararam e em defesa dos territórios, que tem como grande desafio a luta com o Estado, na regularização fundiária dos territórios, especialmente das comunidades de Fundo de Pasto. Corroborando, Zacarias Rocha ressalta:

A gente está na defesa do território. A gente não briga por terra, não luta pela terra. A gente tem a terra como espaço de vida, como planeta, mas a gente tem o território. A gente defende e vive no território. Então todo esse território a gente sabe que faz a diferença entre terra e território, porque o território é onde tem toda a sobrevida ali. Tem nossa cultura, nossas ancestralidades, as nossas relações. Não só a terra, como espaço de vida, de plantio... Mas o território com essa abrangência maior, que agrega nossa vida desde a nossa ancestralidade. (ZACARIAS ROCHA, 2019, TERRITÓRIO DE AREIA GRANDE).

Nessa concepção, a luta do Território de Areia Grande, tem um diálogo constante na relação passado e presente dentro de uma perspectiva inovada. Segundo Zacarias Rocha, as empresas do agronegócio, as empresas de mineração, de energia eólicas e agora de energia solar, são grandes empreendimentos que estão chegando no município a todo vapor. A Bahia é o estado que mais financia essas empresas. Assegurando ele diz:

A gente não está livre desses empreendimentos porque eles vão chegar e aí, as comunidades vão resistir a isso, né? E a gente nesses territórios não é contra o desenvolvimento. A gente é contra a forma como ele é feito. Dizem que a energia eólica, é energia limpa, mas os métodos são sujos. Então grila terra, expulsa famílias dos seus territórios(ZACARIAS ROCHA, 2019, TERRITÓRIO DE AREIA GRANDE).

Além das ameaças constantes do avanço do capital, nas circunstâncias citadas, as comunidades convivem com a insegurança na questão fundiária. Conforme Claudio Dourado de Oliveira(2017), o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso(CCDRU²⁸), assegurado na Constituição Baiana, promulgada em 1989, reconhecendo o modo de vida do Fundo de Pasto ou Fecho de Pasto, não assegura a autonomia das comunidades, nem a segurança jurídica. Um ponto polêmico perpassa pela incompatibilidade do Artigo 188 da Constituição Federal de 1988, com os Artigos 178 e 187 da Constituição Estadual da Bahia, a qual prescreve, nos termos da Lei que o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o

²⁸CCDRU Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com base na Constituição Baiana de 1989, Artigos 178 e 187, concede o Direito Real da Concessão de Uso, gravado de Cláusula de inalienabilidade, à associação integrada por todos os seus reais ocupantes, nas áreas denominadas Fundo de Pasto.

Essas informações constam no laudo/relatório da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais(AATR/BA) Entidade que apoia a luta camponesa das comunidades de Fundo de Pasto do território de Areia Grande/Casa Nova. Essa entidade é filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos desde 1992, Considerada de Utilidade Pública Estadual pela Lei 7.290/98, email: aatrba@terra.com.br

Direito Real de Concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de Propriedade do Estado(CE BAHIA, 1989. Art. 178, Parágrafo único).

3.1 A LUTA DA COMUNIDADE COM O ESTADO PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

De acordo com José de Souza Martins(1997), num modo do fazer de conta, tentar governar o Brasil, um país moderno, sem resolver a questão agrária, provavelmente é possível. Mas a um custo social e, no fim das contas, também político de consequências históricas amplas. Acerca dessa questão, Zacarias Ferreira da Rocha, destaca a luta das comunidades do território de Areia Grande, num processo de organização para continuar existindo e fazendo a defesa do seu território. Uma luta que vai além do espaço local, envolve a questão do Estado na regularização fundiária dos territórios de uso comum. Para ele, esses territórios de uso comum, também chamado de fundo de pasto, por não serem áreas regularizadas pelo Estado, se tornam esses territórios na grande cobiça das empresas de mineração, do agronegócio, de energia eólica e outros.

Ressaltando, Zacarias aponta a questão dos minifúndios, que muitas vezes são áreas documentadas. Nessa política de regularização fundiária, o Estado dá um título de cinco hectares, de dois hectares, três. O que não é suficiente para a sobrevivência das famílias. Segundo Zacarias Rocha, uma família para sobreviver no semiárido, teria que ter no mínimo cento e trinta hectares de terras. Desse modo, no que tange aos minifúndios, a política fundiária adotada pelo Estado é incoerente com a realidade regional. Para Leonilde Servolo de Medeiros(2019), o minifúndio atendendo a um padrão de racionalidade da exploração agrícola considerado como o ideal a ser atingido, contido na empresa rural, define-se como a unidade produtiva, inclusive familiar, integrada a mercados e caracterizada pela racionalidade na exploração e aproveitamento do solo de modo compatível com os padrões regionais.

No Brasil, a questão agrária nasce no processo de extinção da escravidão negra no século XIX. Até às vésperas da Independência, o regime de propriedade era o da livre ocupação das terras devolutas, precedido de seu reconhecimento formal através do título de sesmária. Era um regime em que o soberano, portanto, o Estado, mantinha o domínio, a propriedade eminente da terra, cedendo apenas o seu uso. O direito de propriedade recaía

apenas sobre as benfeitorias. Os títulos só podiam ser obtidos por pessoas que fossem brancas e livres. Os chamados “Homens bons”, isto é, aqueles que tinham direitos políticos e podiam fazer parte das câmaras municipais(MARTINS, 1997).

Sobre o regime de propriedade, José de Souza Martins, continua reforçando que não só os escravos e mestiços estavam excluídos. Os homens brancos livres e pobres, que não estivessem nessa condição de se tornar proprietário de terra, não tinha outra alternativa senão trabalhar para os que tinham legitimamente acesso aos direitos sobre a terra.

Em 1850, com a promulgação da Lei de Terras(Lei n. 601, de 1850), o atual direito de propriedade das terras devolutas, o acesso e ocupação, não poderiam ser por outro meio que não fosse o da compra. Nesse sentido, o Estado abria mão de seus direitos como proprietário eminente das terras de particulares, ou seja, do domínio, em favor do particular. O Estado agrário e aristocrata, promovedor de concessões e privilégios a uma elite aristocrática e endinheirada. Essas circunstancias dificultaram o acesso à terra da população pobre. Pois há de convir, que os escravos que fossem libertados da escravidão e os imigrantes que fossem trazidos para o país para substituí-los, teriam que trabalhar durante algum tempo, antes que conseguissem juntar dinheiro, nas terras dos grandes proprietários, ao invés de tentarem estabelecer-se por conta própria em terras disponíveis para a livre ocupação.

Com base na Lei de Terras de 1850, tem-se a percepção de que o acesso democratizado a terra tornou-se cada vez mais restrito. Principalmente para os mais pobres. Um acesso negligenciado, quando o Estado não tem interesse em assegurar a regularização fundiária, das áreas ocupadas por famílias camponesas há mais de um século, a exemplo das Comunidades Tradicionais de Fundos ou Fechos de Pasto.

Ratificando essa percepção, o senhor Zacarias Rocha, lembra que a ocupação da região de Areia Grande, se deu a partir de 1860, dez anos após a promulgação da Lei de Terras no Brasil, com a chegada do seu Trisavô, Manoel Pereira da Silva, conhecido como Manoel Pracação. Segundo Zacarias, o governo da Bahia em 11 de outubro de 2013 promulgou a Lei 12.910 que trata da regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas,

Na Bahia, a Lei 12.910/2013 estabelece novas regras para se declarar a existência das Comunidades Fundos de Pasto, enquanto comunidades tradicionais, cujo conteúdo foi contestado oficialmente pela Articulação Estadual das Comunidades de Fundos de Pasto sobre a concessão e uso. Além disso, a Lei estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2018 para que as comunidades sejam certificadas (MISEREOR, Estudo 2258- Z1040-1243). Para Zacarias, mesmo amparadas no então documento que se tem hoje, dando a Concessão do

Direito Real de Uso, na região de Juazeiro, por exemplo, as comunidades não aceitam só esse tipo de documento. Nesse aspecto, por demonstrar um documento inseguro, ele reforça suas críticas:

Porque também é um documento que não tem segurança. Então é um contrato, é um contrato gravado de várias cláusulas e uma das cláusulas diz que a hora que o Estado quiser, que o governo quiser reincide o contrato de forma unilateral. Então na hora que ele tiver o interesse público, o governo lá mesmo reincide o contrato, manda a empresa para cá. A comunidade que se vire. Aí diz que vale noventa e nove anos (Vigência do documento), mas pela Lei são nove dias e nenhum dia. Então as comunidades continuam inseguras com esse tipo de documento. Mas aí é... a luta hoje é também nesse sentido (ZACARIAS ROCHA-COMUNIDADE AREIA GRANDE/MAIO, 2019).

Ocupadas tradicionalmente por comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos e Fechos de Pasto, conforme a Lei 12910/13, em seu Artigo 1, e no Artigo 178 da Constituição Baiana de 1989, fica reconhecido o título definitivo de propriedade das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas pela Comunidades Remanescentes de Quilombolas e comunidades indígenas. Mas no que tange as Comunidades de Fundos ou Fechos de Pasto, dessa mesma lei, a Lei 12910/13, no Artigo 2, fica autorizada a Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, pelas comunidades de Fechos de Pastos, com vistas à manutenção de sua reprodução física, social e cultural. Nesse sentido, Zacarias explica:

O Estado concede o uso da terra, mas a terra continua do Estado. E aí a gente diz, a gente vive aqui desde 1860, será que é necessário o Estado conceder o uso dessa terra para nós? A gente já tem isso de forma espontânea, não precisa mais que o Estado conceda. A gente quer algo para além disso. Então, isso a gente já tem. O Estado não tira isso. Então todo mundo que está em seus territórios, duzentos, trezentos anos, não que a gente tenha essa idade, mas nossos antepassados chegaram aqui, aí, as famílias estão aqui até hoje. (ZACARIAS FERREIRA ROCHA, MAIO/2019).

Conforme Claudio Dourado de Oliveira (2017), o Contrato de Direito Real da Concessão de Uso não assegura a autonomia das Comunidades, nem a segurança jurídica e ainda depara com a burocracia de órgãos públicos. O que de certa forma, apenas autoriza o uso por terceiros do bem imóvel que são as terras públicas estaduais, insuscetíveis de serem usucapiadas em razão do parágrafo único do Artigo 183 da Constituição Federal de 1988.

Analisando a luta num processo contínuo, Zacarias Rocha destaca as mudanças com o tempo, e com as questões pelas quais se lutam. Nesse aspecto, se referindo à grilagem, ela também passou por mudanças, por inovações. Nos anos oitenta, a grilagem veio de uma forma. Apareceu a Empresa Camaragibe S.A, sozinha com seus jagunços para tomar a terra, dizendo-se proprietária da área que tinha comprado. Em dois mil e oito, numa nova investida

já veio de forma diferente. O juiz já deu a sentença para despejar as famílias que ocupavam o território. Veio a ordem da justiça para desocupar a área. Salientando, esse mesmo Juiz de Casa Nova, conferiu aos empresários Carlos Nizan e Alberto Martins Pires Matos, a “propriedade” das terras da Camaragibe, por eles “adquiridas” numa sucessão de negócios obscuros.

Reforçando, Marina Rocha ressalta essas mudanças, afirmando que em 1980, o juiz julgou improcedente a ação dos grileiros e da venda da terra. Já nessa nova investida em Areia Grande, em 2008, o juiz sentenciou em favor do grileiro, dos empresários. Nesse sentido, a luta não é um processo estático, ela também vai se inovando, se ambientando às novas experiências para se explicitar melhor no cotidiano da Comunidade.

Para Zacarias Rocha, desde a década de 1970, que o território de Areia Grande enfrenta o avanço do capital na região, que começou com a construção do Lago de Sobradinho, depois os perímetros públicos de irrigação agrícolas, as empresas agroindustriais fomentando as grilagens de terra, e agora as empresas do agronegócio, empresas de mineração, empresas eólicas e empresas de energia solar. A Bahia é o estado que mais financia essas empresas. O governo da Bahia investiu milhões em pesquisas minerais. Na região do Vale do São Francisco, Casa Nova é campeã em grilagem, conhecida mundialmente, como o município onde há mais grilagens de terras. Nesse embate, permeado por conflitos de interesses, que se evidenciam no avanço do capital financiado pelo Estado, as comunidades têm a percepção de que a defesa do território passa pelo conflito. Desse modo, as comunidades no território de Areia Grande, vivem esse dilema de lutar e se organizar para fazer a defesa do território e continuar existindo.

De acordo com o relatório de Sistematização das Comunidades de Fundo de Pasto de Areia Grande/2011, refletir a prática de uma política de assentamentos em áreas de fronteira agrícola, para aliviar tensões sociais tem sido a regra geral das políticas fundiárias de sucessivos governos, que sejam ditatoriais ou que sejam democráticos. O embate entre o agronegócio de exportação incentivado pelo Estado e a agricultura familiar e camponesa, produtora de 70% dos alimentos consumidos no país, tem crescido.

Neste contexto, a fruticultura em perímetros públicos, mais recentemente incentiva-se a expansão dos agrocombustíveis e os parques eólicos, em nome da energia renovável e “limpa”, e a mineração, grandes demandas do mercado global. Nesse âmbito, o governo do Estado da Bahia, aliado ao Governo Federal em algum momento sob a aura da esquerda, além de capitanear esta reciclagem do capital, promove o engessamento dos procedimentos de regularização das áreas das comunidades tradicionais de sua alçada, como é o caso dos

Fundos e Fechos de Pasto, na intenção de garantir territórios para os diversos projetos empresariais, à revelia do que manda a Constituição Estadual de 1989.

O Fundo de Pasto é um modo tradicional de viver na Caatinga, cujo clima é semiárido, baseado no uso comum dos recursos naturais de um território remanescente de terras públicas, especialmente utilizadas para o pastoreio de caprinos e ovinos, por famílias de uma mesma comunidade ou de comunidades próximas. Conforme estudo da pesquisadora na área de Fundo de Pasto, Cirlene Jeane Santos(2010), é uma prática difundida no “Sertão” da Bahia, particularmente ao Norte e Nordeste do estado, nos municípios de Canudos, Casa Nova, Andorinhas, Pilão Arcado, Monte Santo, Juazeiro e outros – na área central, nos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. Além do pastoreio, essas comunidades de forma complementar, praticam a agricultura de subsistência, que é feita em roças cercadas(daí a expressão, “fundos”). Para Oliveira(2017), a partir da promulgação da Constituição Estadual de 1989(CE/1989), foi instituído os Fundos e Fechos de Pastos como maneira legítima de posse de terra. Mas regulamentada apenas em 2013, pela Lei 12910, de maneira confusa, não garantindo nenhuma segurança para os camponeses, enquanto a legitimação de posses de má fé, ou seja, a titulação de terras devolutas griladas por fazendeiros vem acontecendo.

Ainda afirmando, Cirlene Jeane Santos(2010), diz que não há instrumento legal que viabilize a titulação direta das terras destinadas ao uso comum pelos grupos, ou seja, na Constituição Baiana de 1989, está reconhecida apenas a sua existência, mas sem nenhum mecanismo de regulação que permita a titulação das áreas de uso comum. Além disso, esse processo esbarra em outros códigos, como a Lei de Terras do Estado da Bahia, a qual segue outros trâmites. Para Paulo Cunha, técnico que trabalhou no desenvolvimento das possibilidades jurídicas de regularização – A questão que se coloca é um desafio para os movimentos sociais trazer à tona a questão da Lei de Terras do Estado da Bahia, e a questão da regulamentação dos dispositivos da Constituição do Estado, tanto no que diz respeito à questão agrícola, como no que diz respeito à questão agrária, quando nenhum dispositivo da constituição do Estado está regulamentado.

Para Germani(2010), toda questão territorial expressa relações de poder de uma sociedade, o que é muito perceptível numa sociedade estruturada em classes sociais como é a nossa. Assim, as relações de poder significam enfrentamentos, em que contrapõem os que detêm grandes extensões de terras com os grupos sociais que lutam para “entrar” na terra ou para nela permanecer.

Segundo Germani(2010), dimensionar o montante de terras devolutas nos municípios é um trabalho árduo, mas a atuação dos movimentos sociais sempre acaba descobrindo e “tropeçando” em terras devolutas. Muitas áreas ocupadas por trabalhadores rurais sem terra, como estratégia para forçar a vistoria e a desapropriação pelo INCRA, acabam por descobrir muitas terras devolutas ocupadas por pretensos proprietários. Outro dado que se tem observado é que muitas Comunidades Negras Rurais, Quilombolas e Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto estão assentadas em terras devolutas. Isto facilitaria uma ação do Estado, caso tivesse interesse em proceder a regularização destas áreas, conforme determinação da Constituição de 1988, reconhecendo como territórios dessas comunidades.

Nesse sentido, diante dessa insegurança jurídica, as comunidades não estão livres da chegada dos grandes empreendimentos, e que também as deixam vulneráveis e suscetíveis aos conflitos pela posse de terra. Lembrando, Zacarias aponta a resistência das Comunidades como instrumento organizacional no enfrentamento do avanço do capital, fazendo valer seus direitos. Em virtude de que, muitas vezes, essa resistência é vista como um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso, por um empreendedorismo que dar maior visibilidade ao capitalismo e seu modo de produção, com a conivência do Estado e a inoperância de suas leis.

Assegurando em relatos, Zacarias Rocha diz que as comunidades não se opõem ao desenvolvimento, não se posicionam contra o progresso. Apenas resistem à forma desse desenvolvimento que contribui mais para aumentar as diferenças socioeconômicas entre os grupos sociais. Sendo assim, inseridas nessa configuração de espacialidade, elas querem se beneficiar das políticas públicas e também desse desenvolvimento, como ele afirma:

Eles dizem que as comunidades são contra o desenvolvimento, são contra o progresso. Não, a gente é contra a forma como é feito esse desenvolvimento, esse progresso. A gente precisa de energia, a gente usa celular, usa caneta para escrever. E a gente sabe que tudo isso é feito com minério. Então, a gente é contra os métodos de implantação desse progresso, que são sujos. (ZACARIAS ROCHA, 2019).

Garantindo um modo de viver no semiárido, os Fundos de Pasto em geral, e o de Areia Grande em particular, dizem respeito à pertinência contemporânea das comunidades tradicionais e seus territórios, seja como freio à expansão ilimitada do capital sobre os bens naturais, seja como referência de relação menos predatória com estes bens. Análise teórica fundamentada em Joan Martinez-Alier(2007). Também se articula com essa importância recente desses territórios, controlados por comunidades tradicionais está a mais antiga da democratização do direito à propriedade da terra no Brasil, eixo da democratização da sociedade brasileira e do Estado sob controle, como sempre pelas reduzidas classes

proprietárias e suas redes de poder, que se reciclam nas diversas fases da história até a contemporaneidade. Linha de pensamento defendida por José de Souza Martins(2011).

Reforçando esta discussão, Germani(1993), diz que a partir de 1970, o Estado brasileiro criou uma serie de programas para as regiões Norte e Nordeste. Dentre estes se destacam o POLONORDESTE e o PROJETO SERTANEJO que desenvolveram ações nas áreas de Fundo de Pasto – mesmos vinculados a diferentes ministérios, tiveram a sua integração dificultada e os números dos beneficiários pouco refletiram as metas ambiciosas pretendidas pelos mesmos. Isso quando esses programas não foram capturados e utilizados pelas elites oligárquicas locais, em benefício próprio. Dessa forma,Germani conclui que esses programas em suas distintas intervenções estatais, contribuíram mais para aumentar as diferenças socioeconômicas entre os grupos sociaisna região quepara diminuir as desigualdades existentes, tendo em vista a atuação do POLONORDESTE, que acabou por dificultar o acesso à terra uma vez que as obras de infraestruturas implantadas contribuíram para a valorização e a cobiça das mesmas(GERMANI 1993, p. 245-246. *Apud.*SANTOS, 2010, p. 66-67). Desse modo, vale destacar corroborando com essa discussão, a experiência concreta dos camponeses do território de Areia Grande, que em virtude da Construção do Lago de Sobradinho na década de 1970, passaram por ameaça de expulsão de seu território e posteriormente enfrentaram as grilagens de terra na região.

A construção de infraestrutura e a criação de acessibilidade favoreceram e motivaram a grilagem nas terras de uso comum em toda Bahia, colocando em risco o modo de vida desses grupos. Dessa maneira o estímulo à produção agropecuária com créditos facilitados desencadeou todo um processo de crise e conflito para esses camponeses com a aprovação das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, afinal não se pode esquecer que as políticas públicas são na sua ausência, também, políticas espaciais.

Enfatizando a luta dos Fundos de Pasto de Areia Grande, o senhor João Alves do Nascimento, relata que chegou à comunidade há 28 anos. E quando chegou, encontrou uma comunidade consciente, uma comunidade que já tinha uma luta de resistência na terra. Até hoje o pessoal resiste e daqui não quer sair. Segundo João Alves, depois que a Empresa Camaragibe S.A, faliu e abandonou a área, as comunidades que faziam parte do território e que foram afastadas com a construção da barragem de Sobradinho, retomaram a luta de forma mais para ocupar todo o território. Precisavam assegurar uma área de uso comum dessas comunidades para a criação extensiva de animais e extração de recursos naturais de forma sustentável.

Em virtude dessa necessidade, hoje temos o Fundo de Pasto do território de Areia Grande, cuja luta solicita urgência na regularização das áreas para consolidar as Comunidades de Fundos de Pasto na região.

Para o senhor João, a luta permanece. Em 2006 e 2007, a questão da grilagem foi retomada, pois a Camaragibe quando decretou falência deixou as terras alienadas ao Banco do Brasil. O que de certa forma, leva o banco a querer vendê-las. Então, nessas circunstâncias a Comunidade de Areia Grande foi surpreendida com a invasão dos novos grileiros, se dizendo os novos donos das terras, da Empresa Camaragibe S.A, os empresários Carlos Nizan e Alberto Martins Pires de Matos. E reforçando a resistência da comunidade, João Alves diz:

Estamos na luta, né? Vários processos já foram feitos, por ordem da justiça já era pra gente ter saído daqui há muito tempo, a gente permanece aqui. Permanece aqui porque a comunidade já tem história, tem raízes de luta, de resistência, e portanto, é aqui o nosso lugar e nós não vamos nos afastar de maneira nenhuma(JOÃO ALVES DO NASCIMENTO, COMUNIDADE DE AREIA GRANDE/2019).

Numa inspeção judicial a qual foi objeto de reprodução videográfica o MMO, Magistrado pôde constatar com seus próprios olhos o modo de vida, de sustento e a forma de ocupação tradicional das comunidades de Fundo de Pasto que ocupam as terras em litígio, tendo a oportunidade de ouvir os relatos dos ocupantes, os quais demonstraram a força e a resistência do povo sertanejo, ao contar a sua história, que tem a marca da história da grilagem de terras na região.(RELATÓRIO DA AATR – ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS – BA).

Conforme a tradição oral dos ocupantes, naquela localidade Baixa do Umbuzeiro, Ruy Castro fora possuidor de um pequeno sítio e reconhecia as posses das outras áreas de terra, seus confrontantes, os pastores de cabras e ovelhas. No entanto, com a venda do seu direito de posse à Camaragibe S.A., esta passou a se proclamar titular do direito de propriedade sobre a totalidade de terras. Remanesce ainda no local um cercado para a guarda de animais, chamado aprisco, e uma casa de alvenaria ocupada por uma das famílias de Areia Grande, construída após a demolição de outra casa, quando da execução da sentença dos autos da ação de imissão de n. 0001175-48.2006.805.0052(laudo/relatório AATR).

3.2 APOIOS E PARCERIAS À LUTA

Como um braço autônomo da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra/CPT da Diocese de Juazeiro/BA, foi uma das primeiras equipes a ser criada no estado da Bahia, em 1976, com a finalidade de apoiar os camponeses e camponesas desapropriados para dar lugar à Barragem de Sobradinho e aos projetos de irrigação.

Posteriormente, com as grilagens de terras no entorno do lago e no Vale do São Francisco, em virtude do aquecimento da venda de terra no mercado, a CPT tem desenvolvido junto às comunidades camponesas, em especial vítimas de conflitos um trabalho de presença solidária, organizativa e mobilizadora, contribuindo na luta por terra e território, pela água e pelo trabalho digno no campo, na organização social e política, na denuncia de violências e injustiças, na formação e na divulgação de experiências. Além da Igreja Católica, a CPT também está ligada a outras igrejas cristãs, para o serviço específico de “animar, dinamizar e assessorar” os trabalhadores e trabalhadoras do campo em sua organização e busca por direitos.

Conforme relatos da comunidade e os registros do relatório Sistematização da experiência das Comunidades Fundo de Pasto²⁹/2011, desde o início, os posseiros de Areia Grande contaram com o apoio da Igreja Católica, através da Diocese e da Comissão Pastoral da Terra(CPT). O Bispo Dom José Rodrigues e seus agentes de pastorais não hesitaram em dar apoio aos posseiros. Participavam de reunião na comunidade, denunciavam as arbitrariedades nos meios de comunicação, vindas por parte dos grileiros, e o Bispo Dom José chegou a depor numa CPI em Brasília sobre a questão da grilagem de terra na região. Por declarar seu apoio aos posseiros ele era chamado de comunista,ou “clero vermelho”.

Assegurando todo o processo organizacional, e a consolidação da luta em defesa do seu território de Fundo de Pasto, Zacarias Rocha garante que é resultado das experiências concretas das lutas históricas das quatro comunidades de Areia Grande. Depois dos anos oitenta, mesmo os grileiros tendo se afastado, o povo não se dispersou. Manteve-se unido, continuou se reunindo e discutindo os problemas, e sempre em alerta para o conflito.

A partir de 2002, o sucessor de Dom José Rodrigues, Dom José Geraldo da Cruz, considerando a CPT uma pastoral da Igreja, atribuiu o apoio à luta a Comissão Pastoral da Terra(CPT). Quando a Comunidade cobrava sua presença ele dizia: “a CPT está lá, a Diocese está lá. A CPT é uma pastoral da Igreja, se é uma Pastoral da Igreja, a Igreja está presente”. Desse modo, a CPT continuou o trabalho de apoio aos camponeses. Também fizeram adesão

²⁹Fundo de Pasto é um modo tradicional de acesso e uso de recursos naturais de um território no semiárido brasileiro, ainda muito comum na Bahia, pela qual a área ao fundo e no entorno das roças familiares cercadas é usada coletivamente para pastagem dos animais, em especial caprinos e ovinos, mais resistentes à seca. Mais concretamente e particularmente, as comunidades de Fundo de Pasto se caracterizam por adotar um modo particular de uso comum do território, o das “terras soltas” onde a criação de gado(bovino, caprino, ovino), vive solta, sem cercamento, as aguadas são compartilhadas e apenas os “roçados deveriam ser mantidos com cercas para evitar que fossem destruídos por rebanhos”(ib:121/2). Os agentes sociais envolvidos no Fundos de Pasto acabaram por configurar numa formação socioeconômica própria(GERMANI& OLIVEIRA, 2006 p.16). p. 08

e apoio à luta os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de Juazeiro e de Remanso, em Casa Nova, devido a influência da Família Viana, oligarquia local e conivente com a venda das terras a Camaragibe, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais sempre negou apoio, ou melhor, continua ignorando a luta dos posseiros e das Comunidades de Fundo de Pasto. Sucedendo Dom José Geraldo da Cruz, assume a Diocese Dom Beto. Este ao chegar demonstrou mais disponibilidade de apoio à luta, visitou a Comunidade de Areia Grande, e nos eventos de organização se faz presente participando de Seminários das Comunidades Fundos de Pasto, prestando o apoio fundamental da Igreja aos trabalhadores.

Nos anos oitenta, a luta por direitos sociais em Casa Nova, era vista como uma questão política partidária para o poder local. Logo, a luta dos camponeses apoiada pela Igreja contra a grilagem de terra, passou a representar o grupo de oposição. Nesse âmbito, o poder local passou a fazer ataques agressivos à Igreja Católica, ao Bispo Diocesano e às comunidades. Os padres da Diocese de Juazeiro, quando iam celebrar nas comunidades eram perseguidos. Os políticos e pessoas influentes ligadas a eles, instruíam jagunços para agredirem os padres com difamações e até agressões físicas, nas celebrações das comunidades. De acordo com Zacarias Rocha, Areia Grande sempre dava suporte levando um caminhão com muita gente para dar proteção aos padres nas missas em outras comunidades. Além das celebrações, essa perseguição se estendia também as pessoas que participavam dos movimentos sociais, com a discriminação nas políticas públicas que muitas vezes eram negadas.

Trazendo sempre essas experiências anteriores, Zacarias Rocha ressalta a dinâmica e visibilidade da luta hoje, que com o passar do tempo vieram outras demandas. Tendo em vista a defesa da espacialidade territorial com a ampliação da região, considerando a união das quatro comunidades e também a forte organização comunitária, na qual se tem a percepção de que a defesa do território ameaçado é o principal fator de união. Os principais participantes dessa experiência são os camponeses das quatro comunidades do território de Areia Grande, um total de 366 famílias na luta de seu território de Fundo de Pasto. Com recurso, várias estratégias e ações, estes camponeses interagem com vários atores, entre inimigos, parceiros e aliados. Entre estes últimos, pela importância que representam na sustentação da luta, apontamos, além da Comissão Pastoral da Terra/CPT – Juazeiro/Ba, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia(AATR), a Paróquia de Casa Nova, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região – STR(urbanos e rurais).

Também contribuem apoiando a experiência dos camponeses, as entidades parceiras como o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada(IRPAA), apoio fundamental à luta, com trabalho das práticas de convivência com o semiárido, o Serviço de Assessoria às

organizações Populares Rurais – SASOP, o Serviço de Assistência Socioambiental no campo e na cidade – SAJUC³⁰, outras comunidades da região, pessoal das escolas, profissionais da imprensa(TV, rádio, jornais). Também participam, de modo às vezes recalcitrantes e ambíguas, funcionários de órgãos públicos comoda Coordenadora de Desenvolvimento Agrário – CDA, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural(SDR) da Bahia. A CDA, que sucedera o extinto INTERBA, tem em suas atribuições e finalidades, executar e avaliar as políticas de reforma agrária garantindo a regularização fundiária.

Nesse âmbito, ressalta-se também a participação da Procuradoria Geral do Estado(PGE) e do Ministério Público Federal, no que concerne as denúncias e procedimentos jurídicos, que envolvem os posseiros e a situação das terras ocupadas. Na esfera dessas competências, tramita a Ação Discriminatória Judicial, ora em tela por parte do Estado da Bahia, ação que suspendeu possíveis mandados de execução para a retirada dos ocupantes das áreas de Fundos de Pasto, a exemplo do Senhor José Campos Braga(Zé de Antero), morto em janeiro de 2009, dois meses após o ajuizamento da Ação Discriminatória Judicial. Uma prática de violência política, conforme assegura o professor historiador, Marcelo Góes Tavares:

Talvez sejam bastante elucidadoras as formas como a violência se torna prática em nossa cultura política[...], seus efeitos muitas vezes implicam na reprodução do medo, da perda de direitos, da existência de precárias condições de vida. Outras vezes se materializa diretamente na ação direta como o recrudescimento da repressão aos movimentos sociais e de reivindicação de direitos(TAVARES, 2017, p.9).

Para dona Laurita Costa, pensar a definição de territorialidade e a defesa do território, é dar sentido maior a luta, é estabelecer laços de pertencimento com a terra, como espaço de vida e espaço socioeconômico na região de Areia Grande. Trazendo a noção de região e regiões produtivas, Milton Santos(1985) diz que a região já foi categoria por *excellence* do estudo espacial, no entanto, sofreu mudanças tendo como causa as configurações econômicas e a internacionalização do capital em suas diferentes formas nos diversos países. Ademais, diferencia o uso da região pelos países subdesenvolvidos favorecendo laços de cada subespaço nacional, em relação aos demais centros do sistema mundial.

³⁰Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade SAJUC – na Antiga nomenclatura, ONG, agora chamam de Organização da Sociedade Civil. Trabalha com projetos para agricultura familiar, atualmente está trabalhando com comunidades apontadas pelo Estado para prestar assessoria técnica aos agricultores e agricultoras. A SAJUC foi criada em 2003, a partir da necessidade da juventude do município de Sobradinho/BA, ingressar no mercado de trabalho, tendo como foco a atividade produtiva da apicultura na produção de mel. Como princípio, busca ao longo desses anos, promover a educação ambiental e a disseminação das experiências de criação de abelhas e de produção agroecológica como forma de garantir a preservação do bioma caatinga e a criação de alternativas sustentáveis de renda para os jovens agricultores. A partir da Compreensão de uma interação social, por meio de um diálogo em torno da valorização das organizações das comunidades Tradicionais, ribeirinhas, quilombolas e Comunidades de Fundo de Pasto, colocando-se como parceiro na defesa do modo de vida dessas Comunidades. Tel. (74) 3538-2927 – email: sajuc@sajuc.org.br – www.sajuc.org.br

No pensamento de Laurita Costa, a terra e sua espacialidade deve ser pensada a partir das relações socioeconômicas, e das fontes de sobrevivência de forma sustentável. Considerando seus ancestrais e assegurando às futuras gerações(seus netos e bisnetos) o direito de viver nessas terras. Assim ela diz:

A nossa luta forte aqui, é em defesa da terra, porque é a terra que nos cria. Os nossos bichinhos dependem dessa terra. A gente cria gado, cria bode, cria ovelha. É onde tiramos a madeira para fazer a cerca. É o local de caçar tatu-bola, o tatu-peba, a abelha. No território a gente vive com mais liberdade, tem a solidariedade dos companheiros, nosso jeito de viver. Não somos empregados, como quem vive nas grandes cidades – São Paulo e outras, numa correria. Trabalhamos no que é nosso e para nós. E quando não tivermos mais aqui, os nossos netos e bisnetos vão ter a terra onde morar e viver.(LAURITA DA COSTA SANTOS, MAIO/2019, COMUNIDADE DE AREIA GRANDE).

Conforme o relato de Laurita Costa, a luta é contínua e permanente, de certa forma é a maneira de impedir a entrada das empresas na região e inibir o avanço do capital. É a forma de garantir as futuras gerações, o direito de viver nesses territórios. Em sua discussão, ela nos dá a percepção de região como espaço orgânico e sustentável. Tendo em vista que o território funciona para as comunidades, como “fator de identificação, defesa e força”, cujos “laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum e inalienável” e cuja “rede de relações sociais é reforçada politicamente frente a antagonismos e situações de extrema adversidade”.

Esse aspecto se diferencia da abordagem de Milton Santos, feita anteriormente, quando se refere às mudanças do estudo espacial, frente às novas configurações econômicas e a internacionalização do capital e suas formas nos diversos países que se caracterizam pela subordinação da natureza ao capital em busca dos lucros rápidos, além da substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria. Também é de fundamental destaque a intensificação da divisão do trabalho e das relações intersetoriais, assim como a especialização da produção agropecuária como verdadeiros signos do agronegócio globalizado. Com a expansão do agronegócio, verifica-se o aumento significativo das determinações exógenas ao lugar, se impondo efetivamente sobre as determinações endógenas, numa intensa associação aos mercados cada vez mais distantes e competitivos.

Nesse sentido, os espaços agrícolas sofrem grandes transformações, pois passam a partir daí, por profundo e acelerado processo de reorganização. Intensifica-se, então o estabelecimento de um conjunto de sistemas de objetos e de ações(SANTOS, 2004;GOMES, 2011), cujo intuito é favorecer a fluidez para empresas hegemônicas no espaço agrícola. Reorganização que consolida a força do capital, em detrimento da organização e modo de viver que vem se desenvolvendo ao longo de gerações entre os povos e comunidades

tradicionais, nas caatingas e cerrados nordestinos e constitui um patrimônio cultural do povo brasileiro(RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO – COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO/CPT, 2011, P.18).

Numa perspectiva situada no campo do Desenvolvimento Territorial e da Ecologia Política, a experiência de Areia Grande considera que formas tradicionais de acesso e uso dos recursos naturais por populações rurais dimensionam-se, com novas pressões exercidas pela expansão de frentes da exploração capitalista globalizada, apontando as demandas dessas fontes no que tange aos agrocombustíveis, energias renováveis e mineração. Tendo em vista, uma vez que estas pressões passam pela arbitrariedade e violência, e situa-se também no campo dos Direitos Humanos, em suas expressões contemporâneas como territoriais, à identidade cultural, à segurança e soberania alimentar, no meio ambiente preservado.

Associando a esse contexto, no que concerne à segurança e soberania alimentar, preocupação da luta em defesa do território, o historiador e professor Helder Remígio de Amorim(2016), vem contribuir nessa discussão, situando o médico e sociólogo Josué de Castro, na sua obra de referência, Geografia da Fome. Nesse aspecto, a fome é problematizada no Brasil e no mundo, e analisada como fruto da exploração do homem pelo homem(AMORIM, 2016, p.19). Afirmando, Amorim diz que mesmo com suas tentativas de combate a fome fracassada, Josué de Castro tentou sensibilizar as grandes potências sobre o que considerava como equivocadas os modelos de desenvolvimento que seriam provocadores diretos da fome e da desigualdade social. Também como crítico do modelo econômico adotado no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, ele aponta que o único desenvolvimento possível seria aquele centrado no desenvolvimento do homem, que fosse centrado na educação, em políticas públicas de segurança alimentar, e amparado pela agricultura de subsistência(AMORIM, 2016).

O território é a expressão concreta da territorialização do movimento de luta pela terra. Não é somente o lugar de produção, mas também o lugar da realização da vida[...]. Não apenas ter casa e comida³¹. Mas uma vida plena, cheia de significados, na qual eles creem que têm possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua ancestralidade, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim, seu universo simbólico (SIMONNETTE, 1999, p. 70-71; apud COSTA, 2009, p.29).

³¹ União e superação em torno do conflito, mantém as comunidades unidas em defesa do território, garantindo direitos, vida digna e cidadania sustentável.(Relatório de Sistematização de experiência das Comunidades Fundo de Pasto do território de Areia Grande/2011, p. 32 – Casa Nova)

Em Areia Grande, a expressão materializada do território, vista como lugar de realização da vida plena, e lugar das relações humanas, perpassa pela busca de autonomia na perspectiva da capacidade de crescimento a partir de suas potencialidades. Sendo assim, a luta de resistências camponesas é também para tentar sensibilizar o atual modelo capitalista global, para que promova relações de produção mais harmônica nos territórios. Para que as comunidades tradicionais possam permanecer de forma sustentável, assegurando sua prática de agricultura de subsistência, amparada por políticas públicas.

A região de Areia Grande tem o cultivo da mandioca, como o principal produto agrícola. Dela é produzida farinha e tapioca (fécula), afamadas pela sua qualidade. Em seguida, vem a tão importante, criação de caprinos, ovinos e bovinos, que depende bastante do território. Tendo sua relevância nutricional e também econômica, vem a prática da pesca artesanal. Composto essa base econômica de subsistência estão as atividades complementares, e também essenciais, como o extrativismo de frutos, fibras, ervas medicinais e lenha e, mais recentemente, a apicultura, produtora de um mel de excelente poder nutricional devido à diversidade e intensidade florais da caatinga no período chuvoso.

A permanência na luta e resistência das quatro comunidades, formando o território de Areia Grande tem uma forte aliada, a religião. As comunidades de antiga e arraigada religiosidade tradicional, experimentaram a partir dos anos de 1970 as influências da Igreja Católica sob a Teologia da Libertação em que se valorizavam bastante as comunidades Eclesiais de Base, a leitura comunitária da Bíblia em diálogo com a realidade vivida e as pastorais sociais. Para essas comunidades, a fé une, sustenta e dá coragem à luta.

No âmbito da religiosidade popular, conserva o costume de se reunir nas novenas, nos terços, nas celebrações e cultos aos domingos, quando discutiam seus problemas, e o modo de enfrentá-los de forma coletiva, e o sistema do trabalho em mutirão. Também são fundamentais para o fortalecimento da organização comunitária, os princípios passados de geração em geração, como: desejo de liberdade, autonomia, solidariedade e partilha.

Em 2009, a retomada da grilagem³² teve como consequência o assassinato de um dos líderes dos posseiros, José Campos Braga, conhecido como Zé de Antero. Esse episódio

³²Grilagem é uma expressão brasileira e significa originalmente a falsificação de documentos com o propósito de se apropriar das terras dos outros. Hoje a expressão abrange todos os meios ilegítimos de conseguir a posse de terras que pertencem a outros. A maior razão é a valorização das terras (Dom José Rodrigues de Souza, Bispo de Juazeiro. IN Pater, 1996, p.130). Sobre esse processo histórico secular Marcia Mota (2002), ressalta que a localização da terra se dá nos bastidores dos cartórios locais com a conivência de tabeliões e testemunhas que alteram a extensão da terra e foram cadeias sucessórias. Neste sentido, o processo de legalização de uma grilagem parte indubitavelmente, de relações pessoais capazes de auxiliar na mágica que transforma uma grilagem em propriedade privada. (MOTTA, 2002, p.79).

provocou a maior indignação e a união das comunidades, como relato de Dona Laurita da Costa dos Santos, muito emocionada:

Nós sofremos muito! Mas Deus é tão bom que nos deu força. Perdemos nosso companheiro lá dentro. Esse companheiro que foi morto lá, estava defendendo a terra. Mataram nosso companheiro, mas nós não desistimos da luta. O Zé de Antero foi um guerreiro. Ele morreu naquela situação, não só defendendo a terra dele, mas a nossa terra. A terra dos nossos antepassados. Destruíram a casa dele. Ele ficou morando com a esposa e os filhos embaixo de uma lona. E não desistiu... Até que lhe tiraram a vida(LAURITA COSTA – AREIA GRANDE MAIO/2019).

Após um período de aparente tranquilidade, em março de 2008, a questão da grilagem foi retomada em Areia Grande. Os camponeses e camponesas foram surpreendidos com uma ordem judicial de despejo do juiz, com efetivos de policiais, sob supervisão do Oficial de Justiça. Com truculência e abuso de autoridade, entraram na área para expulsar os posseiros. No entanto, na evidência desses fatos, em novembro de 2008, o Estado reconheceu tanto a natureza pública das terras, como a legitimidade de sua ocupação tradicional, e ingressou com a Ação Discriminatória Judicial em Casa Nova, a fim de arrecadar as terras griladas.

Com os trabalhos da Comissão iniciados, o procedimento foi então denominado Ação Discriminatória Administrativa Rural, anexa, e se destinou a verificar a regularidade das matrículas cartoriais dessa área de terra cujas dimensões totalizam 22.182ha(vinte e dois mil e cento e oitenta e dois hectares). Sendo que a área perimetral compreende as comunidades de Salina da Brinca, Melancia, Jurema e Riacho Grande e totaliza 76.182ha(Setenta e seis mil, cento e oitenta e dois hectares).

O enfrentamento do conflito leva as comunidades a superarem as diferenças e manterem-se unidas na defesa do território. O que de certa forma, garantiu à comunidade o nível de união e organização para futuros passos na conquistas de mais direitos e melhores condições de vida digna, sustentável e cidadã. Sempre referendado no papel decisivo do ecologismo dos pobres, tendo como referência a preservação dos bens naturais e um modo de vida menos predatório. Também é importante destacar a questão da propriedade da terra, no cerne desta luta hoje ampliada seu sentido como recursos naturais em disputa(água, matas, minério, ventos, além de solo produtivo) – Para José de Souza Martins, uma questão que se recicla e continua conformando a questão do poder e da democracia no Brasil.

No entanto, foi percorrendo caminhos, com base na consciência do direito ao território, que os camponeses foram se apropriando e conquistando novas expressões destes direitos, a exemplo da Ação Discriminatória. Com a compreensão dos direitos, vem adquirindo autonomia econômica e política, que lhes garantem independência frente a

políticos e fazendeiros. Nesse sentido, também é importante ressaltar a visibilidade da luta e o apoio recebido de diversos grupos e entidades nacionais e internacionais, garantindo o seu fortalecimento e resistência. Exercendo forte pressão sobre o Estado, com moções de apoio e de pedidos de solução enviados aos órgãos públicos, chegando até mais de mil correspondências, no período de uma semana.

A tradição conservada de independência política, tem impedido que as comunidades cedam às pressões e enredamentos políticos, que através de lideranças que muitas vezes se promovem ou se apropriam de programas sociais dos governos federal e estadual, que funcionam não como direitos, mas como favores e barganhas de apoio. Nesse aspecto, Areia Grande demonstra que as lutas populares e os movimentos sociais não têm que se tornar base político-partidária ou “Correia de transmissão” de governo. Mesmo sendo de tendência popular.

Para as lideranças da luta, a questão político-partidária influencia muito na relação da comunidade, gera fragilidade no processo organizativo, consequência da política coronelista onde se confunde poder público com a classe empresarial. Desse modo, todos os poderes se alinham contra as comunidades e seus territórios tradicionais. Conforme Zacarias Rocha, ultimamente, nesses governos de tendência popular a exemplo da Bahia, muitas pessoas que eram dos movimentos sociais, que faziam a luta, foram fazer parte do governo Estado, assumindo cargos. A Coordenação Desenvolvimento Agrário(CDA), que cuida da regularização dos territórios, tem em seus cargos de direção e coordenação pessoas ligadas aos movimentos sociais. Pessoas que têm uma certa afinidade com a gente, como ele afirma:

Aí quando você chega lá, hoje, para reivindicar uma coisa, quando você chega na porta, o cabra já vem lhe abraça, traz uma bandeja de pão, café. Eu costumo dizer: “se a pessoa não tiver a cabeça boa, vai lá e esquece o que ia cobrar, volta sem cobrar, só pelo tratamento que recebe”. O pessoal tem afinidade com a gente, é o pessoal que era do mesmo movimento, fala a nossa língua... aí a gente acaba que sendo enrolado, se não souber o que está fazendo. Então teve muito essa questão, o Estado levou muita gente que era dos movimentos e isso prejudicou muito a luta dos movimentos sociais.(ZACARIAS FERREIRA DA ROCHA/AREIA GRANDE, MAIO/2019).

Com esse período de esfriamento dos movimentos sociais, muitas coisas tomaram rumos diferentes. A luta por direitos sociais perdeu força. Para Zacarias, os movimentos sociais têm que se identificar, no seu papel de exigir e de cobrar do Estado o que é de direito, em governos de qualquer seguimento político. Nesse contexto, alguns movimentos sociais, mesmo apoiando a luta dos Fundos de Pasto, em momentos importantes atrapalharam os encaminhamentos, por não compreenderem a dinâmica dos Fundos de Pasto e por defenderem projetos diferentes, a exemplo da assistência técnica e a regularização fundiária.

Em seu trabalho de pesquisa, Maria Cândida Santos(2019), faz a reflexão de uma lição muito proferida por Dom José Rodrigues, e que permanece bem atual, que assim ele dizia:

Nesse sertão quem tem a terra, tem água. Quem tem terra e água, tem poder econômico. Quem tem poder econômico tem poder político. E quem tem terra, água, poder econômico e poder político só quer fazê-lo crescer, jamais compartilhar. São três coisas elementares que garantem a permanência dessas populações no meio rural, principalmente dessas comunidades. A terra, a água e as condições de viver na terra. Nesse sentido, se tem a compreensão que a luta dos Fundos de Pastos não é somente por terra. É também por poder, por ter água, por melhores condições de vida, por um jeito de viver no sertão e produzir(SANTOS e SANTOS, 2019 p.65).

Reforçando essa reflexão Denise Elias(2006b, in GOMES, 2011 p.67), faz referência a reprodução das desigualdades sócio-espaciais que regem a inserção dos lugares de reserva do espaço agrário nordestino, que torna as novas regiões produtivas em meras regiões do fazer e não região do reger, pois suas populações não conseguem exercer nenhuma ingerência sobre os processos nelas ocorridos. Nessa visibilidade, a autora apresenta o atual sistema econômico, condicionado a promover tanto grande riqueza, quanto visível pobreza. No entanto, é com essa visibilidade e protagonismo do seu povo que o território de Areia Grande luta para combater as imposições do atual sistema econômico global na região. Estas trazem um discurso ilusório, de que os grandes investimentos vão gerar benefícios para o povo, mas as práticas são incoerentes. Pois dizem que a barragem é para gerar energia. Mas a comunidade continua no escuro; dizem que vão transportar água para levar para quem não tem. Mas quem está na beira do canal, tem que indenizar e sair. Argumentando, Zacarias Rocha diz: “Então, para quem é essa água”?

Decorridos mais de quarenta anos, as comunidades se asseguram na luta que garante o “resistir para existir”, conforme lembra uma das lideranças, Zacarias Ferreira da Rocha. Para Michael Pollak(1992), memória de luta construída socialmente, constituída do sentimento de unidade tanto individual como coletiva. De acordo com Zacarias, essas comunidades acumularam experiências que precisavam ser por elas sistematizadas, sua prática refletida a partir da retomada do processo vivido, fortalecendo a luta das comunidades, uma vez que a luta ainda não acabou, e para incentivar os jovens a conhecerem e a se interessarem pela luta, sentirem-se parte dela. Já nos anos 20 e 30, Maurice Halbwachs havia sublinhado:

Que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (HALBWACHS, 1990, p.201).

A sistematização revelou-se um instrumento de grande valia, para o resgate construtivo do passado como fator de aprendizagem e atuação coletiva no presente, em vista de garantir um futuro não só de continuidade da organização popular, mas também de êxito na

defesa do território e dos avanços políticos, econômicos, solidários e sustentáveis na comunidade, e em toda região. A luta do Riacho Grande e depois de todo o território de Areia Grande, fez com que rompessem os laços de dependência e lealdade com os poderes locais. Representações de poderes que se perpetuam, sustentados na construção de uma história oficial, cujo o papel estratégico nas políticas de Estado, engrandece certos eventos e suaviza problemas que a nação vivenciou no passado mas prefere esquecer, e cujas raízes ainda encontram repercussão no tempo presente(SCHWARCZ, 2019). No entanto, romper com esse procedimento que acaba, igualmente, por autorizar apenas uma interpretação, quando se destacam determinadas atuações e formas de sociabilidade obliterando-se outras. Romper com um passado mítico, perdido no tempo, repleto de harmonia, construído a base da naturalização de estruturas de mando e obediência, fez com que estas comunidades, passassem a prezar ainda mais a autonomia e a liberdade.

Para Lília Moritz Schwarcz(2019), longe de constituir narrativas aferíveis, esses são modelos que dizem respeito a agendas tão profundas como ambíguas, e que, por isso mesmo funcionam na base da falta de contestação e do silêncio. E, quando persiste o silêncio, é porque existe, com certeza, excesso de barulho. Barulho e incômodo social. Segundo Schwarcz, é que essa espécie de história, muito pautada em mitos nacionais, de tão enraizada costuma resistir à realidade. Então, como é possível definir o Brasil como território pacífico se tivermos em nosso solo, durante mais de trezentos anos escravizados e escravizadas? Um sistema que supõe a posse de uma pessoa por outra(SCHWARCZ, 2019, p.22).Nesse aspecto, o pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001), aponta genocídio histórico a que vem sendo submetidos, há quase quinhentos anos, os povos indígenas brasileiros. E também não ficando de fora as histórias de massacres no campo(OLIVEIRA, 2001 p.11).

Conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira(2001), o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Lá, o fluir da história está contado pelo passar das “luas” e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e imaginários. Nesse aspecto, talvez, estivesse se materializando o início da primeira luta entre os desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação e a luta dos “filhos do sol”, em busca de manutenção do seu espaço de vida no território invadido (OLIVEIRA, 2001).

Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Caldeirão, Ligas Camponesas, Pau de Colher e Areia Grande fazem parte da história das lutas pela terra e pela liberdade no campo

do país. São memórias da capacidade de resistência e de construção desses expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um tempo descompromissado com o relógio capitalista. São também memórias da capacidade destruidora do capital e dos capitalistas perante o temor de uma destruição inevitável.

Conforme relatório de Sistematização/2011/CPT, as comunidades Fundo de Pasto integram um conjunto de forças sociais e políticas que visam estabelecer um novo paradigma e olhar sobre o contexto regional e de convivência com o semiárido. Originalmente os fundos de pasto estão presentes em toda à caatinga em grande parte na região Nordeste e também no Cerrado que recebe o nome de fechos de pasto. Atualmente, existem aproximadamente 500 áreas de Fundo de Pasto identificadas pelo governo estadual, que possibilitam o sustento de cerca de 20 mil famílias, localizando cerca de 100 mil pessoas³³. Fruto de uma luta, os Fundos de Pasto são protegidos na Constituição Baiana de 1989, no Artigo 178, pela Constituição Federal de 1988 no Artigo 216, e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT.

Reconhecidos como Comunidades Tradicionais, os Fundos de Pasto juntamente com quilombolas, entre outros, conseguiram reconhecimento nacional através do Decreto 6.040/2007, que determina a composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, criada para articular políticas públicas para o desenvolvimento, com territórios reconhecidos, espaços essenciais à reprodução dos diferentes modos de vida. Deste modo adquiriram também importância ecológica, diante de uma Caatinga cada vez mais devastada pela expansão dos empreendimentos econômicos. Validando esse reconhecimento, em 2016, o Decreto Federal 8750 institui o Conselho Nacional de Povos de Comunidades Tradicionais que em seu artigo 4, inclui explicitamente em sua composição as Comunidades de Fundo e de Fechos de Pasto.

³³Segundo a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais constituem esses povos, além dos indígenas e dos Quilombolas, os Seringueiros, as Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, os Extrativistas, os Pescadores artesanais, os povos de Comunidades de Terreiros, os povos Ciganos, os Pantaneiros, as mulheres quebradeiras de Coco, Babaçu, os Caiçaras e as Comunidades do Cerrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos uma discussão acerca da luta dos trabalhadores rurais pela terra e condições de vida digna a partir de um olhar sobre episódios impactantes para as comunidades rurais como a luta pela posse da terra em Areia Grande e as consequências da construção da Hidrelétrica de Sobradinho, no norte da Bahia. Fazer a reflexão do momento histórico dessas comunidades que compõem o Território de Areia Grande, que traz na construção de sua luta um propósito político, é reconhecer que supõe Michel de Certeau(1982), em que, num distanciamento da tradição e do corpo social, a historiografia se apoia num poder que se distingue efetivamente do passado e de toda a sociedade. Em que o fazer história se apoia num poder político que criou um lugar limpo. Ou seja, a comunidade, a organização de luta dos camponeses e camponesas, que de certo modo tornou-se objeto de estudo, em que num campo de pesquisa se articula com a prática historiográfica.

Nessa perspectiva, o grande desafio deste trabalho de produção historiográfica, seria o de evitar iniciar o trabalho do historiador somente com a coleta dos fatos, método não aceito por ser Marc Bloch em seu mestre Seignobos. Para Bloch(2001), ao passo que em uma fase anterior essencial exige do historiador a consciência de que o fato histórico não é um fato “positivo”, mas o produto de uma construção ativa que transforma a fonte em documento. Em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problema. Recusar uma história que mutilaria o homem. A verdadeira história interessa-se pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, e não apenas suas ideias e atos. O que mutilaria a própria história, esforço total para apreender o homem na sociedade e no tempo.

A utilização de extensa bibliografia em que nos apoiamos para embasar essa discussão, possibilitou um olhar abrangente sobre os aspectos socioeconômicos e políticos de toda a trajetória de luta empreendida pelos camponeses e camponesas a região do Sertão do São Francisco. A partir dos estudos de pesquisadores que já se debruçaram sobre as questões que aqui discutimos foi possível reelaborar o ponto de vista e considerar uma multiplicidade de fatores que se entrecruzam numa análise histórica. Foi possível perceber a trama da política governamental dirigida a partir do interesse do grande capital, em detrimento da

qualidade de vida dos moradores das cinco cidades da borda do lago de Sobradinho, e de forma mais descompromissada ainda, em relação aos camponeses que entregaram suas terras para a construção da barragem. Por outro lado, a articulação dos grupos populares, o apoio de setores progressistas da Igreja Católica também são percebidos como fatores que determinaram a resistência dos ribeirinhos.

Os depoimentos orais, colhidos através de longas entrevistas com 10 participantes da pesquisa, que por sua vez, tiveram participação direta ou indireta nos eventos de luta pela terra citados neste trabalho, foram de imensa importância para a composição da pesquisa. Foi através dessas narrativas orais que tornou-se possível compreender o valor emocional e simbólico da terra e das atividades desenvolvidas nas suas comunidades para homens e mulheres que têm na terra a sua fonte de vida - onde se inclui a construção de significados para a produção da sua existência e dos seus. Através dos depoimentos escutados, foi possível mensurar que ser “desterritorializado” não é apenas perder um lote, um sítio. É perder referências pessoais, familiares e comunitárias, muito mais do que perder animais e roças. É essa a grande angústia que se apresenta nas falas que ouvimos: a ausência da continuidade da vida da maneira como era conhecida.

Homens e mulheres acostumados a viver da terra e na terra viveram inúmeras situações em que seus direitos foram violados, porém, encontraram outras formas de reagir e continuar buscando seus interesses.

Nesse processo de protagonismo de sua história, os camponeses do Território de Areia Grande apresentam sua trajetória de luta e resistência em defesa da posse de terra na década de 1970/1980, contra a empresa Camaragibe S.A. Esse contexto, aponta como discussão crucial a construção da Barragem de Sobradinho, e todo o seu aparato logístico, desagregador para esses camponeses e demais trabalhadores rurais do Vale do São Francisco.

A construção da hidrelétrica pela CHESF, sinalizou o início da política intervencionista do governo civil-militar no Vale do São Francisco. Com políticas oficiais que se voltam para a classificação de diversas áreas, segundo interesses econômicos políticos, instituindo grandes investimentos econômicos. No rol das grandes obras de modernização no país, Sobradinho representou ônus muito elevados para a população rural desalojada. Indenizações irrisórias, para os trabalhadores que se encontravam na condição de posseiros, por isso, só recebiam indenizações pelas benfeitorias, o governo de início, não apresentou um planejamento eficaz para a relocação dos trabalhadores rurais, deixando-os na incerteza sobre o seu futuro.

E se tratando de um período de repressão, os trabalhadores eram pressionados com ameaças a aceitarem as indenizações e deixarem a área. Nesse sentido, os conflitos tornam-se explícitos e as populações atingidas, especialmente os posseiros de Areia Grande conseguem associar as perturbações sociais com a ação dos agentes que os provocam. Conseguem associar as consequências da recusa da proposta de relocação da CHESF, nas agrovilas da Lapa. No entanto, permanecendo na área ficam vulneráveis a enfrentar as grilagens de terras, o avanço do capital através dos perímetros irrigados da CODEVASF, do agronegócio, a exemploda Agroindustrial Camaragibe S.A. Nesse aspecto, nasce a possibilidade de organização, resistência e luta coletiva pela garantia dos direitos. Desse modo, garante-se a permanência da luta em defesa dos territórios e das Comunidades Fundos de Pasto, o que de certo modo, solicita urgente a regularização fundiária desses territórios por parte do Estado da Bahia.

As barragens em si, já têm sido bastante contestadas por movimentos sociais (a exemplo do MAB) em face dos grandes problemas socioambientais que tem provocado, e que por décadas ficam sem solução. Assim, consideramos que as questões foram colocadas em pauta, e a partir das reflexões aqui apresentadas, esperamos que possam ganhar mais vigor a partir de novas contribuições, de forma a enriquecer a compreensão deste complexo e amplo tema.

ACERVOS E FONTES PESQUISADOS

Acervo Dom José Rodrigues de Souza – Universidade Estadual da Bahia (UNEB), campo III, Juazeiro – BA.

Arquivo - Boletim Informativo, Caminhar Juntos. Material produzido pelo Bispo Dom José Rodrigues de Souza, que acompanhou toda a problemática dos problemas da barragem de Sobradinho e a questão das grilagens de terras. Portanto, é um arquivo de grande referência nesta pesquisa e também em pesquisas de outros acadêmicos, em quem busquei referência.

Boletim informativo, Caminhar Juntos, número 47 – agosto de 1980.

Boletim informativo, Caminhar Juntos – 1978.

Boletim informativo, Caminhar Juntos n. 14, setembro de 1977.

Boletim informativo, Caminhar Juntos, n. 59, setembro de 1981.

Boletim informativo, Caminhar Juntos, n. 51, dezembro de 1980.

Boletim informativo, Caminhar Juntos, n. 32, junho de 1979.

Revista Mundo Jovem, ano 18, n. 128 – Junho/ 1980, Porto Alegre. Nesse ano trouxe uma reportagem: Proálcool, acima dos interesses sociais, um jogo econômico.

Igreja e Questão Agrária. Cadernos do IFAN, n. 7, ano: 1994.

Acervo da CPT/Juazeiro/BA.

Areia Grande: Resistir para existir. A luta no Sertão baiano é pelo Fundo de Pasto. Relatório– Sistematização da experiência das comunidades Fundo de Pasto do Território de Areia Grande – Casa Nova/BA/Brasil, elaborado por Marina Rocha Braga e Claudio Dourado de Oliveira – Acervo da Comissão Pastoral da Terra(CPT) Juazeiro/BA.

Arquivo da CPT - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia(AATR) – Revista – No Rastro da Grilagem: Forma jurídica contemporânea, volume 1 ano 2017.

Laudo Técnico Agr'organ/2008 – Comunidades Fundos de Pastos de Areia Grande/Casa Nova/BA, acervo da CPT/Juazeiro.

CHESF

Arquivo da CHESF – Reservatório de Sobradinho, relatório-Reassentamento de Populações Dados e Informações, Nova atualização, junho/2016, 102 páginas. Acervo da CHESF-Sobradinho/BA.

Relatos Orais de Memória

Antonino Ferreira dos Santos – 94 anos – Agricultor, Comunidade de Riacho Grande – Território de Areia Grande, Casa Nova/BA

Agenor Oliveira dos Santos – 59 anos – Agricultor, Comunidade de Riacho Grande, Território de Areia Grande, Casa Nova/BA.

Genésio Campos Braga – 71 anos – Agricultor, Comunidade de Riacho Grande, Território de Areia Grande, Casa Nova/BA.

José Ferreira dos Santos – 70 anos – Agricultor, Comunidade de Riacho Grande, Território de Areia Grande, Casa Nova/BA.

João Alves do Nascimento – 56 anos – Agricultor, Comunidade de Riacho Grande, Território de Areia Grande, Casa Nova/BA.

Laurita da Costa Santos – 61 anos – Agricultora, Comunidade de Riacho Grande, Território de Areia Grande, Casa Nova/BA.

Maria Eterna Pereira da Silva – 69 anos – Agricultora, Comunidade de Riacho Grande, Território de Areia Grande, Casa Nova/BA.

Maria Inês da Costa Santos – 77 anos – Agricultora, Comunidade de Riacho Grande, Território de Areia Grande, Casa Nova/BA.

Marina da Rocha Braga – Professora da rede estadual (aposentada), na década de 1980, líder comunitária da Comunidade de Riacho Grande e atualmente coordenadora da CPT/Juazeiro – BA, residente em Juazeiro.

Zacarias Ferreira da Rocha – 53 anos – Agricultor, líder comunitário, Comunidade de Riacho Grande, Território de Areia Grande, Casa Nova/BA.

Sites consultados:

www.Fazendogenero.ufsc.br/resources/anais/1277818545_ARQUIV... De II citado por 2 artigos relacionados.

A construção do feminismo e da identidade camponesa no movimento de mulheres camponesas.

https://www.academia.edu/37323002/No_Rastro_da_Grilagem_Formas_Jur%C3%ADicas_da_Grilagem_Contempor%C3%A2neas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2018.
- AMORIM, Helder Remígio de. “*Um pequeno pedaço do incomensurável*”: *A trajetória intelectual e política de Josué de Castro*. Tese de doutorado, CFCH - UFPE, 2016.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Nordeste: A reforma agrária ainda é necessária...* Caderno Guararapes 2. Recife: Guararapes, 1981, p. 119.
- BARROS, José D’Assunção *Teoria da História - Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo* – 4. Edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- _____. *Cidade e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BENINCÁ, Dirceu. *Energia e Cidadania: a luta dos atingidos por barragens/-* São Paulo: Cortez, 2011.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Tradução: André Telles – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.
- CABRAL, Flávio José Gomes. *Paraíso Terral: A rebelião sebastianista na Serra do Rodeador*. Pernambucano, 1820. São Paulo: Annablume, 2004.
- CALDAS, Alcides dos Santos. *Dinâmicas globais e tendências de desenvolvimento rural em territórios periféricos: O eixo Juazeiro e Petrolina*.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história* – Rio de Janeiro: Editora forense Universitária, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: O discurso competente e outras*- 13. Edição- São Paulo. Cortez 2014.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. 1926 – *Os descaminhos do São Francisco*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- COSTA, Davi da Silva. *Aqui é tranqüilo, mas meu sonho é lá fora. Pertencimento e identidades: o imaginário dos jovens do Assentamento Ana Rosa. Pouca-Bahia*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. POSCULTURA - Universidade Federal da Bahia (UFBA) 2009
- DAMASCENO, Marcos Oliveira. *Guerra do Pau de Colher: Massacre à sombra da Ditadura Vargas*. Dom Inocêncio-PI: Produtora Sertão, 2 ed., 2016.
- DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres: As vozes do silêncio*. In: FREITAS, Marcos C. (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. S. Paulo, Contexto: 2012.
- DOURADO, Claudio. *A discriminação das terras devolutas: os critérios do Estado da Bahia para a distinção*. UFG Goiania, 08 de maio de 2017.
- DUQUÉ, G. Casa Nova. *Interventions dupoivoiretestratégiespaysannes* (tese de doutoramento), mimeo. Paris, deus Hautes em Sciences Sociales - 1984 .

- ESTRELA, Ely. *Três felicidades e um desengano*. A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho. Doutora em História social – PUC/SP, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2015.
- FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla. *A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduf; 2019
- GARCEZ, Angelina – *Em torno da propriedade da terra*. Salvador; Arembepé, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.
- GERMANI, Guiomar Inês et al – *Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semiárido nordestino*. Salvador: NRI, UFBA, UFRB, UFC(CD).
- GOMES, Iara Rafaela. *Olhar geográfico sobre uma nova região produtiva Agrícola*. (Artigo) doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, 2011.
- GONÇALVES, Adelaide. *A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente: Uma história do MST*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves.(org) O tempo da nova República. Da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República(1985-2016), coleção O Brasil Republicano, volume 5, 1 edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- GUIMARÃES NETO, R. B. *Cidade da Mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá MT: Carlini e Caniato: EdUFMT: 2006.
- _____. *História, trabalho e memória política*. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia(1970-1980). Revista Mundos do Trabalho, vol. 6, n. 11, Janeiro a junho de 2014.
- _____. *História, política e testemunho: Violência e trabalho na Amazônia Brasileira*, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha,(Org) *Território, territórios* – Ensaio sobre o ordenamento territorial, 3 edição, 2002 Editora Lamparina.
- HOWBACHS. Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertine, 1990.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e regime representativo no Brasil*. 7 edição – São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- LEANDRO, Ana Lucia A. L. *O Movimento de Pau de Colher na perspectiva dos atores sociais: relações entre as significações da religião e da miséria* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 003.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A derradeira gesta – Lampião e Nazarenos guerreando no sertão*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes: 1981.
- _____. *A militarização da questão agrária no Brasil*, Editora Vozes Ltda, 1985, PetrópolisRJ.

- _____. *Exclusão social e nova desigualdade*. 4 edição. São Paulo. Paulus, 1997.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. *O Ecologismo dos pobres*. São Paulo, Cortez, 2007
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. *O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves(org.) *O tempo do regime autoritário Quarta República(1964-1985)*, coleção *O Brasil republicano*, Volume 4, 9 edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2019.
- MOREIRA, Alberto. *Igreja e Questão Agrária*. Bragança Paulista: EDUSF, 1994, 56 p.(Cadernos do IFAN: 7).
- MOURA, Mariluce de S. *As ilhas da Resistência*. Sobradinho – textos e fotos. Edição: Secretariado Nacional – Comissão Pastoral da Terra, 1979.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 11 edição, São Paulo, Contexto, 2001-(Repassando a Geografia).
- OLIVEIRA, Cláudio Dourado de. *A discriminação das terras devolutas: os critérios do Estado da Bahia para a distinção*. UFG Goiânia, 08 de maio de 2017.
- PATER, Siegfried. *O Bispo dos excluídos: Dom José Rodrigues*. Fundação Aloysio Penna – Editora Fonte Viva, 1996, Brasil.
- POLLAK, Michel. *Estudos Históricos*. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas; 1992
- PRADO, Luiz Carlos Delorme. EARP, Fábio Sá. O —milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*, volume 5. 1 edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014(História do Brasil Nação: 1808-2010; 5).
- SANTOS, Milton; BECKER, Bertha,(Org) *Território, territórios – Ensaio sobre o ordenamento territorial*, 3 edição, 2002 Editora Lamparina.
- _____. *Espaço e métodos*. São Paulo: Edusp, 1997, 4 edição, Coleção espaços.
- SANTOS, Maria Cândida dos. *Comunidades de Fundos de Pasto do Sertão do São Francisco – Bahia: O desafio para a permanência e uso Sustentável das Terras Tradicionalmente ocupados*. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal do Vale do São Francisco(UNIVASF) – Juazeiro/BA, 2019.
- SANTOS, Cirlene Jeane Santos. *Fundo de Pasto – Tecitura da resistência, rupturas e permanência no tempo espaço desse modo de vida camponês*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2010. Departamento de Geografia Humana.
- SIGAUD, Lygia. Título: *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As barragens de Sobradinho e Machadinho*. Museu Nacional-UFRJ, 1986.
- SILVA, Edcarlos Mendes da. *Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal da Bahia, 2010.

SILVA, M.P. *O Bispo de Juazeiro e a Ditadura Militar*. Parte da dissertação do mestrado de história da faculdade de filosofia e ciências humanas, da Universidade Federal da Bahia(2002). Com o título “Não tenho paciência histórica” – A igreja popular em Juazeiro-BA(1962-1982).

SINGER, Paul. *O “milagre brasileiro”*: causas e conseqüências. São Paulo: CEBRAP, 1972

SIQUEIRA, Ruben Alfredo de. *Do que as águas não cobriram*: Um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa 1992.

SCHWARTZ, Lúcia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1 edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TAVARES, Marcelo Góes. *Trabalho, política de exceção*(Alagoas, anos 1950 e 1960), XI Encontro Regional Nordeste de História Oral. Fortaleza-CE, 2017.